



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO
MESTRADO EM TURISMO

KATIANE GELLY DANTAS ASSIS DE SOUZA

**A EVOLUÇÃO DO TURISMO NO SERIDÓ: UMA ANÁLISE À LUZ DO MODELO
DE BUTLER**

NATAL
2014

KATIANE GELLY DANTAS ASSIS DE SOUZA

**A EVOLUÇÃO DO TURISMO NO SERIDÓ: UMA ANÁLISE À LUZ DO MODELO
DE BUTLER**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito para obtenção do título de Mestre em Turismo, vinculado à área de Turismo e Desenvolvimento Regional.

Orientador: Dr. Carlos Alberto Freire Medeiros

NATAL

2014

UFRN. Biblioteca Central Zila Mamede.
Catalogação da Publicação na Fonte.

Souza, Katiane Gelly Dantas Assis de.

A evolução do turismo no Seridó: uma análise à luz do modelo de Butler. / Katiane Gelly Dantas Assis de Souza. – Natal, RN, 2014.
119 f.; il.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Freire Medeiros.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Pós-Graduação em Turismo.

1. Planejamento Turístico – Dissertação. 2. Políticas públicas para o turismo – Dissertação. 3. Ciclo de Vida de Áreas Turísticas – Dissertação. 4. Turismo – regionalização – Dissertação. I. Medeiros, Carlos Alberto Freire. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/UF/BCZM

CDU 338.48(813.2)

Katiane Gelly Dantas Assis de Souza

A EVOLUÇÃO DO TURISMO NO SERIDÓ: UMA ANÁLISE À LUZ DO MODELO DE BUTLER, dissertação apresentada à Coordenação do Programa de Pós Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, para a obtenção do título de Mestre em Turismo.

Natal, 05 de junho de 2014.

Banca Examinadora:

Prof. Carlos Alberto Freire Medeiros, D. Sc.
Orientador – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Marcos Antônio Leite do Nascimento, D. Sc.
Examinador – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Benny Kramer Costa, D. Sc.
Examinador – Universidade Nove de Julho/Universidade de São Paulo

Sempre que houver alternativas, tenha cuidado. Não opte pelo conveniente, pelo confortável, pelo respeitável, pelo socialmente aceitável, pelo honroso. Opte por aquilo que faz o seu coração vibrar. Opte pelo que gostaria de fazer, apesar de todas as consequências.

Osho

AGRADECIMENTOS

A Deus pela graça da vida e pelas oportunidades concedidas.

Aos familiares que estiveram comigo com sua torcida e orações.

Aos meus pais, irmãos, cunhados e sobrinhos pelo alicerce, parceira, confiança, afeto, amor e amizade de sempre e para sempre.

Aos meus sogros pelo apoio constante.

Aos amigos pela compreensão da ausência.

A Karllenilson, marido, parceiro e grande incentivador nessa caminhada, pela paciência e por acreditar em mim talvez até mais do que eu mesma.

À Malu, filha amada, amor maior, força motriz, razão dos sorrisos, da força, da vontade pela conquista.

Ao meu querido Seridó, que me proporcionou experiência prática na área do turismo e aos colegas do Conselho de Turismo do Polo Seridó. Parabênz-os pela crença e pela luta com a certeza de que valerá a pena.

À Carmem Vera pela grande contribuição para esta pesquisa e pelos ensinamentos passados em tempos de trabalho.

À CAPES que me proporcionou a bolsa REUNI, possibilitando o estágio docente, reiterando em mim a certeza do amor pela profissão que escolhi.

À querida Ju, secretária do PPGTUR pela dedicação ao trabalho, atenção e paciência dispendidos aos alunos do programa.

Devoto um agradecimento todo especial à minha turma, nas pessoas das queridas amigas Aylana Borges, Naia Maranhão e Renata Xabregas, as duas últimas companheiras de mestrado e de experiências maternas. Obrigada meninas pelas divisões de conhecimentos, pelas risadas e pelos alívios em sabermos que estávamos, literalmente, no mesmo barco.

Aos admiráveis mestres, que com extrema dedicação dividiram um pouco de seu conhecimento com nossa turma a fim de que possamos, assim como eles, contribuir para o desenvolvimento da atividade turística, especialmente ao Professor Fransualdo, por quem tenho imensa gratidão por ter me proporcionado a iniciação neste mestrado. Agradeço com um carinho fraterno aos professores Maria Valéria, Maria Pontes, Mauro Lemuel, Sérgio Marques e Marcos Nascimento.

Por fim, meu sincero agradecimento ao meu orientador Professor Carlos Alberto, pessoa que aprendi a admirar cada vez mais pela paciência, pela compreensão, pela tranquilidade e principalmente pela simplicidade que carrega. Agradeço por ter me proporcionado estudar sobre o que eu gosto me fazendo perceber que isso é só o começo.

RESUMO

O Turismo configura-se como uma atividade que apresenta constante movimento podendo impulsionar o desenvolvimento local nas esferas econômica, sociocultural e humana em localidades com potencial e estruturação para tal. Por ser uma atividade dinâmica, o turismo permite mudanças em seu fluxo, ampliando os períodos de sazonalidade. Para tanto, tendo em vista a dinamicidade citada, torna-se relevante a presença do planejamento turístico, inicialmente partindo do poder público para que este crie leis e elabore normas e projetos para a gestão da atividade de forma ordenada, visando a participação cidadã, tornando imprescindível a presença dos atores e agentes do turismo local no processo, ampliando a democracia e o conhecimento de seu lugar de origem. Neste cenário, o Ministério do Turismo desponha com o Plano Nacional de turismo que incorpora entre suas ações o Programa de Regionalização do Turismo, adotando um modelo de gestão regional local, de forma participativa, através das instâncias de governança instituídas nos polos, sendo as ações da política pública em suas diferentes instâncias os maiores responsáveis pelo fomento do turismo no polo Seridó. O presente trabalho científico se propõe a analisar o polo Seridó, sob a teoria do Ciclo de Vida de Áreas Turísticas (TALC) proposta por BUTLER (1980), localizando as ações voltadas para o turismo e a cronologia da atividade aplicada à localidade no processo proposto. Para tanto a metodologia utilizada foi a descritivo-exploratória, de abordagem qualitativa, de nível histórico e narrativo, de amostragem não-probabilística, utilizando fontes secundárias, através de documentos e demais registros ocorridos durante os processos de planejamento na região, assim como fontes primárias, através de entrevista estruturada aplicada à gestora pública do PNMT e PRT no Estado do RN, no intuito de ter acesso às informações relacionadas ao processo de planejamento da atividade turística no Seridó. Utilizou-se como forma de investigação dos dados coletados a técnica de análise do conteúdo. Como conclusão deste estudo observa-se que a partir do levantamento feito em relação ao histórico do turismo na região que as atividades econômicas da pecuária, cotonicultura, mineração e indústria ceramista foram responsáveis pela iniciação do turismo na localidade através do fluxo direcionado às mesmas, da inserção dos primeiros hotéis e da realização de eventos tradicionais, dando margem à demanda por políticas públicas que auxiliassem no direcionamento da atividade estando por isso, inserida na fase de envolvimento, segunda fase do modelo proposto por Buttler (1980), sendo o estudo finalizado com sugestões para a continuidade da atividade turística na região.

Palavras-chave: Planejamento Turístico, Ciclo de Vida de Áreas Turísticas, Regionalização, Polo Seridó.

ABSTRACT

Tourism is configured as an activity that presents constant movement could boost local development in the economic, sociocultural and human in locations with potential for structuring and such. Because it is a dynamic activity, tourism allows changes in its flow, extending the periods of seasonality. To this end, in view of the aforementioned dynamics, it becomes relevant to the presence of tourism planning, initially starting from the government so that it create laws and standards and develop projects for the management of activities in an orderly way, seeking citizen participation, making essential the presence of actors and agents in local tourism, expanding democracy and knowledge of their place of origin. In this scenario, the Ministry of Tourism is emerging with the National Tourism Plan which incorporates among its actions, the Regionalization Program Guide, adopting a model of regional local management, a participatory manner, through the bodies of governance imposed at the poles, and the shares of public policy in their various departments most responsible for promoting tourism in pole Seridó. This scientific work aims to analyze the pole Seridó, under the theory of tourism area life cycle (TALC) proposed by BUTLER (1980), locating actions for tourism and chronology of the locality applied the proposed process activity. For both the methodology is descriptive and exploratory, qualitative approach, historical, descriptive and narrative level, non-probability sampling, using secondary sources, through documents and other records occurred during the planning processes in the region, in order to have access to information related to the planning process of tourism in Seridó, using as a way to research the data collected the technique of content analysis. As a conclusion of this study it is observed that from the survey in relation to the history of tourism in the region, economic activities of livestock, cotton industry, mining and ceramics industry were responsible for the initiation of tourism in the locality through the flow directed to the same, the insertion of the first hotels and performing traditional events, giving rise to the demand for public policies that aided in directing the activity being, therefore, inserted into the engagement phase, the second phase proposed by BUTLER (1980) model, and the study was terminated with suggestions for the continuation of tourism in the region.

Keywords: Tourism Planning, Tourism Area Life Cycle, Regionalization, Polo Seridó.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Macroprogramas do Ministério do Turismo.....	28
Figura 02 – Quadro de Classificação das Propostas.....	29
Figura 03 – Hipótese de Evolução da Área Turística.....	38
Figura 04 – Modelo explicativo.....	41
Quadro 01: Estudos relacionados ao Ciclo de Evolução de Áreas Turísticas.....	33
Quadro 02 - Quadro de Direcionamento da curva “S”.....	47
Quadro 03: Municípios integrantes da região do Seridó.....	73
Quadro 04: Realização das Reuniões do Conselho de Turismo do Polo Seridó.....	88
Quadro 05: Entidades participantes do Conselho de Turismo do Polo.....	90
Imagem 01 - Algodoeira Seridó	58
Imagem 02: Algodão.....	58
Imagem 03: Tungstênio Hotel (1953).....	62
Imagem 04: Tungstênio Hotel (2014).....	62
Imagem 05: Hotel Vila do Príncipe (1970).....	64
Imagem 06: Centro Administrativo (2014).....	64
Imagem 07:Realização de oficinas do PDITS.....	81
Imagem 08:Realização de oficinas do PDITS.....	81
Tabela 01: População Total do Seridó (1900-1970).....	66

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAC – Associação dos Artesãos Curraisnovenses

AAE – Avaliação Ambiental Estratégica

ABETA – Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura

ABRASEL – Associação Brasileira de Entretenimento e Lazer

ADESE – Agência de Desenvolvimento do Seridó

AMS – Associação dos Municípios do Seridó

AMSO – Associação dos Municípios do Seridó Oriental

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNB – Banco do Nordeste do Brasil

CDL – Câmara dos Dirigentes Lojistas

CERSEL – Cooperativa de Energia e Desenvolvimento Rural do Seridó

CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COMBRATUR – Comissão Brasileira de Turismo

CONETUR – Conselho Estadual de Turismo

CRACAS – Comitê Regional do Artesanato do Seridó

CREDISERIDÓ – Cooperativa de Crédito Rural do Seridó

EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo

EMPROTUR – Empresa de Promoção Turística do Rio Grande do Norte

FAS – Faculdade do Seridó

FCST – Faculdade Católica Santa Teresinha

FUNGETUR – Fundo Geral do Turismo

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEMA – Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do RN

IDEMA – Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte

INVTUR – Sistema de Inventariação da Oferta Turística

IPHAN – Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MDA – Ministério da Agricultura

MTur – Ministério do Turismo

OMT – Organização Mundial do Turismo

PDITS – Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável

PDSS – Plano de Desenvolvimento Sustentável do Seridó

PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo

PNT – Plano Nacional de Turismo

PPT – Políticas Públicas De Turismo

PRODETUR – Programa de Desenvolvimento do Turismo

PRODETUR/NE – Programa de Desenvolvimento do Turismo dos Estados do Nordeste

PRT – Programa de Regionalização do Turismo

SEBRAE /RN – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do RN

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SETHAS – Secretaria de Estado do Trabalho, Habitação e Assistência Social

SETUR – Secretaria de Estado do Turismo

SINGTUR – Sindicato dos Guias de Turismo

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
1.1 Problemática	13
1.2 Justificativa.....	17
1.3 Objetivos.....	18
1.3.1 Objetivo Geral.....	18
1.3.2 Objetivos Específicos.....	18
2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS.....	20
2.1 O Turismo como Agente de Desenvolvimento Local.....	20
2.2 Planejamento e Gestão do Turismo.....	23
2.2.1 Políticas Públicas e Turismo.....	22
2.2.2 O Turismo no Seridó.....	31
2.3 Ciclo de Vida de Áreas Turísticas (TALC).....	33
2.3.1 Exploração.....	43
2.3.2 Envolvimento.....	43
2.3.3 Desenvolvimento.....	44
2.3.4 Consolidação.....	45
2.3.5 Estagnação.....	46
2.3.6 Declínio ou Rejuvenescimento.....	46
3 METODOLOGIA.....	50
3.1 Tipo de Estudo.....	50
3.2 Universo do Estudo.....	53
3.3 Coleta de Dados.....	53
3.4 Análise de Dados.....	54
3.4.1 Quadro Metodológico.....	56
4 RESULTADOS.....	57
4.1 Etapas da evolução do turismo no Seridó.....	57
4.1.1 A Fase de Exploração.....	57
4.1.2 A Fase de Envolvimento.....	63
4.2 Sugestões para a continuidade da atividade turística para o Seridó.....	94
5 CONCLUSÃO.....	97
REFERÊNCIAS.....	99
APÊNDICES.....	106

ANEXOS.....111

1 INTRODUÇÃO

1.1 Problemática

Nos discursos tradicionalmente proferidos por gestores públicos, o turismo é encarado em sua essência, como uma atividade econômica direcionada a atender às demandas do mercado, sendo levado à segundo plano as dimensões sociocultural, espacial e política, agindo comumente de forma empírica e pragmática, sustentados pelos discursos das vantagens econômicas que o setor turístico pode propiciar.

De fato há relevância em sua função econômica visto que a atividade implica direta ou indiretamente na inclusão de recursos financeiros externos levados a uma determinada localidade pelo turista, além de, em seus primeiros conceitos teóricos, estar presente a relação entre a atividade e o capital, contudo o turismo não deve ser considerado somente como tal, pois a entrada e saída de pessoas em áreas diferentes de seu lugar de origem implicam reações de comportamento, cultura e costumes locais.

Vale ressaltar que existem no setor aspectos positivos e negativos que podem melhorar ou não o nível de vida da população local, havendo uma dependência na forma que esse turismo porventura venha a acontecer haja vista os aspectos que serão considerados para o crescimento da atividade. Quando priorizado somente o viés econômico, podem haver entraves nas questões relacionadas ao turismo com a comunidade, visto que nestas circunstâncias, o acúmulo do capital normalmente se concentra em poder de uma minoria (proprietários dos espaços privados para prática turística) que “decide” os destinos de toda uma localidade que se contenta em servir de mão de obra barata, colocando-se à margem do desenvolvimento econômico, social e humano, como afirmam Coriolano (2006-2010), Sen (2000), Krippendorf (1989), Swarbrooke (2000), entre outros.

Entretanto, tendo em vista o desenvolvimento humano, frente ao crescimento econômico no setor turístico, os benefícios para a comunidade poderão apontar de maneira equilibrada, e isso se dá quando estão presentes no processo: gestores responsáveis com foco no planejamento voltado para o desenvolvimento; uma iniciativa privada atuante e responsável tendo em vista a sustentabilidade local; e uma população consciente dos benefícios e das adversidades que o turismo pode vir a reduzir ou maximizar.

É interessante e necessário que o turismo seja percebido não como sujeito dos processos de turistificação dos espaços, mas como resultado das ações dos diversos agentes sociais (turistas, empresários, poder público, trabalhadores diretos e indiretos e população

residente nos destinos turísticos) que o produzem (FRATUCCI, 2008), sendo usada nesta pesquisa uma abordagem do turismo como um fenômeno sociocultural e não como um fenômeno puramente economicista, tendo em vista o estabelecimento de processos de desenvolvimento humano, perpassando a visão de desenvolvimento econômico para os desenvolvimentos civilizacionais e culturais para os autóctones.

Sendo assim, considerando a conjuntura econômica e política de um país em desenvolvimento, percebe-se que o Estado, sendo detentor de leis e normas que regulamentam e direcionam a nação, configure-se como sendo maior responsável pela estruturação e organização da atividade turística através da constituição de políticas públicas para o setor, com vistas a direcionar, sistematizar e gerir a atividade.

Isto posto, julga-se pertinente a abordagem do tema, tendo como contextualização empírica o polo Seridó, abordando planejamento turístico da região, sob a orientação da teoria do ciclo de vida de áreas turísticas – TALC (BUTLER, 1980). O trabalho versa sobre desenvolvimento regional, planejamento, gestão e políticas públicas de Turismo no Brasil possuindo um recorte transversal de abordagem qualitativa, de nível histórico, descritiva e narrativa, de amostragem não-probabilística. A discussão acerca das Políticas Públicas de Turismo – PPT possui relevância na produção deste trabalho científico, são consideradas as maiores responsáveis pelo fomento à atividade turística na região. A pesquisa utilizou como referência de mapeamento regional a orientação do Ministério da Agricultura – MDA, abordando a região Seridó como sendo composta por 25 municípios, sendo destes, 17 considerados pela política de regionalização estadual como municípios turísticos.

O início do século XXI iniciou-se positivamente no que concerne à intervenção, preservação e regularização no âmbito do turismo. As políticas públicas do turismo foram se fazendo presentes de forma mais concreta com a criação do Ministério do Turismo (MTur) em 2003, direcionando a gestão de espaços turistificados e norteando os novos destinos para a inserção na atividade através do Plano Nacional de Turismo (PNT), que visa a aplicação de recursos financeiros voltados para o turismo de forma planejada, adotando um modelo de gestão que visa distribuir o fluxo turístico para além das capitais e grandes cidades brasileiras.

De acordo com o Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do RN (IDEMA), o RN está se consolidando como um polo de desenvolvimento baseado nas seguintes vertentes: na agricultura, através da fruticultura irrigada; na pesca, através da carcinicultura; na pecuária através da caprinovinocultura; na extração mineral que reúne a

produção de sal, petróleo, gás natural, calcário e outros minerais; no setor têxtil apresentando crescimento em suas atividades; e no turismo que é a atividade que mais tem divulgado o Estado no país.

A localidade apresenta clima semiárido, caracterizando-se pelo bioma caatinga, distando cerca de 140 km da capital (tendo como referência a primeira cidade da região, Cerro-Corá). Na região supracitada, o turismo caracteriza-se como uma atividade iniciante, tendo em vista a presença das políticas públicas voltadas para o setor quando no ano de 2005, o Governo do Estado, juntamente com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do RN – SEBRAE/RN firmaram uma parceria no intuito de fomentar a atividade e promover um novo destino turístico no Estado, um destino diferenciado, sem a presença de praias ou dunas, visando atender a uma demanda real de turistas que já conheciam o destino Natal, mas que necessitava de novos atrativos para seu retorno ao estado potiguar.

Este processo de implementação da atividade provocou impacto em uma localidade que pouco conhecia de turismo, onde possuía uma demanda espontânea voltada para os eventos locais, principalmente os de cunho religioso, com a presença de nativos ausentes e amigos que não vislumbravam a estrutura necessária para a atividade turística acontecer, devido às suas necessidades no geral, serem supridas pelas residências que os acolhiam.

A região que havia sido sensibilizada pelas ações do então Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT (1994-2002), no ano de 2005 envolveu-se no processo, acreditando em seu potencial e identificando no turismo mais uma fonte de renda para os autóctones, que ainda não sabiam mais vislumbravam a atuação na produção associada ao turismo, comum ao turismo de base local.

Esta realidade está voltada para o fato de que a região Seridó teve a oportunidade de iniciar a sua prática turística como a literatura orienta, a partir da descoberta espontânea do lugar, seguida do planejamento turístico. Segundo PETROCCHI (2001), DIAS (2003) E BENI (2007), o turismo deve-se iniciar pelo planejamento, identificação de potenciais, inventário da oferta local, diagnóstico, entre outros; orientação pouco seguida na realidade brasileira, onde se trabalha as medidas emergenciais do turismo após uma demanda existente, muitas vezes sem a estrutura adequada e sem a participação da comunidade no processo.

Faz-se necessário ressaltar que já havia turismo na região, todavia, como citado anteriormente, de forma espontânea. Não havia a presença das políticas públicas de turismo, materiais de divulgação, necessidade de infraestrutura de apoio ao turismo, capacitação

voltada para o turismo, entre outros; a demanda existente acontecia em nível local e pontual, não haviam projeções voltadas para uma demanda que pudesse surgir em períodos não festivos, para visitação de atrativos turísticos com necessidade de orientação de um guia de turismo além de refeições e hospedagens fora de um ambiente domiciliar.

A localidade também se diferencia das demais regiões do estado no que concerne à identidade cultural seridoense que não permite interferências ou mudanças drásticas no seu modo de vida e costumes, além da apropriação/valorização simbólica do seu povo em relação ao lugar (AZEVEDO, 2007), comportamento que diminui a possibilidade de exclusão da população local e seus interesses de processos decisórios, sendo descrita por Macêdo (2012) como uma região que possui nome próprio, adjetivando explicitamente seus habitantes através do regionalismo seridoense.

No ano de 2005, seguindo as diretrizes do PNT, onde os estados se dividiriam em regiões turísticas, foram criados no RN cinco polos turísticos, o Polo costa das Dunas, que já exercia fortemente a atividade turística, polo Costa Branca, polo Seridó, polo Agreste/trair  e polo Serrano. Foram iniciados os processos de roteirização em dois polos no RN, com a parceria da SETUR e do SEBRAE/RN, cujo intuito era de preparar roteiros diversificados, identificando lugares de atratividade turística: o Polo Costa Branca, contemplando a área de litoral norte do RN e municípios distando até 120 km do litoral e o Polo Seridó, apresentando-se como um atrativo diferenciado por não estar na zona litorânea do Estado do RN.

Por essa razão e levando-se em conta a relevância do planejamento para o direcionamento da atividade turística, visando o desenvolvimento sociocultural e econômico da região do Seridó, o atual trabalho tem por finalidade a obtenção de informações necessárias que apontem para o seguinte questionamento: **Como vem ocorrendo a evolução do Seridó como região turística?**

1.2 Justificativa

O planejamento turístico atua de forma a direcionar a atividade turística, de modo que a mesma possa colaborar de maneira positiva para os turistas e principalmente, para a comunidade que é detentora do conhecimento de suas necessidades. O turismo perpassa os limites apropriados pelo turista, apresentando características próprias da atividade, como a sazonalidade e flexibilidade, admitindo que o espaço seja mais apropriado para o turismo (como atividade econômica) do que para o turista, sendo este aspecto desconsiderado pela maioria dos gestores do turismo.

Todavia, o discurso econômico do turismo está aos poucos dando lugar ao discurso sustentável, de que, para se atingir uma satisfação econômica, é necessário que os atrativos naturais ou artificiais sejam preservados e até revitalizados. Os manifestos populares contra arbitrariedade e abuso de poder estão tornando-se mais frequentes e a população está despertando para uma consciência crítica de que ela é quem decide o futuro de toda uma sociedade e que ela está inclusa nos benefícios ou prejuízos que uma má gestão pode oferecer.

Para que os processos ocorram de forma democratizada e partindo das necessidades que uma determinada localidade possui, o planejamento participativo foi absorvido nas políticas públicas brasileiras, tornando-se relevante a participação dos atores e agentes locais nos processos de planejamento e aplicação de recursos financeiros.

O Governo possibilita essa inclusão através de planos onde a participação dos atores locais é prioritária, como nos orçamentos participativos, elaboração de planos diretores participativos, entre outros, alternando o rumo dos processos de gestão, adaptando-se às demandas da sociedade, fazendo-se presente a cidadania participativa (TEIXEIRA, 2002).

A escolha por este tema justifica-se pela intenção em estudar a dinâmica de como se deu a evolução do Seridó como região turística, observando as características presentes do planejamento turístico na localidade, seguindo o modelo TALC proposto por Butler (1980).

A motivação para o referido estudo se deu a partir da curiosidade acerca do histórico do turismo do polo Seridó e da dificuldade em acesso a material científico para pesquisa. O envolvimento como agente social do turismo, a partir da participação como ouvinte em oficinas do PNMT, como colaboradora nas duas oficinas de regionalização no RN, assim como na apresentação da roteirização do polo Seridó e por ter possuído assento como conselheira titular no Conselho de Turismo do Polo Seridó, entre os anos de 2008 e 2011,

período referente ao processo de apresentação, oficinas, exposição das versões provisórias e definitiva do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS, o que permitiu a noção dos anseios, contrariedades e complexidades do processo de planejamento e de sua evolução.

Sob a ótica acadêmico-científica, a presente pesquisa trará contribuições para os estudos na área de planejamento turístico e regionalização, deixando como principal contributo o recorte histórico do turismo no Seridó, a partir de ações iniciais ligados à hotelaria e políticas públicas, onde o difícil acesso às informações através de publicações científicas causa um entrave na pesquisa. Diversos pesquisadores relatam acerca das temáticas mencionadas, porém não foi identificado um enfoque voltado para o processo como relato histórico e inserido nos parâmetros do modelo TALC, apresentando um processo cronológico do turismo na região, localizando o estágio em que este se encontra, podendo ser atualizado em épocas futuras. Mediante pesquisa realizada, ainda não foram identificadas teses, dissertações ou artigos científicos que abordem o planejamento turístico da região Seridó em profundidade assim como através desta proposta.

Diante do exposto é visível que o estudo mostra-se representativo para a região, ressaltando a necessidade de analisá-lo tendo em vista o seu benefício para a localidade que vislumbra no turismo mais uma oportunidade de trabalho esperando que tal feito se concretize da melhor maneira possível, com vistas à preservação dos patrimônios naturais, culturais e imateriais.

.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Descrever a evolução do Seridó como região turística, à luz do modelo de Butler (1980).

1.3.2 Objetivos Específicos

- a) Descrever as etapas de evolução do turismo no Seridó através de um recorte histórico (1950-2014);
- b) Analisar a região Seridó a partir do modelo de Butler (1980).
- c) Propor sugestões para a continuidade da atividade turística no Seridó.

Serão explanados, nos pressupostos teóricos, a relação do turismo como agente de desenvolvimento, o planejamento e a gestão do turismo a partir de uma discussão acerca das políticas públicas de turismo no Brasil e o turismo na região Seridó, finalizando a discussão teórica com a apresentação do modelo de Butler (1980). Serão relatados também os procedimentos metodológicos, que terão a abordagem qualitativa sob a técnica de análise documental e análise de conteúdo. Após a exposição do quadro metodológico, serão apresentados os resultados desta pesquisa e, por fim, a conclusão da mesma.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

2.1 O Turismo como Agente de Desenvolvimento Local

Na literatura sobre turismo é comum a crítica de alguns autores no que concerne a atividade turística estar relacionada basicamente ao crescimento econômico, desmerecendo questões relacionadas à sustentabilidade, preservação sociocultural, entre outros, associando o turismo ao desenvolvimento levando em consideração os aspectos econômicos como prioridade.

Segundo Singer (1982), existem duas correntes para se chegar a definição de desenvolvimento: as que estão relacionadas ao crescimento econômico, e as que distinguem os dois termos. Na perspectiva da primeira corrente, faz-se um comparativo entre países desenvolvidos e *subdesenvolvidos*, afirmando que os primeiros cresceram mais que os segundos, caracterizando o *subdesenvolvimento* à ausência do crescimento econômico, completando o pensamento com a visão de Alfred Marshall quando defende que o progresso da civilização trouxe para o homem a prospecção de novos desejos e modos de satisfação mais caros.

Completando o silogismo deste pensamento que traz significativas contribuições para a compreensão do fenômeno turístico enquanto atividade econômica, mas que explica a sua posição voltada para o desenvolvimento econômico, Singer (1982, p. 23) afirma que:

O crescimento econômico é um processo contínuo de progresso científico e sua aplicação à técnica de produção, mediante acumulação de capital. Não se pode negar a veracidade desta proposição. Mas é possível indagar se o nível de abstração em que ela é verdadeira é adequado à compreensão de por que o “progresso da civilização” não se verificou uniformemente em todas as regiões habitadas do globo, porém se concentrou em alguns poucos países. E este é, precisamente, o problema do desenvolvimento em nossos dias.

A ideia do autor se volta para os conceitos de crescimento e desenvolvimento econômico se mostrarem diferentes, abordando relações de aumento de capital não induzir o crescimento econômico de determinadas localidades (relacionando a países subdesenvolvidos), citando Cuba e Venezuela como exemplos, finalizando sua compreensão dos termos admitindo que “o mero crescimento econômico não se identifica com desenvolvimento”, atribuindo o crescimento “como um processo de expansão quantitativa”, enquanto que o desenvolvimento é visto “como um processo de transformações qualitativas” (Id, 1982, p. 25-26).

Relacionando os temas abordados com turismo, é visível a relação existente, por exemplo, entre o turismo e o desenvolvimento econômico por tratar-se de uma atividade capitalista capaz de gerar divisas significativas para os destinos e incentivar a melhoria da infraestrutura local, além de impulsionar a necessidade de capacitação de mão-de-obra, gerando, desta forma, novas oportunidades de trabalho para os moradores do destino.

Outra abordagem é fundamental para a compreensão do estudo proposto é a abordagem de desenvolvimento como liberdade proposta por Sen (2000), que tece uma crítica acerca da visão economicista do desenvolvimento presente na *análise econômica profissional* e em *discussões e debates públicos*, quando relata o desenvolvimento como um processo “feroz”, como muito “sangue, suor e lágrimas”, sugerindo cautela na leitura e crença de autores e nos discursos que se referem a desenvolvimento como um procedimento simplificado que vise a igualdade e o bem comum através de um processo essencialmente “amigável”, como explica a citação a seguir:

Dependendo de qual seja o veneno favorito do autor, as tentações a que se deve resistir podem incluir a existência de redes de segurança social para proteger muitos pobres, o fornecimento de serviços sociais para a população, o afastamento de diretrizes institucionais inflexíveis em resposta a dificuldades identificadas e o favorecimento “cedo demais” – de direitos civis e o “luxo” da democracia. (SEN, 2000, p. 51).

O autor sustenta a ideia de que o discurso voltado para o desenvolvimento pode ser sedutor e causar a falsa impressão de simplicidade e facilidade na resolução dos problemas locais, ao contrário, ele diz que o processo de desenvolvimento é árduo e que se deve levar em consideração os diversos aspectos voltados para as condições de liberdade que merece desfrutar o ser humano, como por exemplo, evitar as situações de fome coletiva, subnutrição, morte prematura, analfabetismo, entre outras, discurso semelhante àqueles em que gestores públicos apresentam o turismo como a resolução para todos os problemas locais, criando falsa expectativa e revolta dos autóctones para com os turistas.

Ele afirma ainda que, essa ausência de liberdade, ou negação dos direitos civis básicos é “benéfica” para o crescimento econômico rápido, mas ressalta que, essa ausência de liberdade não contribui para a formação do desenvolvimento do ser, o privando da liberdade para usufruir o que seria seu de direito.

No entanto, o conceito de desenvolvimento econômico voltado para o setor turístico se confunde com o de crescimento no momento em que os gestores do turismo (públicos ou

privados) concentram-se nos lucros imediatos que a atividade pode gerar e desconsideram outros aspectos importantes presentes na atividade turística e que fazem parte da motivação do turista, que são patrimônios culturais, imateriais, naturais, além da comunidade local, reduzindo assim o poder de atratividade do lugar, onde o foco principal é o consumo imediato, independente da originalidade, aspectos históricos e preservação ambiental.

Esta prática é conhecida como turismo de massa, tipo de turismo realizado através de viagens organizadas, adquiridas por meio de pacotes turísticos, com inclusão de transporte aéreo, terrestre e/ou marinho, alimentação, passeios, city tours, entre outros e, segundo Beni (2007, p.468) o turismo de massa é caracterizado por possuir:

[...] expressiva quantidade de turistas envolvida tanto nos fluxos internacionais como no interno, porquanto reúne os estratos que formam a classe média, incluindo-se aí os profissionais liberais funcionários categorizados empresariais e públicos, que desfrutam de relativa disponibilidade de meios econômico-financeiros, contando com subvenções ou poupanças próprias. Este estrato de demanda por turismo é o agente de substituição dos núcleos tradicionais de elite e consequentemente o incentivador e propulsor da expansão da infraestrutura de equipamentos e serviços turísticos nos núcleos receptores, gerando dessa forma um consumo de equipamentos e serviços em larga escala.

Para autores como Krippendorff (1989), Swarbrooke (2000), Coriolano (2006), o turismo de massa é considerado excludente, consumista, que não valoriza os aspectos naturais, culturais, imateriais e que não costuma envolver as pessoas da comunidade em sua dinâmica. Ele acontece quando a localidade possui elevada demanda de turistas, o que acarreta o aumento de estabelecimentos de consumo e a infraestrutura de apoio ao turismo como: equipamentos de alimentos e bebidas, de hospedagem, de lazer e entretenimento, entre outros, causando uma sensação de crescimento da localidade, mesmo não sendo considerados os níveis que este desenvolvimento econômico impõe, podendo não estar sendo acompanhado, por exemplo, pelo crescimento da infraestrutura básica local.

As ações voltadas para o turismo de massa são verticalizadas, ou seja, são decididas por uma pequena parcela da população (empresários do turismo) que normalmente não convivem com a comunidade afetada, ou “beneficiada”, nesse caso o crescimento econômico sobressai através, por exemplo, da especulação imobiliária. Nesse caso se faz presente o processo de exclusão social através da força do capital. Os empresários oferecem para a população um preço que, pela vulnerabilidade financeira local, considera-se irrecusável, fazendo com que haja o processo de afastamento do nativo de seu lugar de origem ou de

morada, transformando o destino em um produto exclusivamente turístico, pronto para ser consumido em sua totalidade. O residente torna-se um “nativo mudo” (KRIPPENDORF, 1989), sendo negligenciado e excluído das tomadas de decisões dos projetos turísticos.

Os autores argumentam a ideia de que o turismo deve partir da premissa de que a comunidade tenha acesso a uma vida digna, corroborando com o pensamento de Sen (2000), que defende o desenvolvimento como um estado de liberdade com livre arbítrio político, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora, acrescentando ainda e por fim, o pensamento de Hall (1998), quando refere-se ao desenvolvimento humano de diferenças, inserido nos diversos níveis da sociedade, assumindo que as diferenças humanas não significam deficiências, mas sim possibilidades de desenvolvimento de uma política de identidade que vê nas diferenças o espaço de construção de identidades.

O desenvolvimento local deve estar muito além das perspectivas econômicas, devem ser levados em consideração os desenvolvimentos social, cultural e humano para que desta forma o turismo possa atuar de maneira construtiva com o lugar e a população.

2.2 Planejamento e Gestão do Turismo

Para que o turismo aconteça em uma localidade de forma satisfatória, há que se trabalhar o planejamento turístico. O planejamento atua de forma a minimizar os efeitos negativos advindo com o turismo e maximizar os efeitos positivos, devendo inserir as três esferas do poder locais: o poder público, a iniciativa privada e a população, sendo necessário um órgão gestor para direcioná-la com participação social para expor as necessidades do lugar e fiscalizar o cumprimento das ações do turismo.

2.2.1 Políticas públicas e turismo

O turismo é uma cadeia produtiva, seu crescimento estimula o crescimento de diversos outros setores da economia e da administração pública, estando intrinsecamente ligados a ele os setores de meio ambiente, saneamento básico, transportes, saúde, educação, segurança, fomento a atividades produtivas, entre outras, sendo uma atividade de extrema importância para o desenvolvimento de qualquer destino pelo seu poder de transformar o local, tanto social quanto economicamente, através da geração de empregos e renda direta e indiretamente.

Foram utilizadas para referenciar este tópico publicações de autores como Dias (2003), Cruz (2002), Petrocchi (2001) e Barreto (2002), assim como algumas teses e dissertações abordando e recortando o período através de um breve histórico das políticas públicas no Brasil, como é o caso de Shiki (2007), Fratucci (2008), Borges (2009), Carvalho (2009), Henz (2009), Brandão (2010), Virgínio (2011), se referindo ao tema e abordando os aspectos explanados a seguir.

Petrocchi (2001, p. 48), afirma que:

São atribuições do poder público, por exemplo, elaborar as diretrizes que definirão o futuro de um núcleo turístico, via planejamento do uso do solo e definição de posturas municipais. Regulamentações governamentais, por outro lado, são bem vindas para preservar os direitos e a segurança física dos consumidores/turistas, pois daí surgirão dividendos para a construção da imagem do sistema turístico perante o mercado. A preservação do meio ambiente é outra função do governo.

No entanto, para que o poder público possa cumprir o seu papel, faz-se necessária a constituição destas políticas através de seus órgãos gestores visando o alcance dos resultados esperados. Sendo assim, para que o turismo aconteça de forma ordenada, se faz necessária a presença de políticas públicas do setor para o planejamento e execução de ações da atividade.

Segundo Dias (2003, p. 121):

Podemos definir a política pública como um conjunto de ações executadas pelo Estado, enquanto sujeito, dirigidas a atender às necessidades de toda a sociedade. Embora a política possa ser exercida pelo conjunto da sociedade, não sendo uma ação exclusiva do Estado, a política pública é um conjunto de ações exclusivas do Estado. São linhas de ação que buscam satisfazer ao interesse público e têm que estar direcionadas ao bem comum.

Para Goeldner *et al* (2002, p. 294) a definição de política pública tem o Estado como soberano e detentor das mesmas, e referem-se à política pública como:

Um conjunto de regulamentações, regras, diretrizes, diretivas, objetivos e estratégias de desenvolvimento e promoção que fornece uma estrutura na qual são tomadas as decisões coletivas e individuais que afetam diretamente o desenvolvimento turístico e as atividades diárias dentro de uma destinação.

Em se tratando de políticas públicas de turismo no Brasil, esta é uma realidade relativamente nova levando em consideração que a atividade turística no país ganhou força pós II grande guerra, sendo aqui demonstrado um breve recorte das mesmas partindo das ações das políticas públicas brasileiras por um período de aproximadamente sessenta anos, iniciando na década 30, indo até a década de 90, citando acontecimentos de maior relevância

para o setor a partir da demonstração cronológica visando à compreensão do processo de fomento do turismo brasileiro.

A presença do turismo na constituição federal se faz presente em diferentes períodos, sendo os primeiros registros de participação do Estado no turismo na década de 30, afirmando que nesse período surgiu o Decreto-lei 406, de 4 de maio de 1938, que previa a “*autorização governamental para a atividade de venda de passagens para viagens aéreas, marítimas ou rodoviárias*” (FERRAZ, 2000, p. 152).

Um ano após, é criada a Divisão de Turismo, podendo ser considerada o primeiro órgão oficial de turismo em instância federal, que segundo Cruz (2002, p. 44), “*O Decreto-lei nº 1.915, amplia o significado do turismo para a administração pública federal*”. O autor afirma que é com este decreto que pela primeira vez é demonstrada preocupação ao conjunto de serviços do turismo, que a partir daí não se restringe somente a agências de viagens e vendas de passagens.

Ferraz (2000) cita o registro do Decreto-lei nº 2.440, de 23 de julho de 1940, que trata das agências de viagens e turismo, classificando-as em três categorias, impondo a obrigatoriedade o registro prévio como condição para seu funcionamento, junto a órgãos do governo, estando a partir do ano de 1951 subordinadas ao Departamento Nacional de Imigração e Colonização, seguido pelo Instituto Nacional de Imigração e Colonização, finalizando com a Superintendência da Política agrária (Lei Delegada nº 11 de outubro de 1962). Ainda sobre os registros de políticas públicas na constituição, julga-se pertinente citar o Decreto nº 44.863, de 21 de novembro de 1958, que criou a Comissão Brasileira de Turismo – COMBRATUR.

Segundo Mtur (2009) o processo cronológico acompanha os acontecimentos citados e completa afirmando que o ano de 1966 foi de grande importância para o turismo, pois foi criado o Decreto-Lei nº 55 que definiu a Política Nacional de Turismo, e criou o Conselho Nacional de Turismo e a então Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR, regulamentando no mesmo ano, através do Decreto nº 58.483, as agências de viagens e turismo, dando sequência a uma série de acontecimentos no setor, entre eles, a realização por parte da EMBRATUR do I Encontro Oficial do Turismo Nacional (1967) e do primeiro levantamento dos dados estatísticos sobre o turismo receptivo no Brasil (1968). Em 1971 foi lançado pelo governo o Fundo Geral do Turismo – FUNGETUR, oferecendo incentivos fiscais para os investimentos no setor. A EMBRATUR inicia o projeto “Turismo Ecológico”

em 1985, lançado dois anos depois, em 1987, sendo criada nesse mesmo ano a Comissão Técnica Nacional, constituída juntamente com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e sendo incluídas leis ambientais na formulação das políticas públicas pela EMBRATUR com vistas ao direcionamento do segmento. No ano de 1992 a atividade turística brasileira passou a ser gerenciada pelo Ministério da Indústria, Comércio e Turismo e apresenta o primeiro Plano Nacional de Turismo, criando o Programa de Desenvolvimento do Turismo dos Estados do Nordeste – PRODETUR/NE, sendo este último implantado entre os anos de 1993 e 1994, juntamente com a publicação das “Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo”, resultado de uma parceria entre a EMBRATUR e o Ministério do Meio Ambiente. Ainda em 1994 é lançado o Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT. Em 1996 foi criado o Ministério do Esporte e Turismo, e apresentada a nova Política Nacional de Turismo (1996 – 1999).

Ainda de acordo com o MTur (2009) o primeiro Plano Nacional de Turismo do Brasil, foi criado no último ano de gestão do ex-presidente Fernando Collor de Melo (1990-1992). O PRODETUR/NE auferiu destaque somente no final da gestão de seu sucessor, Itamar Franco (1992-1994), recebendo maior atenção no Governo de Fernando Henrique Cardoso – FHC (1995-2002), quando foram aplicados os seus recursos nos estados do Nordeste.

Na gestão de FHC, foi lançado o PNMT, municipalizando e interiorizando o turismo de uma maneira participativa, sendo este um dos maiores exemplos do planejamento turístico no Brasil, merecendo destaque devido ter sido uma nova forma de se trabalhar o turismo no Brasil que, pela primeira vez, utilizou o planejamento participativo em seu modelo de gestão. O PNMT representou uma resposta “vigorosa a esta necessidade de conscientização, estímulo e capacidade dos vários agentes – públicos e privados – que compõem a estrutura do município” (EMBRATUR, 2002, p. 46).

Esta realidade ajudou a mudar o pensamento dos atores locais que entendiam que a atividade favorecia somente ao empresário, tirando da localidade os recursos necessários para sua subsistência devido à descaracterização e aumento de fluxo, gerando insatisfação, revolta e preconceito nos mesmos.

Segundo Dias (2003, p. 144), o PNMT adota a mesma metodologia da Organização Mundial do Turismo – OMT visando “implementar um novo modelo de gestão da atividade turística, simplificado e uniformizado, para os Estados e Municípios, de maneira integrada, buscando maior eficiência e eficácia na administração da atividade turística”. Brusadin (2005)

ratifica esta afirmação, acrescentando a utilização de procedimentos alemães (técnica Metaplan e método ZOPP) no planejamento do referido programa.

No Programa Nacional de Municipalização do Turismo, implementado no Brasil no período de 1994 a 2001, procurou-se introduzir uma metodologia de planejamento com enfoque participativo, formulada a partir da fusão da técnica Metaplan e do método ZOPP, ambos criados na Alemanha nas décadas de 1970 e 1980, respectivamente, pela Agência Governamental GTZ (Sociedade Alemã de Cooperação Técnica). A técnica Metaplan baseia-se na visualização com ênfase no moderador. O método ZOPP, Planejamento de Projetos Orientados por Objetivos, incorpora as técnicas Metaplan, porém é mais voltado para o desenvolvimento e projetos técnicos de cooperação. O procedimento baseia-se na capacitação por meio de oficinas, que ocorrem em três fases com intervalos mínimos de 90 dias, compostas por grupos de trabalhos em que todos os participantes, com base em perguntas e material orientador, vão iniciando a construção do conhecimento a partir da realidade individual. (BRUSADIN, 2005, p. 97).

O foco do PNMT estava na municipalização o turismo com o intuito de que cada município identificasse o seu potencial turístico e trabalhasse as estratégias sugeridas pelo programa para facilitar a implantação do mesmo, favorecendo a atividade turística no local, iniciando no ano de 1995 a oficinas de capacitação em todo o país.

De acordo com a EMBRATUR (1999, p. 09), o PNMT visava:

[...] à conscientização, à sensibilização, ao estímulo e à capacitação dos vários Monitores Municipais, para que despertem e reconheçam a importância e a dimensão do turismo como gerador de emprego e renda, conciliando o crescimento econômico com a preservação e a manutenção dos patrimônios ambiental, histórico e cultural, e tendo, como resultado, a participação e a gestão da comunidade no Plano Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável.

Para formar a base de estruturação do Programa, foram estabelecidos os princípios da descentralização, sustentabilidade, parcerias, mobilização e capacitação, possuindo para sua operacionalização uma estrutura definida pelas três esferas do governo. As oficinas ocorriam em três etapas: Sensibilização, Capacitação e Planejamento.

Para tanto, a criação do Ministério do Turismo no ano de 2003 aponta com a proposta de direcionar de forma estratégica as políticas públicas de turismo no Brasil através de instrumentos como o Plano Nacional de Turismo.

Em 2003 foi criado o Ministério do Turismo – Mtur e implantado o Plano Nacional do Turismo 2003 – 2007. O Programa de Regionalização do Turismo – PRT, integrou o Plano Nacional do Turismo 2003 – 2007 e 2007 – 2010 e tem se destacado em âmbito nacional pela continuidade nas

estratégias de ordenamento territorial implementadas desde a municipalização do turismo, pois a lógica territorial do turismo tem início no município e extrapola para a região, atribuindo ao turismo um significado de elemento chave para o desenvolvimento regional. (FRATUCCI, 2011, p. 841).

Dentro desse contexto, o Ministério do Turismo adotou um modelo de gestão voltado para a disseminação do turismo nos demais municípios e regiões do Brasil, uma vez que as Capitais abrangiam a maior parte do contingente turístico Nacional e Internacional. Para que o turismo se tornasse uma atividade de inclusão social e proporcionasse o crescimento das demais cidades, se fez necessário implantar uma gestão capaz de promover esse desenvolvimento em todos os municípios que tivessem capacidade e potencial para o turismo, e uma das atitudes para alcançar os resultados desejados para tal feito foi substituir o PNMT pelo Programa de Regionalização do Turismo – PRT, havendo para esta mudança opiniões diversificadas.

Virgínio (2011) julga a transição como sendo positiva, uma vez que o PRT atua de forma mais abrangente, lidando com regiões turísticas ao invés de municípios isolados, o que, na visão da autora, prejudicaria alguns destinos frente à quantidade reduzida de oferta turística. Já FRATUCCI (2008) não encara como positiva a transição do programa, pois, na visão do autor, o PNMT possuía uma série de requisitos para que o lugar recebesse um selo que correspondia ao cumprimento destes requisitos, estando entre um de seus objetivos, a criação de Conselhos Municipais de Turismo. O autor ainda afirma que, se o poder público houvesse esperado e permanecido com o PNMT, os lugares naturalmente se organizariam e partiriam para a instância regional.

O Plano nacional de Turismo (2007-2010) configura-se em “um instrumento de planejamento e gestão que coloca o turismo como indutor do desenvolvimento e da geração de emprego e renda no país”, apresentando o quadro dos macroprogramas:

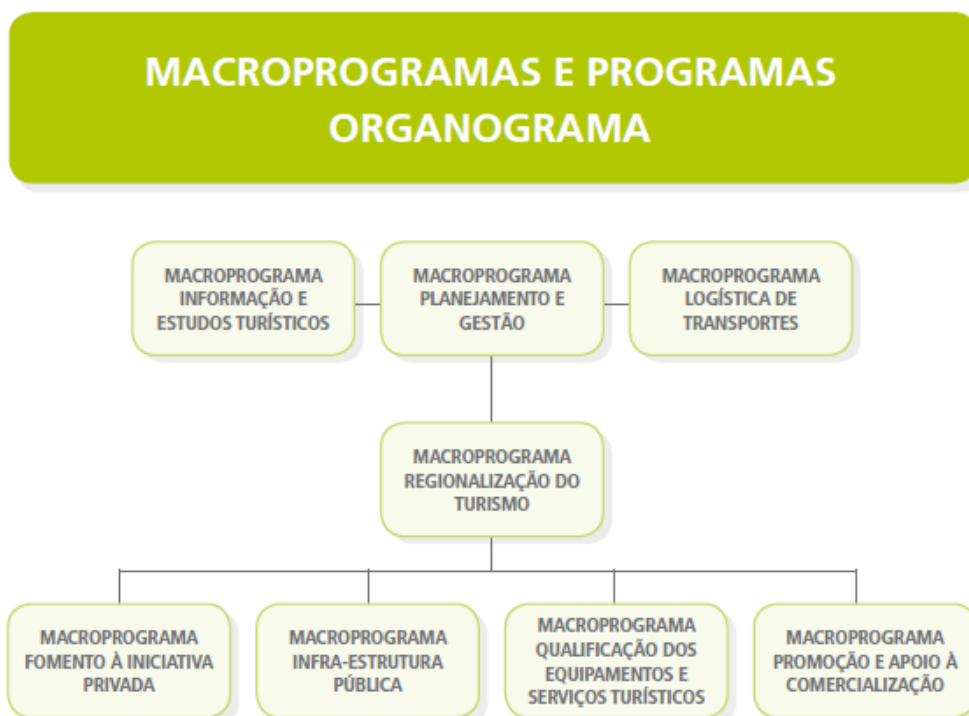


Figura 01 – Macroprogramas do Ministério do Turismo

Fonte: Mtur (2007, p. 58)

O referido plano apresenta oito macroprogramas, que ainda de acordo com o Mtur (2007, p.57):

Os macroprogramas são desdobramentos temáticos agregados, escolhidos pelo seu potencial de contribuição para atingir os compromissos estabelecidos nas metas. Eles se estruturam em três grupos de atividades relacionados à formulação e implementação da Política Nacional de Turismo, ao estabelecimento das referências básicas sobre a territorialidade turística do país e às ações e atividades finalísticas e de suporte que possibilitam, efetivamente, a realização das bases para o desenvolvimento da atividade de forma sustentável.

Dentre os oito programas citados, um merece destaque, pois está ligado a todos os outros sete, que é o Programa de Regionalização do Turismo, contemplando quatro programas, sendo estes o Programa de Planejamento e Gestão da Regionalização, o Programa de Estruturação dos Segmentos Turísticos, o Programa de Estruturação da Produção Associada ao Turismo e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Regional do Turismo – PRODETUR.

Segundo o MTur, no documento referencial Turismo no Brasil 2011-2014, os macroprogramas não são referenciados, contendo no lugar destes, a apresentação de propostas, organizadas por eixos temáticos, como sugere o quadro seguinte:

Quadro de Classificação das Propostas	
Eixos Temáticos	Temas
Planejamento e Gestão	Planejamento, Implementação, Monitoramento e Avaliação, Legislação e Relações Institucionais
Informação	Estatísticas, Estudos e Pesquisas e Divulgação
Estruturação da Oferta Turística	Regionalização e Roteirização, Segmentação e Produção Associada e Desenvolvimento Local
Fomento	Financiamento e Acesso ao Crédito, Captação de Investimentos e Política Tributária
Qualificação	Qualificação para o Turismo, Classificação e Certificação
Infraestrutura	Infraestrutura Básica e Infraestrutura Turística
Logística de Transportes	Logística de Transportes
Promoção e Apoio à Comercialização	Promoção Institucional, Promoção Interna e Promoção Externa

Figura 02 – Quadro de Classificação das Propostas

Fonte: Mtur, (2011, p. 129)

Em comparação, os dois quadros apresentam propostas semelhantes, modificando basicamente as nomenclaturas.

O Estado do Rio Grande do Norte possui 05 polos de turismo, orientado pelas diretrizes do Programa de Regionalização do Turismo proposto pelo Governo Federal: O Polo Costa das Dunas, o polo Costa Branca, o polo Seridó, o polo Serrano e o polo Agreste/Trairí.

O programa de Interiorização do Turismo que vem sendo trabalhado, desde 1995, em consonância com as diretrizes do Ministério do Turismo, que no período de 1995 a 2002 implementou o Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT, que tinha como principal objetivo conscientizar os municípios para a importância do turismo como instrumento de crescimento econômico, geração de empregos, melhoria da qualidade de vida da população e preservação de seu patrimônio natural e cultural. Em 2003, com a criação, pelo Mtur, do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, a Interiorização do Turismo tomou um grande impulso no Estado, quando foi mapeado em 05 regiões turísticas, criando os Polos: Costa das Dunas, Costa Branca, Seridó, Serrano e Agreste-Trairí, num total de 86 municípios (SETUR/RN, 2004, p.10).

Com o incentivo do PRODETUR o turismo de sol e praia no nordeste começa a ser encarado como uma nova opção, fazendo mudar a ideia de miséria e pobreza que o restante do país tinha pelo lugar. Segundo a SETUR (2004), durante o período de 1996 a 2000, o PRODETUR investiu cerca de US\$ 44 milhões no Rio Grande do Norte, recursos que foram

aplicados em obras de infraestrutura, tais como o terminal de passageiros do Aeroporto Internacional Severo, implantação de acessos viários as principais praias, continuação da Rota do Sol (Praia de Cotovelo à Barreta), somando 89 Km de estradas, implantação da rede de saneamento da Via Costeira, parte de Mãe Luiza e Ponta Negra, drenagem do bairro de Ponta Negra, pavimentação de todas as vias e urbanização da orla de Ponta Negra, melhorias no Parque das Dunas, desenvolvimento institucional de órgãos governamentais ligados ao turismo, e elaboração dos Planos Diretores das cidades de Ceará-Mirim, Extremoz, Parnamirim, Nísia Floresta e Tibau do Sul. Ao todo, as obras do PRODETUR beneficiaram uma população de mais de 1,1 milhão de habitantes em todos os municípios atingidos pelo Programa.

2.2.2 O Turismo no Seridó

A região caracteriza-se ante de mais nada, pela cultura de seu povo, pelas particularidades e peculiaridades existentes nela, seja nos costumes, nas crenças, no falar, entre outros, como afirma Azevedo (2007, p. 51):

O sertão do Seridó caracteriza, estadual, regional e até nacionalmente, como um espaço de diferenciação em termos de simbologias, valores e práticas culturais; Trata-se de uma região que não dispõe de um idioma próprio, mas dispõe de algumas expressões idiomáticas específicas e bastante peculiares. Além do mais, trata-se de uma área geográfica onde sua população preserva até onde pode, os seus costumes e valores, práticas, saberes e crenças.

Seguindo o histórico da localidade, a região passa por diversas fases a partir de sua existência, entre elas, a fase da pecuária, a fase da cotonicultura, a fase da mineração com destaque para a scheelita, a fase da cerâmica, com a produção de telhas, tijolos e lajotas, prática ainda ativa que contribui cada vez mais para a desertificação do Seridó devido ao desmatamento; por fim, a fase da produção têxtil, havendo na região um grande número de bonelarias, fábricas de panos de chão e de pratos, além de facções de marcas nacionais.

O Seridó passou por todas as mudanças advindas da globalização modernizando a indústria e o mercado o transformando em um polo de oportunidades tendo em vista os grandes investimentos nele feitos, o fato interessante é que essas modificações não interferiram no comportamento e na cultura do seridoense, como afirma Moraes (2005, p.37):

A sociedade, ao mesmo tempo em que se encontrou alijada do circuito da economia globalizada, não se consubstanciando um dos seus pólos de produção, aproveitou o reverso desse processo a revalorização do particular e do identitário como diferencial para descortinar novas trilhas.

O comportamento típico do seridoense, que preserva as suas características culturais independente das mudanças ocorridas com a globalização, este é um dos fatores que faz da região um dos destinos mais interessantes do Estado, aliado a isso, todo o seu potencial natural e cultural fazendo-se despontar para a prática do turismo.

O Estado do Rio Grande do Norte possui 05 polos de turismo no Estado: O Polo Costa das Dunas, conhecido por seu potencial natural contemplando 25 destinos onde estão os dois destinos indutores do turismo do Estado, Natal e Pipa; o polo Costa Branca, conhecido por suas praias, produção salineira e cultura, totalizando 19 destinos, destacando-se entre eles Mossoró, Macau e Assu; o polo Seridó, conhecido por suas serras, sua cultura, religiosidade e sítios arqueológicos, localiza-se no sertão norterio-grandense, contemplando 17 destinos, merecendo destaque as cidades de Caicó, Currais Novos e Acari; o polo Serrano, conhecido por seu clima ameno, suas montanhas e grutas, contemplando 12 destinos, onde se destacam as cidades de Martins, Pau dos Ferros e São Miguel; e por fim, o polo Agreste/Trairí, conhecido por seus festejos juninos e religiosos, além das vaquejadas, tradicional esporte nordestino, possui 13 destinos turísticos, onde se destacam os municípios de Santa Cruz, Nova Cruz e Tangará.

No ano de 2005, deu-se início a implantação do Roteiro Seridó, projeto resultante da parceria do SEBRAE RN e Governo do Estado do Rio Grande do Norte, representado pela SETUR que compreende o desenvolvimento da região priorizando a atividade turística inicialmente em 08 cidades pertencentes à região que são: Acari, Caicó, Carnaúba dos Dantas, Cerro Corá, Currais Novos, Jardim do Seridó, Lagoa Nova e Parelhas sendo cidades que detém forte potencial turístico ligado aos costumes, religiosidade, belezas naturais e artificiais, sítios arqueológicos, entre outros.

A região conta com 25 municípios (MDA, 2009, p. 62), sendo estando estes especificados no quadro abaixo: estes Acari, Bodó, Caicó, Carnaúba dos Dantas, Cerro Corá, Cruzeta, Currais Novos, Equador, Florânia, Ipueira, Jardim de Piranhas, Jardim do Seridó, Jucurutu, Lagoa Nova, Ouro Branco, Parelhas, Santana do Matos, Santana do Seridó, São Fernando, São João do Sabugi, São José do Seridó, São Vicente, Serra Negra do Norte, Tenente Laurentino Cruz e Timbaúba dos Batistas, onde 17 são considerados turísticos no que concerne à PRT, distando em média 30km entre eles, o que favorece a atividade turística.

O Conselho de turismo do Polo Seridó foi instaurado na região em julho de 2008, seguindo as diretrizes do PNT, a partir do PRT, quando estabelece a necessidade de criação de conselhos para atuar como instâncias de governança regional e assim, contribuir para a gestão de turismo do Polo.

De acordo com o MTur (2008, p. 23):

A Instância de Governança Regional é uma organização com participação do poder público, privado e dos atores privados dos municípios componentes das regiões turísticas, com o papel de coordenar o Programa em âmbito regional.

No caso do Seridó a instância regional é o conselho de turismo do polo Seridó, que atua de forma consultiva, orientando o destino turístico da região e a partir do ano de 2011 passou a ocupar assento no Conselho Estadual de Turismo – CONETUR.

Sendo parte das políticas públicas do turismo, o PRODETUR, programa de fomento à atividade turística, é resultado de uma iniciativa do Governo Federal de captar financiamentos através do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, tendo como Banco mediador no Brasil o Banco do Nordeste, para que os recursos oriundos deste financiamento possam ser utilizados, faz-se necessário a elaboração do PDITS, que na região do Seridó passou por um processo relativamente longo, pois teve sua primeira apresentação no ano de 2009, sendo aprovado somente em 2011.

Segundo o PDITS Seridó (2011, p. 19), seu objetivo geral é:

Desenvolver o turismo no Polo Seridó a partir de pequenas escalas de operação e baixos efeitos impactantes dos investimentos locais em infraestrutura turística, especialmente relacionado às atividades do turismo cultural-arqueológico, de modo a favorecer a conservação do meio ambiente e da rusticidade local, num processo de valorização dos elementos naturais da paisagem e dos traços culturais das populações nativas, como fundamento da atratividade turística.

Torna-se visível a importância do plano para a região que procura atuar na atividade turística, mas que não pretende perder as suas características socioculturais, tornando necessário estudar os aspectos que causaram esse intervalo de aproximadamente dois anos para a finalização do plano. A orientação sociocultural faz-se presente no direcionamento da atividade turística, perpassando aspectos os econômicos contidos nesta área.

2.3 Ciclo de Vida de Áreas Turísticas (TALC)

A discussão acerca do tema central deste trabalho científico se faz a partir da teoria de BUTLER (1980), que sugere um ciclo de vida de áreas turísticas, apresentando uma curva de base “S”, visando à ilustração da ondulação da atividade turística, explicando as fases de início e meio, indicando a fase subsequente quando na diminuição (ou não) da popularidade do local. “As implicações da utilização deste modelo no planejamento e gestão dos recursos turísticos são discutidos à luz de um declínio contínuo da qualidade ambiental e, conseqüentemente, a capacidade de atração de muitas áreas turísticas”. (BUTLER, 1980, p. 05).

Embora o modelo não seja atual, ele apresenta-se como clássico e referência básica para pesquisa voltada para o planejamento turístico. A proposta desta pesquisa científica visa a compreensão do TALC, como forma de associar o turismo do polo Seridó neste processo, apresentando uma abordagem cronológica e identificando em que fase do modelo a região se encontra, podendo ser utilizado como base para a pesquisa turística na região e servindo como orientação para ações futuras.

Autores e pesquisadores versam sobre a temática, tais como CHAVES e RANGEL (2012), ARAÚJO et al (2007), LOHMANN & PANOSSO NETTO (2008), PETROCCHI (2001), AGUILAR (2009), AIRES et al (2012), ALVARES e LOURENÇO (2006/2010), MOITEIRO (2008), PORNPOL e McGRATH (2010), MEDAGLIA et al (2011), BENEDETTO, (1993), COLE (2012), CA`NOVES, e GARAY (2011), referem-se ao TALC respeitando o seu ciclo, embora com diferentes abordagens, citando BUTLER (1980) como principal referência na exemplificação do ciclo.

REFERÊNCIA	ESTUDO
AGUILAR, C. R. V. El Ciclo de Vida de un Destino Turístico: Puerto Vallarta, Jalisco, México. CULTUR , ano 03 – n. 01 – jan/2009.	Apresenta a evolução de Puerto Vallarta, um dos principais pontos turísticos do litoral mexicano. Utiliza como análise o fluxo turístico, o aumento de números de Unidades habitacionais (hoteleiros e extra-hoteleiros), a permanência e o gasto médio por turista, afirmando que a localidade encontra-se na fase de consolidação, segundo o modelo de BUTLER (1980).

ALVARES, D.F.; LOURENÇO, J. M. Modulação de Ciclos de Vida de Destinações Turísticas: O Caso Da Ilha Da Madeira-PT. Anais do 2º Congresso Luso Brasileiro para o Planejamento Urbano Regional Integrado e Sustentável. Braga, 2006.	Relação feita entre o TALC e o modelo para áreas de extensão urbana (LOURENÇO, 2003), associando o desempenho do turismo aos ciclos de planejamento, investimentos, na área, percepção da comunidade entre outros, visualizando o turismo como um processo contínuo, apontando para a área estudada, Ilha da Madeira, uma tendência ao declínio.
ALVARES D.F; LOURENÇO, E J.M. O Modelo de Análise do Processo Turístico: Uma aplicação aos destinos turísticos de Ouro Preto e de Salvador – Brasil. Pluris , 2010. Disponível em: < http://pluris2010.civil.uminho.pt/Actas/PDF/Paper572.pdf > Acesso em: 13 jun. 2013.	Apresenta um Modelo de Análise do Processo Turístico – MAPT, em sua concepção e aplicabilidade. O modelo tem como base o TALC (BUTLER, 1980) e o modelo para áreas de expansão urbana (LOURENÇO, 2003), apresentando contextualização empírica dos destinos de Ouro Preto – MG, e Salvador – BA.
ARAÚJO, G. C.; CAMPELO, E. H. R.; FRATA, A. M.; MARIANI, M. A. P.; MICHELS, I. L.; O Ciclo de Vida do Destino Turístico de Bonito, Mato Grosso do Sul. Anais do XVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER. Londrina, 2007.	Análise TALC do destino turístico Bonito – MS, onde identificou-se a localidade como estando na fase de consolidação.
BARROS, N. C. de. Expansão Turística, Dinâmica Espacial e Sustentabilidade das Destinações no Litoral do Nordeste do Brasil. Turismo - Visão e Ação. Vol. 7 - n.2, p. 241 – 256. mai/ago, 2005.	Aplicação do modelo de BUTLER em destinações litorâneas através do estudo realizado na localidade que nomeia Região Turística de Pipa (RTP), que abrange os municípios de Tibau do Sul e Canguaretama, litoral sul do Estado do RN, apresentando o capital natural como forte aliado à fase de consolidação do turismo na localidade, o que retarda os períodos de estagnação ou declínio da atividade, embora haja uma super-utilização dos recursos disponíveis, necessitando intervenções urbanas urgentes.
BENEDETTO, C. A. di; BOJANIC, D. C. Tourism Area Life Cycle Extensions. Annals of Tourism Research , V. 20, pp. 557-570, 1993.	Efeito de fatores estratégicos e ambientais sobre o ciclo de vida de áreas turísticas para Cypress Gardens (Flórida).
CROCIA, N. Análise Regional e Destinações Turísticas: Possibilidades teóricas e situações empíricas em Geografia do Turismo. Turismo - Visão e Ação. Ano 5 - n.11 - abr/set -2002.	Estudo voltado para a geografia do turismo, apresenta duas abordagens: uma voltada para as áreas urbana e regional, ligada ao modelo de relações espaciais centroperiferia; a outra é o modelo de BUTLER, apresentando a destinação turística (resort) como região homogênea em transformação, contextualizando o litoral Nordeste do Brasil.
FALCÃO, M. C; GÓMEZ, C. P. Análise da Sustentabilidade de Destinos Turísticos: Uma proposta teórica de adequação do modelo de ciclo de vida de áreas turísticas às dimensões da sustentabilidade. Turismo: visão e ação. Vol. 14, n. 3, jun, 2011 – mai, 2012.	Proposta de adequação do Ciclo de vida de áreas turísticas às dimensões da sustentabilidade.

HAYWOOD, K. M. Can the tourist-area life cycle be made operational? Tourism Management . Sep, 1986.	Reflexões sobre como o planejamento do turismo pode ser melhor utilizado se o conceito de evolução de uma área turística for baseado em um quadro de análise estruturado na teoria da seleção natural de Darwin do que no conceito de ciclo de vida.
CHAVES, J. M. P.; RANGEL, R. A; e O Ciclo de Vida do Produto Turístico e as Estratégias de Gestão de Marketing: Um Estudo de Caso Sobre Bonito (MS). DESTARTE . Vol.2, n.1, 2012.	Análise TALC do destino turístico Bonito – MS, onde através do modelo, identificou-se que a localidade encontra-se na fase de consolidação.
AIRES, J. D. M.; BRANDÃO, P. de M.; CUNHA, S. de L.; MARANHÃO, C. H. da S.; PEQUENO, E. A. Análise do Ciclo de Vida do Destino Turístico Natal/RN à luz do Modelo de BUTLER. XVI Seminário de Pesquisa do CCSA . ISSN 1808-6381. UFRN, 2012.	Análise do modelo de BUTLER (1980) na capital do RN, Natal. O estudo indica que a localidade estudada encontra-se em fase de desenvolvimento conforme a proposta indicada no modelo, sugerindo inovação por parte dos agentes de turismo locais.
MEDAGLIA, J.; SILVEIRA, C. E.; TEIXEIRA, F. R. Aplicação da teoria do ciclo de vida das destinações turísticas em Diamantina/MG . Anais do 5º Congresso Latino Americano de Investigação Turística, 2011.	Análise do TALC do destino Diamantina – MG. Através da análise, identificou-se que a localidade encontra-se na fase de envolvimento, estando propensa ao desenvolvimento.

Quadro 01: Estudos relacionados ao Ciclo de Evolução de Áreas Turísticas (BUTLER, 1980).

Fonte: Dados do Estudo 2013.

Sendo assim, julga-se pertinente abordar o TALC de acordo com BUTLER (1980), no intuito de compreender sua teoria, relacionando, quando couber a outros estudos envolvendo o modelo indicado.

BUTLER (1980, p. 05) relata acerca da dinamicidade das áreas turísticas, onde as mesmas evoluem e se modificam, atribuindo esta evolução a uma variedade de fatores:

Esta evolução é provocada por uma variedade de fatores, incluindo mudanças nas preferências e necessidades dos visitantes, a deterioração gradual e substituição de instalações físicas e facilidades possíveis, e a mudança (ou mesmo desaparecimento) das atrações originais naturais e culturais que foram responsáveis para a popularidade inicial da área. (Tradução nossa).

Apresentando uma discussão teórica que o fez sugerir este ciclo, Butler (1980) referencia os pensamentos de Christaller (1963), o “ciclo *resort*” de Stansfield (1970), as três fases do turismo de Noronha (1976) e a psicologia de Plog (1972), sendo aqui os conteúdos expostos nesta mesma sequência.

Abordando brevemente alguns dos pensamentos que inspiraram a teoria, Butler (1980) referencia Christaller (1963), reiterando que o mesmo afirma que os destinos são descobertos por formadores de opinião, que ao perceberem a popularidade do lugar, mudam

de área, migram para as periferias, visualizando o destino escolhido como uma forma de exclusividade. O autor refere-se a esta teoria voltado para a realidade europeia, denominando este acontecimento a curso típico de desenvolvimento.

O autor relata acerca da descoberta de um lugar por grupos de formadores de opinião, no caso apresentado, artistas, afirmando que o referido grupo influencia outras pessoas pertencentes às suas relações sociais, repetindo-se este comportamento sucessivamente. Ao perceber o aumento da demanda, o lugar altera sua forma original. Casas de moradores transformam-se em alojamentos, os hotéis aparecem. Nesse momento, os primeiros turistas do lugar saem de cena, encontrando outro destino para usufruto de seu lazer, que o autor nomina de periferia (utilizando este termo quando refere-se ao espaço geográfico, lugares que não fazem parte do centro turístico), enquanto isso, parte do grupo que permaneceu no destino, atua comercialmente, e o lugar passa a ser divulgado na mídia, atraindo um novo público-alvo, que visita o lugar pela questão de status. Aquele público inicial, de formadores de opinião, passa a evitar o destino, iniciando um novo ciclo em outros lugares.

A esta prática descrita por Cristaller (1963) e citada por Butler (1980), visualiza-se ao final, um padrão que, na contemporaneidade, pode-se associar ao turismo de massa.

Butler (1980) expõe que Noronha (1976) sugere três fases para o desenvolvimento do turismo: A primeira fase como sendo a descoberta; a segunda como sendo a resposta local e iniciativa; e a terceira como a institucionalização da atividade. As abordagens citadas possuem em comum a participação da localidade na resposta à atividade turística. Também citado por Butler (1980), na formulação de sua teoria, Plog (1974) em seu estudo da psicologia da viagem caracteriza os viajantes com três denominações: Alocêntricos, que são os turistas aventureiros, que se interessam por descobertas de destinos e não se incomodam com tipos de alojamentos ou estrutura do local, mas que não são adeptos a lugares muito conhecidos. São pessoas que procuram lugares diferentes do seu cotidiano; Os Mesocêntricos, que são aqueles turistas que buscam os lugares “da moda”, que decidem o destino da viagem guiado pelo *status*, e não pelo desejo ou curiosidade de conhecer determinado destino; Por fim, os psicocêntricos, que são os turistas com bastante cautela, decidem o destino de sua viagem baseados nos quesitos de conforto, privacidade e segurança. Buscam lugares que possuam como público-alvo pessoas do mesmo nível social, ou superior ao deles.

Quando posiciona-se acerca do turismo, Plog (1974) afirma que em determinado momento, como sendo um fato natural, o turismo existente em determinado lugar chegará ao seu tempo de exaustão, relatando que as áreas turísticas iniciam seu processo de destruição quando permitem-se tornar-se mais comerciais do que autênticas, perdendo as características atrativas ao turista.

O Ciclo de vida de uma área dispõe da seguinte situação:

Os visitantes poderão chegar a uma área restrita em pequenas quantidades inicialmente, por falta de acesso, instalações e conhecimento local. Como as instalações são fornecidas e a consciência cresce, o número de visitantes aumenta. Com o marketing, divulgação de informação, e mais disposição de facilidades, a popularidade da área vai crescer rapidamente. Eventualmente, no entanto, a taxa de aumento do número de visitantes irá diminuir à medida que os níveis de capacidade de carga são atingidos. Estes podem ser identificados em termos de fatores ambientais (por exemplo, a escassez de terras, qualidade da água, qualidade do ar), de instalações físicas (por exemplo, transporte, hospedagem, entre outros serviços) ou de fatores sociais (por exemplo, a aglomeração, o ressentimento por parte da população local). Como a atratividade da área diminui em relação a outras áreas, por causa do uso excessivo e os impactos dos visitantes, o número real de visitantes também pode, eventualmente, cair. (BUTLER, 1980, p. 06). (Tradução nossa).

O Ciclo de vida de uma área turística proposto por Butler (1980) possui seis fases, as três primeiras estão inseridas na parte inferior do gráfico, sendo estas as fases de exploração, envolvimento e desenvolvimento, destacando esta última como elo entre as duas primeiras e as três fases posteriores. Na área superior, apresentam-se situações que encontram-se na faixa crítica de elementos de capacidade, onde são apresentadas as fases de consolidação, estagnação e rejuvenescimento/declínio.

As linhas do gráfico apresentam horizontalmente o tempo (cronologia), e verticalmente o número de turistas, mostrando que de acordo com o tempo em que a localidade atua no turismo, o número de visitantes deve aumentar, fazendo assim o formato “S” no gráfico exposto na sequência, retirado do artigo original.

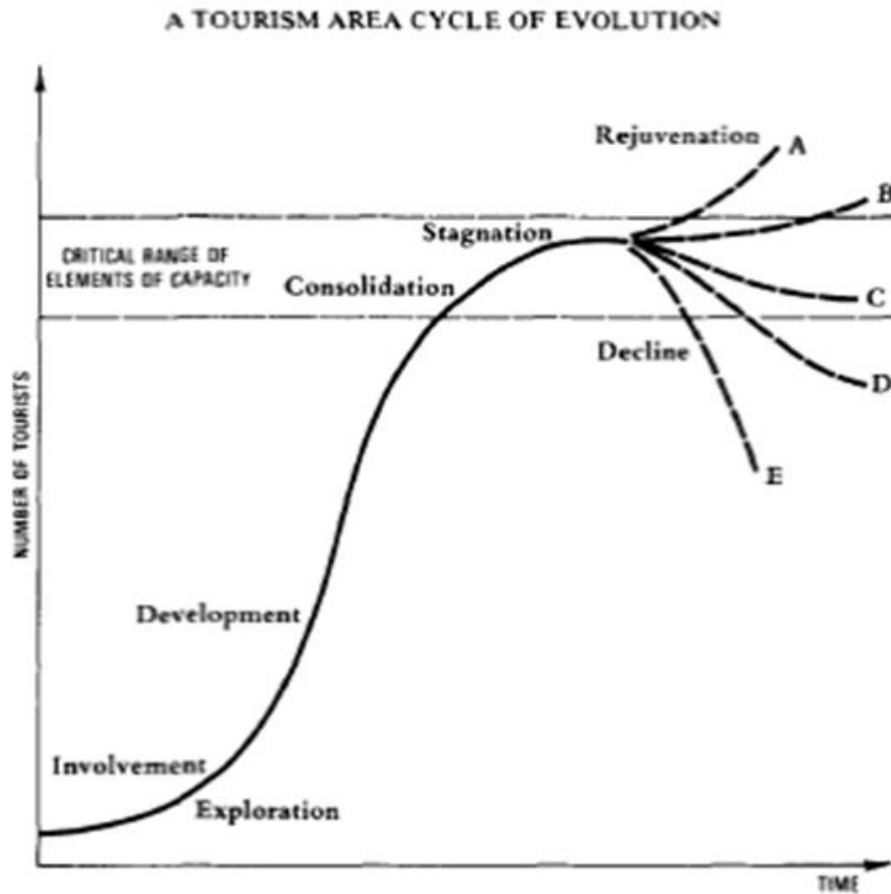


FIGURE 1. Hypothetical evolution of a tourist area. (For explanation of A-E see 'Implications.')

Figura 03: Hipótese de Evolução da Área Turística

Fonte: BUTLER, 1980, p. 07.

O modelo proposto apresenta-se como conveniente e vantajoso para a área de planejamento turístico, uma vez que relata o ciclo de evolução turística da maneira que comumente ocorre nos lugares de atratividade turística ou em lugares turísticos, julgando-se pertinente salientar a visão de Haywood (1986), quando sugere atenção aos planejadores do turismo no que concerne em seguir somente a teoria do ciclo de vida de áreas turísticas, propondo a ampliação do pensamento dos gestores em relação a uma gestão mais eficiente.

Faz-se oportuno acrescentar que o turismo configura-se como sendo uma cadeia produtiva, seu crescimento estimula o crescimento de diversos outros setores da economia e da administração pública, estando intrinsecamente ligados a ele os setores de meio ambiente, saneamento básico, transportes, saúde, educação, segurança, fomento a atividades produtivas, entre outras, sendo uma atividade que destaca-se em se tratando de desenvolvimento de destinos pelo seu poder de transformar o local, tanto social quanto economicamente, através da geração de empregos e renda direta e indiretamente.

O planejamento turístico atua de forma a direcionar a atividade turística, de modo que a mesma possa colaborar de maneira positiva para os turistas e principalmente, para a comunidade que é detentora do conhecimento de suas necessidades. O turismo perpassa os limites apropriados pelo turista, apresentando características próprias da atividade, como a sazonalidade e flexibilidade, admitindo que o espaço seja mais apropriado para o turismo (como atividade econômica) do que para o turista, sendo necessária a observação deste aspecto pelos gestores do turismo.

Butler (1980) também reflete sobre a capacidade de carga que um destino suporta, o que lembra ou alerta para o conceito de sustentabilidade. Falcão e Gómez (2012) apresentam uma relação entre o TALC às dimensões da sustentabilidade (social, ambiental, cultural, política/institucional, territorial e econômica), as autoras defendem que o crescimento da atividade turística deve respeitar o limite que a localidade suporta.

É importante enaltecer que, para que o modelo seja útil, para uma gestão mais eficiente e sustentável dos destinos turísticos, faz-se necessário observar como se dá a aplicação deste. É preciso estabelecer cenários que abranjam tanto uma situação ideal como a pior. Portanto o diagnóstico resultante da aplicação dos indicadores TALC infere que a preocupação do destino deve girar em torno da constatação se os limites das capacidades de carga dos atrativos turísticos estão sendo respeitados, para que haja a durabilidade da atividade turística. (FALCÃO E GOMÉZ, 2012, p. 319).

De fato, não há como dissociar a relação existente entre o modelo de Butler (1980) e a sustentabilidade e, assim como Falcão e Gómez (2012), Moiteiro (2008) alerta em defesa da sustentabilidade, abordando os impactos causados pela atividade turística.

Os estudos citados apoiam a ideia de Haywood (1986) de que é necessário visualizar outras vertentes do modelo, valendo ressaltar que Butler (1980) sugere o modelo, mas não identifica-se em sua proposta um modelo padrão, ele apenas cita os processos ocorridos em lugares turísticos de forma geral, mas não o apresenta como uma fórmula. Haywood (1986) apresenta uma abordagem crítica em relação ao modelo, sugerindo que ao invés da ideia do ciclo do produto (inspiração de Butler), fosse adotada a teoria da evolução das espécies de Charles Darwin.

Os conceitos básicos da teoria da seleção natural de Darwin e desenvolvimento do turismo são muito semelhantes. O organismo individual na teoria da evolução é análogo a uma área turística. O conceito de "variação" de espécies é análogo ao das diferenças entre áreas turísticas. O conceito de "superpopulação" relaciona-se com o número enorme e a explosão de opções da área turística. A "luta pela existência" e

"sobrevivência do mais apto" são bastante descritivas do mercado de turismo local em que apenas algumas áreas turísticas são sempre bem-sucedidas. (HAYWOOD, 1986, p. 166-167). (Tradução nossa).

O autor defende que os planejadores do turismo devem ampliar seus pensamentos (e ações) em relação à forma de gerir uma área turística. O tema é de fato interessante e pertinente para a área de planejamento, não obstante a outros temas, deve ademais, seguir em busca de uma evolução no conceito, contanto que seja adequada a sua relação de similaridade ou visão contrária.

Álvares e Lourenço (2010) apresentam outra proposta que utiliza com base o TALC, que chamam de Modelo de Análise do Processo Turístico – MAPT, utilizando como referência a análise das políticas públicas, planos e estudos voltados para o turismo.

A modelação foi realizada com base na análise das políticas públicas, dos planos e dos estudos com foco no turismo, assim como a reflexão sobre a participação pública no processo de planejamento do turismo, acrescido do levantamento dos investimentos previstos na Lei Orçamentária Anual – LOA e da análise da relação entre o número de unidades habitacionais e a taxa de ocupação destas. (ÁLVARES e LOURENÇO, 2010, p. -?).

O Modelo proposto pelos autores citados reflete em relação ao crescimento do turismo frente aos investimentos dispendidos por parte do poder público, que é o grande responsável pelo fomento à atividade turística.

Crocía (2002) Apresenta mais uma forma de analisar o modelo de Butler (1980), ver figura 2, propondo a junção do modelo de relações espaciais cetroperiferia com o TALC, o estudo apresenta-se direcionado à geografia do turismo.

Antes de descrever as fases, explicita-se a seguir uma adaptação do gráfico do TALC através de um modelo explicativo visando facilitar o entendimento do modelo.

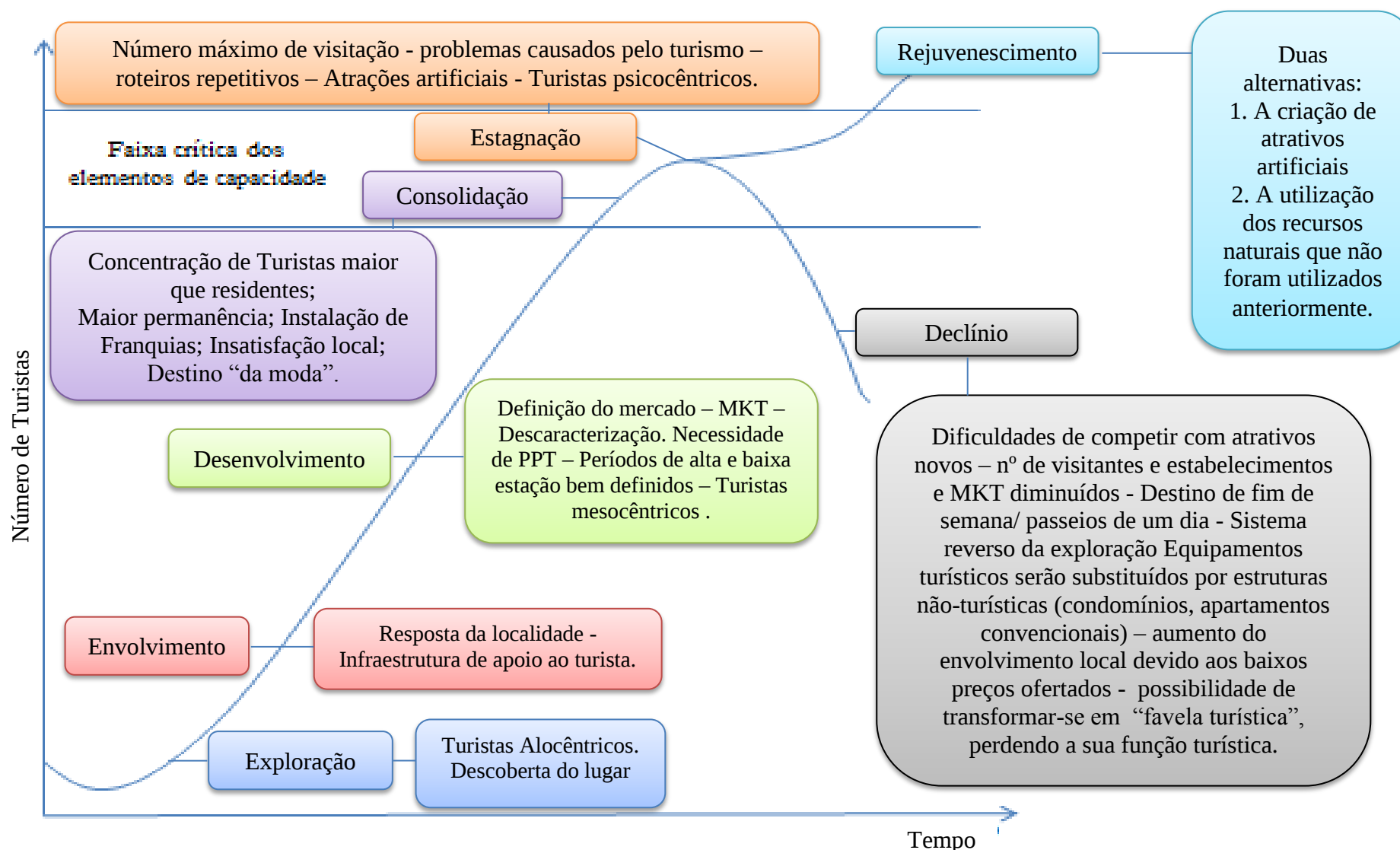


Figura 04: Modelo explicativo

Fonte: Adaptado de BUTLER (1980).

2.3.1 Exploração

Na primeira fase do modelo, a fase de exploração caracteriza-se por um pequeno número de turistas, exemplificados pelos turistas alocêntricos (PLOG, 1974), aquelas pessoas que buscam se aventurar por lugares ainda desconhecidos pelo grande público de turistas, sendo atraídos por características locais históricas, culturais e naturais. Em seu artigo Butler (1980) cita partes do Ártico canadense e América Latina.

2.3.2 Envolvimento

A segunda fase é denominada fase de envolvimento e inicia-se no momento em que o turismo apresenta alguma regularidade e os moradores locais passam a disponibilizar hospedagem, sendo em suas residências, ou em estabelecimentos próprios para este fim. Da mesma forma, os estabelecimentos de Alimentos e Bebidas também são ofertados, tendo em vista o atendimento aos visitantes e são identificados períodos de sazonalidade no fluxo turístico, o que indica alta e baixa temporada. É nesse momento que iniciam as cobranças ao Governo para melhorias de acesso, transportes, entre outros, que visem facilitar o deslocamento do turista, sendo citados pelo autor, alguns dos lugares menos desenvolvidos do Pacífico, Ilhas do Caribe e áreas menos acessíveis da Europa Ocidental e América do Norte.

Estudos brasileiros indicam as fases em que alguns destinos se encontram, estando na fase de envolvimento o destino de Diamantina – MG, como explicitado a seguir:

A partir do estudo do modelo TALC, conhecendo as características de cada fase juntamente com as informações obtidas por meio das entrevistas e da comparação com os dados obtidos na PDT[1], deduz-se que o destino Diamantina está na fase de envolvimento. Isso porque já existem serviços turísticos que são prestados em sua maioria por empresários locais, a economia da cidade ainda não está totalmente ligada ao turismo e o poder público já se preocupa em fornecer algumas facilidades para os visitantes. Outra evidência para esta fase é que de acordo com a referida pesquisa a maior parte dos visitantes dizem que não conheceu nenhum outro bairro, além do centro e 66% não visitou nenhum atrativo natural, evidenciando assim a falta de diversificação de produtos oferecidos, tendo ainda outros para serem explorados. (MEDAGLIA et al, 2011, p. 09).

Segundo o MTur (2010), Diamantina é um dos quatro destinos indutores do turismo mineiro, por possuir atributos atraentes a demanda turística, mas ainda assim, encontra-se na fase inicial do ciclo de vida de áreas turísticas proposto por Butler (1980). O modelo não

¹ PDT: Pesquisa de Demanda Turística Real de Diamantina e Região - PDT realizada pelo Departamento de Turismo da UFVJM (SILVEIRA e MEDAGLIA, 2011). MEDAGLIA et al (2011, p. 08).

orienta-se em afirmar o potencial turístico de uma localidade, mas de direcioná-lo na orientação da fase em que se encontra para assim, a localidade planejar os passos futuros.

2.3.3 Desenvolvimento

A terceira fase, chamada fase de desenvolvimento, que na figura 03 (Modelo TALC) apresenta-se como a mais extensa, caracteriza a definição do mercado turístico local, onde a publicidade se faz presente de forma considerável. Pela dificuldade no controle do desenvolvimento local, o espaço se mostra em processo de descaracterização. As facilidades de hospedagem em residências ou lugares adaptados para hospedagem, por exemplo, oferecidas anteriormente, dão lugar a organizações externas mais modernas. Ao mesmo passo que os atrativos naturais e culturais são comercializados especificamente, segmentando a prática turística, além de serem complementados por “instalações artificiais importadas” (Id, 1980, p. 08). A aparência física do lugar sofre alterações perceptíveis, o que faz com que a população se divida nas opiniões acerca destas modificações que surgiram com o crescimento do turismo. Butler (1980) exemplifica esta fase citando alguns destinos mais desenvolvidos do México, ilhas do Pacífico e norte e oeste da África.

Nesta fase, fazem-se necessários o envolvimento regional e nacional voltados para o planejamento e fornecimento de instalações, o que pode mais uma vez, divergir a opinião local. É neste estágio que identificam-se claramente os períodos de alta estação, quando o número de turistas se faz igual ou superior ao número de residentes. A mão de obra externa ao lugar será utilizada e empresas de suporte à atividade turística aparecerão. O tipo de turista também está em processo de modificação, saindo de cena os turistas aloclétricos e entrando os turistas mesocêntricos, levando o lugar à fase de consolidação do turismo.

No município de Natal, capital do Estado do RN, Aires *et al* (2012, p. 12) afirmam que o referido destino está na fase de desenvolvimento.

[...] pode-se afirmar que dentre fases propostas pelo modelo de análise de BUTLER (1980), Natal tem vivenciado três das seis fases em seu processo evolutivo enquanto destino turístico, a saber: a fase do descobrimento (exploração) do potencial turístico, compreendida entre 1930 até 1964. [...] Em seguida, a fase de envolvimento (1964 a 1986), caracterizada pela inclusão do turismo dentre as metas dos agentes envolvidos com a atividade e por consequência de “tentativas de levar Natal/RN ao conhecimento nacional”. Foi quando começaram movimentos mais explícitos da iniciativa privada no sentido de organizar e criar uma oferta turística mais qualificada e organizada. [...] A fase atual, que abrange desde o ano de 1986 até os dias atuais, pode ser considerada como de desenvolvimento do turismo na cidade, marcada pela relação dinâmica, capaz de proporcionar benefícios econômicos evidentes por via dessa atividade, fazendo com que os agentes

invistam na ampliação da oferta turística, sobretudo nos meios de hospedagem e restaurantes. As intervenções nessa nova fase devem ser empreendidas com base no desenvolvimento de um processo de reestruturação planejado.

Embora seja considerado um destino turístico, os autores citados, seguindo os passos do modelo utilizado, Natal ainda encontra-se na fase de desenvolvimento.

2.3.4 Consolidação

A quarta fase é a consolidação do destino, quando o número de visitantes é superior ao de residentes, estando a maior parte da economia local vinculada ao turismo. O marketing possui grande alcance, e visa à permanência prolongada dos turistas no lugar. Grandes franquias podem aparecer, e a concentração de turistas, aliada às facilidades oferecidas para esse público, pode causar insatisfação aos residentes, principalmente àqueles que não atuam no turismo devido às restrições nas atividades dos mesmos, citando como exemplo o Caribe e a Costa Mediterrânea do Norte. O autor refere-se a cidades *resorts*, que possuem “[...] bairros bem definidos recreativos, comerciais [...]” (BUTLER, 1980, p. 08), o que associando à realidade atual, onde passaram-se mais de trinta anos da criação do modelo, faz-se relacionar ao turismo de segunda residência. Devido à ampla oferta de hospedagem, as instalações antigas são rebaixadas ao *status* de segunda categoria, não possuindo atratividade (novidade) para o turismo. É nesta fase que identifica-se o local como um “lugar da moda”.

No Brasil Araújo *et al* (2007) e Chaves e Rangel (2012) em seus estudos voltados para Bonito (MS), aplicando o TALC, concordam em afirmar que o município encontra-se na fase de consolidação, tendo passado pelas fases anteriores. Os autores não indicam uma projeção de declínio ou rejuvenescimento, mas concordam na sugestão de que a fase de declínio poderá ser evitada através dos esforços do poder público e da iniciativa privada, incluindo os agentes locais, com vistas a projetar o destino à vitalidade e sustentabilidade. Faz-se necessário um registro, de Araújo *et al* (2007) realizaram um estudo similar na localidade, utilizando o TALC e obtiveram a mesma conclusão mesmo com cinco anos de diferença entre os estudos, o que aponta uma dimensão dos períodos que cada fase pode apresentar.

A partir do estudo citado, é possível perceber a dinamicidade da atividade turística e a complexidade da consolidação de um destino.

2.3.5 Estagnação

A quinta fase é indicada como fase de estagnação e pode ser percebida quando são alcançados os números máximos de visitantes, sendo observados os problemas ambientais, econômicos e sociais, decorrentes do turismo. A imagem do destino estará formada e sólida, mas o lugar não estará mais “na moda”. A repetição fará parte dos roteiros de visitantes que retornam ao lugar, as atrações serão descaracterizadas por instalações artificiais através de influências externas. A imagem do *resort* diferencia-se do contexto geográfico da localidade, sendo citados no artigo original (BUTLER, 1980) os *resorts* da Costa Brava da Espanha, e Ontário. O tipo de turista passará de mesocêntrico para psicocêntrico.

Aguilar (2009) apresenta o ciclo de vida de um destino turístico na cidade de Puerto Vallarta, no México, indicando que a localidade se encontra na fase da estagnação, onde o turismo de segunda residência se colocou como opção entre as fases de desenvolvimento e consolidação, tendo sido uma solução para a atividade turística não entrar em declínio antes mesmo das fases subsequentes.

Passada a fase de estagnação, são apresentadas cinco outras fases, que estão detalhadas posteriormente no quadro 02. Serão exemplificadas as duas, julgadas como principais fases, que são as fases de declínio, quando a localidade passa a ser desconsiderada turisticamente, e a fase de rejuvenescimento, quando o destino apresenta uma opção inovadora e diferenciada àquela comercializada anteriormente.

2.3.6 Declínio ou Rejuvenescimento

Na fase de declínio, o destino terá dificuldades de competir com atrativos novos, e terá os números de visitantes e estabelecimentos turísticos diminuídos. A divulgação será diminuída, e o destino será cada vez mais utilizado para passeios de fim de semana, ou passeios de um dia. Um exemplo citado como provável de estar entrando nesta fase por Butler, na década de 80, foi Miami Beach.

Nesta fase o sistema reverso da exploração acontece. Equipamentos anteriormente utilizados para o turismo serão substituídos por estruturas não-turísticas, como condomínios, casas de repouso, ou apartamentos convencionais, tornando-se inviável instalações turísticas nesse período, aumentando o envolvimento local com a atividade, pois a partir dos baixos preços ofertados, residentes possuem condições para adquirir as instalações à venda, podendo a localidade atingir um nível de declínio tão acentuado que é nomeado por Butler (1980, p. 09) de “favela turística”, perdendo completamente a sua função turística.

Para Álvares e Lourenço (2006, p. 14), o estudo da Ilha da Madeira em Portugal, indica uma tendência ao declínio, conforme citação a seguir:

Alguns dados preliminares do final de 2004 apontam para uma tendência ao declínio do turismo. Esta constatação é confirmada por um estudo da Direção Geral de Turismo – D.G.T, no qual classifica a Madeira na posição de índices de debilidade de 2000 a 2005. Desta forma, estabelece-se a hipótese que um novo esforço de planeamento e investimentos em marketing deverá ser realizado na Ilha da Madeira com o intuito de reverter essa situação.

Outro ponto interessante do modelo é a possibilidade de sua análise, e com ela, a possibilidade de identificação da fase em que a localidade analisada se encontra, para que decisões emergenciais ou de longo prazo possam ser tomadas, como sugerem os autores acima citados.

Seguindo o curso contrário ao declínio, Butler (1980) apresenta a fase de rejuvenescimento, com duas alternativas para tal: A criação de atrativos artificiais, citando o caso de Atlantic City, quando na implantação de cassinos, na condição de que as áreas circunvizinhas assim o façam, para que não haja apenas um atrativo ofertado. A segunda alternativa é que se faça uso dos recursos naturais que não foram utilizados anteriormente, citando o caso dos Spa's na Europa, ou o caso de Aviemore na Escócia, que optou pelo turismo de esportes de inverno como forma de rejuvenescimento, recebendo turistas durante todo o ano, sendo viável o surgimento de novas instalações.

Nesta fase, é imprescindível a parceria ente o poder público e a iniciativa privada, e ainda assim, a partir do rejuvenescimento, torna-se difícil a manutenção deste destino com alta atratividade, a não ser que a localidade possa dispor de atrativos onde haja acréscimo de elementos às suas atrações, como é o caso citado das Cataratas de Niágara e da Disneylândia.

Barros (2005, p. 251) relata que a Região Turística de Pipa (RTP), compreendendo os municípios de Tibau do Sul e Canguaretama, localizados no litoral sul potiguar, passa pela fase de rejuvenescimento, ou fase de *reciclo do produto*, como cita:

Longe de ser único e peculiar à RTP, isto é, algo singular (idiográfico) a este lugar, o *reciclo do produto* tal como foi definido nas páginas anteriores acontece como *regularidade comparativamente observável* em muitas outras localidades litorâneas do país com condições de grande disponibilidade de estoque de Capital Natural.

Butler (1980) afirma que o ciclo pode não apresentar as fases tão claramente comparadas de um lugar para outro, assim como este ciclo deve ser parte constante do planejamento do turismo uma

vez que tanto órgãos públicos como privados deixam de incluir o período de vida esperado de uma área turística ou pelo menos, de suas atrações em seu planejamento, esperando que o número de visitantes cresça continuamente.

O processo é relativo também de acordo com a atratividade do local, que pode tornar-se desinteressante antes mesmo da fase de envolvimento, igualmente de acordo com a reação da população local.

Após o período de estabilização, são demonstradas cinco variações na curva, partindo da letra “A” à letra “E”, conforme pode ser visualizado no quadro 2.

DIREÇÃO DA CURVA	SITUAÇÃO
A	Apresenta uma reconstrução bem sucedida, resultando em novo crescimento e expansão.
B	Pequena modificação e ajuste aos níveis de capacidade e proteção contínua de recursos poderia permitir um crescimento contínuo a uma taxa muito reduzida.
C	A readequação para atender todos os níveis de capacidade permitiria um nível mais estável de visitação devendo ser mantida após um inicial reajuste para baixo.
D	O uso excessivo e a continuação de recursos, sem substituição do envelhecimento da planta, diminui a competitividade com outras áreas resultando no declínio acentuado.
E	A intervenção de guerra, doença, ou outros eventos catastróficos resultaria numa diminuição imediata do número de visitantes.

Quadro 02: Quadro de Direcionamento da curva “S”.

Fonte: Adaptado de Butler (1980).

O autor afirma que o grande problema em testar a hipótese é a obtenção de dados relacionados aos visitantes por longos períodos, devido a indisponibilidade dos referidos dados, sendo os argumentos gerais do trabalho que levantou a teoria do ciclo de vida de áreas turísticas, fundamentados em áreas que ativas turisticamente há trinta ou quarenta anos.

Outras variações da curva podem ser percebidas e esperadas de acordo com diversos fatores, entre eles “a taxa de desenvolvimento, números de visitantes, acessibilidade, políticas governamentais, e os números de competição em áreas semelhantes.” (BUTLER, 1980, p. 11). Mais um resultado comprovado se deu em relação às melhorias de acesso, onde pôde se perceber um aumento significativo de visitação, tendo como exemplos o desenvolvimento de *resorts* na Grã Bretanha, França, Ontário e Estados Unidos (Leste), completando com a afirmação de que “Se o desenvolvimento de instalações e acessibilidade está atrasado, por qualquer motivo (por exemplo, oposição local, a falta de capital, falta de interesse do lado de

fora), o período de exploração pode ser muito mais longo do que o previsto”. (Id, 1980, p. 11). O modelo comprova sua aplicabilidade quando comparado as seguintes áreas de *resorts*:

As áreas de resort do norte Mediterrâneo, Grã-Bretanha, costa nordeste dos Estados Unidos, e as partes da Flórida mudaram constantemente através de uma sequência evolutiva. Outras áreas, como o Havaí, Caribe e ilhas do Pacífico, e as áreas de resort ao norte da África, estão em estágios iniciais do ciclo, mas o padrão de visitação fortemente aproxima-se da curva ilustrada na Figura 1. (Tradução nossa).

Finalizando, o autor sugere àqueles responsáveis pelo planejamento, desenvolvimento e gestão de áreas turísticas, que é importante que se haja uma mudança de atitude, visto que as atrações turísticas devem ser tratadas como recursos finitos e possivelmente, não renováveis. Mais uma vez a questão da sustentabilidade emerge no alerta de se proteger e preservar os atrativos, através do respeito à capacidade de carga do local.

Da mesma maneira que citado anteriormente, é importante insistir na teoria da Butler (1980) como clássica, pois passados os seus 33 anos, ela permanece atual. A teoria é de fácil aplicação, apresenta-se de forma clara, descrevendo os processos as quais se apresenta, alertando que assim como está exposta, pode ser alterada de acordo com a realidade do local.

Outras teorias somam-se a de Butler (1980) com vistas a uma gestão mais eficiente do turismo, destacando a responsabilidade dos gestores na tomada de decisão e na atualização e entendimento do modelo para visualizar as soluções futuras.

O TALC mostra-se heterogêneo no que concerne à sua aplicação, uma vez que apresenta-se como o Ciclo de Evolução de Áreas Turísticas, e essas áreas são eleitas pelo pesquisador/gestor de acordo com a necessidade da pesquisa, podendo ser aplicado em localidades isoladas, sub-regiões, áreas que desenvolvem o mesmo tipo de atividade, entre outros, mostrando-se como um modelo prático devido à flexibilidade e a diversidade de espaços para aplicação do mesmo, como apresentado neste trabalho.

O presente trabalho visa, a partir desta teoria, identificar em que fase localiza-se o polo Seridó, através das ações ocorridas e do tempo em que se refere à região com abordagem turística.

3 METODOLOGIA

3.1 Tipo de Estudo

Utilizou-se neste estudo um procedimento metodológico funcionalista de abordagem qualitativa, de amostragem não-probabilística, tendo como estratégia de pesquisa o estudo de caso.

De acordo com Yin (1981, p. 155) o estudo de caso significa:

[...] uma estratégia de pesquisa que busca examinar um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto. Difere, pois, dos delineamentos experimentais no sentido de que estes deliberadamente divorciam o fenômeno em estudo de seu contexto.

O presente estudo se encaixa nesse perfil, uma vez que o mesmo discorre acerca de um fenômeno contemporâneo, buscando a análise do estudo dentro de seu contexto através da pesquisa qualitativa.

Na pesquisa qualitativa o papel do pesquisador é de especial importância. Os pesquisadores e as suas competências comunicativas constituem o principal “instrumento” de coleta de dados e cognição, não podendo, por isso, adotar um papel neutro no campo e em seus contatos com as pessoas a serem entrevistadas ou observadas. (FLICK, 2002, p. 70).

A circularidade se fez presente neste trabalho, pois a pesquisa qualitativa apresenta a possibilidade de relações entre as etapas do processo e alterações, sendo necessária presença constante da observação e criticidade do autor, permitindo a possível reconstrução da investigação no desenvolvimento da pesquisa, havendo durante o processo inclusão ou exclusão de atores locais, representantes de outros segmentos presentes na região, de acordo com a necessidade percebida no decorrer da pesquisa, sendo essa circularidade “um dos pontos fortes da abordagem, pois obriga o pesquisador a refletir permanentemente sobre todo o processo de pesquisa e sobre etapas específicas à luz das outras etapas – ao menos, quando é aplicada de forma consistente.” (FLICK, 2004, p.60).

O processo circular refere-se a não existência de um processo de começo, meio e fim, mas sim à possibilidade de mudanças no processo de acordo com as suposições preliminares presentes em uma pesquisa científica e a comparação da mesma a partir da coleta e interpretação dos dados pesquisados quando relacionados à teoria, obrigando uma reflexão

permanente acerca do assunto abordado, pois a preocupação da pesquisa qualitativa encontra-se no processo e não somente com os resultados.

A pesquisa está fundamentada em fontes secundárias, levantamento bibliográfico e acesso a trabalhos científicos, além de material empírico e documental, conta outrossim com fontes primárias através de entrevista com a gestora do PNMT (1994 – 2002) e do PRT (2003 – 2013), caracterizando como sendo de nível histórico-descritivo e narrativo, de amostragem não-probabilística por conveniência.

Segundo Gil (1994), pesquisas exploratórias são aquelas desenvolvidas a fim de proporcionar uma visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato e as pesquisas descritivas são aquelas que objetivam levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população, explicando a amostragem não-probabilística como amostragem que não utiliza fundamentação matemática ou estatística, dependendo dos critérios do pesquisador, sendo opcional a seleção dos elementos que possam representar o universo da pesquisa.

A pesquisa de caráter descritivo “fala de coisas e das situações e circunstâncias que as rodeiam” (MARTINS E BICUDO, 1989, p.48), sendo assim, a pesquisa destina-se a descrever situações e vivências dos entrevistados, a partir de entrevista semiestruturada.

A amostragem não-probabilística por conveniência configura-se no tipo de abordagem que se aproxima ao contexto em que o pesquisador se insere, quando fica a seu critério a escolha da amostra. “O pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo.” (GIL, 1994, p. 104)

Os dados quantitativos que porventura façam parte deste trabalho científico servirão como base para a pesquisa, partindo do princípio que, para este caso “o importante é pensar que os dados quantitativos formam apenas um esqueleto desprovido de músculos. Os músculos que revestem o esqueleto são fornecidos pelos dados obtidos através da entrevista”. (MARTINS e BICUDO, 1989, p. 54).

Existem aspectos de estranheza e familiaridade que definem o tipo de pesquisa a se realizar. Neste caso foi utilizado o caráter de familiaridade, uma vez que a realidade estudada é conhecida e vivenciada, facilitando o acesso às informações devido à confiança adquirida e a relação existente entre participantes e pesquisador.

O enfoque fenomenológico se faz presente, uma vez que a fenomenologia tem como ideias básicas a vivência e a consciência, e apresenta o conceito de *intencionalidade* como fundamental, preservando a “ideia de que a consciência sempre está direcionada a um objeto, reconhecendo que não existe objeto sem sujeito.” (TRIVINOS, 1995, p. 43).

A intencionalidade presente na fenomenologia não está relacionada com a tendência, manipulação ou influência, todavia, está ligada a conhecimentos adquiridos, vivências, consciência de algo. Está relacionado com o entendimento e compreensão de determinados acontecimentos, tendo dados quantitativos utilizados somente como base para a iniciação de uma pesquisa mais profunda.

O contexto cultural onde se apresentam os fenômenos permitem através da interpretação deles, estabelecer questionamentos, discussões dos pressupostos e uma busca dos significados da intencionalidade do sujeito frente à realidade. Desta maneira, o conhecer depende do mundo cultural do sujeito. (TRIVINOS, 1995, p. 45).

Este enfoque dá ao pesquisador a oportunidade de interpretação necessária à pesquisa qualitativa, defendendo que todas as informações adquiridas pelo ser humano em toda a sua vida tem a influência da visão pessoal de cada um e é esta visão que faz a pesquisa tornar-se única.

A postura mantida na pesquisa foi a hermenêutica filosófica, devido a inclusão de formas verbais e não-verbais de interpretação, visando a análise do conteúdo para chegar ao consenso de sua interpretação.

A hermenêutica filosófica sustenta que “a compreensão não é, em primeiro lugar, uma tarefa controlada por procedimentos ou por regras, mas sim, justamente, uma condição do ser humano. A compreensão é a interpretação.” (SCHWANDT, 2006, p.198).

Ainda seguindo o pensamento deste autor,

[...] no ato de interpretar (ou tomar algo por algo), a tendenciosidade ou o preconceito sócio-historicamente herdados não são considerados uma característica ou um atributo do qual o intérprete deva esforçar-se para se livrar, ou qual ele deva empenhar-se para controlar a fim de chegar a uma compreensão “clara”. Acreditar que isso é possível é supor que as tradições e os prejulgamentos concomitantes que influenciam nossos esforços de compreender são por nós facilmente controláveis, podendo ser desconsiderados à vontade. Mas a hermenêutica filosófica sustenta a idéia de que a tradição não é algo externo, objetivo e pertencente ao passado – do qual podemos nos livrar e nos distanciar (Gadamer, 1975). Em vez disso, como explica Gallagher (1992), a tradição é “uma força viva que penetra toda compreensão. [...] as tradições influenciam o que somos e o modo como

compreendemos o mundo, a tentativa de nos afastarmos do processo da tradição seria comparável a tentarmos nos afastar de nossa própria pele”. (SCHWANDT, 2006, p. 199).

Esta postura traduz a relação entre o pesquisador e os conhecimentos de vida adquiridos defendendo que estes não podem ser dissociados e em como orientam o entendimento do pesquisador devido a informações recebidas ao longo de sua vida, fazendo com que o seu entendimento apresente aspectos que contribuam positivamente para a pesquisa, sem, contudo, manipulá-la.

3.2 Universo do Estudo

Segundo GIL (1994, p.99), universo ou população “é um conjunto definido de elementos que possuem determinadas características.”, sendo assim, tem destaque neste estudo os agentes sociais que atuaram no processo de planejamento do polo Seridó nos diversos setores.

Como amostra, levando em consideração que a mesma é o “subconjunto do universo ou da população, por meio do qual se estabelecem ou se estimam as características desse universo ou população” (GIL, 1994, p. 100), a presente pesquisa faz menção à representantes do poder público estadual e municipais (região), gestores do projeto (SEBRAE), representantes da iniciativa privada, representantes da sociedade civil e terceiro setor através das interpretações das atas das reuniões do Conselho, assim como a realização de entrevista com a então gestora estadual do PNMT e PRT

3.4 Coleta de Dados

Os instrumentos a serem utilizados na coleta de dados consistirão na realização de entrevistas estruturadas junto à gestora apresentado anteriormente.

Também serão aplicadas como fonte de dados o acesso a documentos da organização (ROESCH, 1996). Este tipo de fonte de dados consiste em ter acesso a documentos pertencentes às organizações que, ou seja, é o acesso aos dados secundários necessários para conhecimento mais profundo do objeto da pesquisa, neste caso, o acesso às atas das reuniões do Conselho.

Em se tratando de estratégias de amostragem, foi utilizada a amostragem teórica, seguindo pensamento da citação seguinte.

[...] o processo de coleta de dados para a geração de teoria por meio da qual o analista coleta, codifica e analisa conjuntamente seus dados, decidindo quais dados coletar a seguir e onde encontrá-los, a fim de desenvolver sua teoria quando esta surgir. Esse processo de coleta de dados é controlado pela teoria em formação. (GLASER E STRAUSS, 1967, p. 45).

O critério utilizado foi o da saturação teórica, conforme explica a citação a seguir:

[...] o critério para o julgamento de quando interromper a amostragem de diferentes grupos pertinentes a uma categoria é a saturação teórica da categoria. Saturação significa que não está sendo encontrado nenhum dado adicional através do qual o sociólogo possa desenvolver propriedades da categoria. (GLASER E STRAUSS, 1967, p. 61).

Nesse caso, no momento em que o pesquisador julgar não haver nenhuma informação nova em relação à pesquisa, a integração de outros materiais é encerrada.

A técnica de coleta de dados foi a observação participante de forma aberta, que segundo Roesch (1996, p. 162):

Ocorre quando o pesquisador tem permissão para realizar sua pesquisa na empresa e todos sabem a respeito de seu trabalho. Seu principal problema é conseguir aceitação e confiança do pessoal. Para tanto, o êxito de sua pesquisa vai depender de sua capacidade de conseguir passar da figura de um estranho para a de um amigo.

Como citado anteriormente, o universo e a amostra da pesquisa são conhecidos, devido à presença do pesquisador pelo período três anos no Conselho de turismo ora mencionado, como conselheira titular, ressaltando o aspecto de familiaridade existente entre pesquisador e participantes, além do pesquisador ser natural da região, possuindo conhecimento de costumes, cultura, comportamento, tradição, como sugere a postura da hermenêutica filosófica mencionada.

3.5 Análise de Dados

A técnica de análise de dados utilizada nesta pesquisa é a análise de conteúdo, que busca a essência do texto, e não somente o seu relato. (BAUER, 2002, p.190)

A análise e conteúdo é apenas um método de análise de texto desenvolvido dentro das ciências sociais empíricas. Embora a maior parte das análises clássicas de conteúdo culminem em descrições numéricas de algumas características do corpus do texto, considerável atenção está sendo dada aos “tipos”, “qualidades” e “distinções” no texto, antes que qualquer quantificação seja feita. . (BAUER, 2002, p.190).

A análise de conteúdo está presente nos três objetivos específicos, visando a interpretação da pesquisa, através dos significados da fala e através das categorias de análise. A partir desta técnica, torna-se possível mensurar a clareza das mensagens, por exemplo, contando que o conteúdo exposto seja analisado, compreendido e absorvido.

De acordo com Bardin (1977, p. 42), a análise de conteúdo é “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens [...]”. Segundo a autora, a análise de conteúdo (que pode ser quantitativa ou qualitativa), é orientada pela codificação e categorização. Sendo composta por três fases, a análise de conteúdo orienta-se inicialmente a partir da pré-análise do texto, que é a fase da organização do conteúdo pesquisado, usando como procedimentos a leitura flutuante, objetivos e indicadores que sejam responsáveis por fundamentar a interpretação; na segunda fase faz-se a exploração do material, onde codifica-se os dados com base nas unidades de registro; e por fim, o tratamento dos resultados, onde é gerada a interpretação através da categorização, ou seja, na classificação dos elementos a partir de suas afinidades e diferenças, seguido do reagrupamento, a partir das características em comum.

Na sequência, apresenta-se o quadro metodológico, explanando as formas de interpretação inseridas nesta pesquisa.

3.5.1 Quadro metodológico

A EVOLUÇÃO DO TURISMO NO SERIDÓ: UMA ANÁLISE À LUZ DO MODELO DE BUTLER					
Objetivo Geral: Descrever a evolução do Seridó como região turística, à luz do modelo de Butler (1980).	Objetivos específicos	Categorias de análise	Autor	Coleta de dados	Análise de dados
	a) Descrever as etapas de evolução do turismo no Seridó através de um recorte histórico (1950 – 2014).	➤ Turismo no Seridó ➤ Planejamento ➤ Planejamento Participativo ➤ Políticas Públicas de Turismo	BUTLER (1980) Relaciona-se com o modelo no que se refere aos acontecimentos relacionados ao turismo na região, a fim de posicioná-los como parte da curva “S”.	Pesquisa documental (Produções científicas e documentos internos de organizações); Entrevista.	Análise de conteúdo.
	b) Descrever a região Seridó a partir do modelo de BUTLER (1980).	➤ Desenvolvimento ➤ Planejamento participativo ➤ Ações ➤ Poder público ➤ Iniciativa privada	BUTLER (1980) Está ligado ao modelo, tendo suas etapas orientadas para as fases de exploração, e envolvimento e desenvolvimento ou estando inserido na faixa crítica de elementos de capacidade – consolidação, estagnação, rejuvenescimento ou declínio, identificando a provável fase em que se encontra, a partir deste estudo.	Pesquisa documental (Produções científicas e documentos internos de organizações); Entrevista.	Análise de conteúdo.
	c) Propor sugestões para a continuidade da atividade turística no Seridó.	➤ Atrativos ➤ Desenvolvimento ➤ Planejamento participativo ➤ Ações ➤ Poder público ➤ Iniciativa privada	BUTLER (1980) Relaciona-se com o modelo a partir da inserção da região no modelo e das proposições para a continuidade da atividade turística, com vistas na evolução.	Pesquisa documental (Produções científicas e documentos internos de organizações);	Análise de conteúdo.

4 RESULTADOS

4.1 Etapas da evolução do turismo no Seridó

Para a análise dos resultados, optou-se por traçar um histórico da região Seridó no que se refere ao fluxo de visitantes na localidade, sendo possível presumir fluxo de demanda externa tendo como referência a economia predominante nos períodos abordados a posteriori nesta análise.

As primeiras visitas existentes na região do Seridó não se relacionam diretamente com o turismo, mas sim com suas atividades econômicas, aqui relatadas como as principais responsáveis por impulsionar o desenvolvimento da região, sendo estas a pecuária, a cotonicultura, a mineração (em especial, a extração da Scheelita) e a atividade ceramista.

Neste capítulo estão apresentadas as fases do Modelo de Butler (1980), conjuntamente com as atividades econômicas desenvolvidas no Seridó, em seus devidos períodos, demonstrando onde cada fase se encaixa no referido modelo.

4.1.1 A Fase de Exploração

Inicia-se este levantamento a partir do Século XVI, o primeiro período marcante a partir do povoamento da região após a ocupação portuguesa no Brasil. Tendo sido identificada como região interiorana do Estado do Rio Grande do Norte, apartada da área do cultivo da cana-de-açúcar, que se desenvolvia com pujança na Zona da Mata, o Seridó passou a se destacar na criação de gado, sendo esta sua principal atividade econômica naquele período.

De acordo com MACÊDO (2012), a produção da cana-de-açúcar como principal moeda de exportação entre os séculos XVI e XVII, fez com que as criações de gado migrassem para o interior do estado. A plantação da cana e a atividade pecuária apresentavam-se como atividades importantes, que requeriam seus devidos locais, uma vez que havia necessidade de espaço para o plantio da cana, bem como de espaço para-pasto e criação de gado, tornando-se inviável abarcar as duas atividades em áreas aproximadas.

Embora a criação de gado não possa ser comparada economicamente à produção da cana-de-açúcar, pois “o gado, quando negociado nas feiras ou núcleos urbanos do litoral, auferia, em geral, apenas 5% do valor da exportação do açúcar” (MACÊDO, 2012, p. 32), ela

se mostrava imprescindível para a subsistência, pois era o principal ingrediente na alimentação dos senhores de escravos, além de ser utilizado como força de tração para o transporte e a moagem da cana.

Presume-se então que os primeiros visitantes que chegaram à região do Seridó, tenham o feito na intenção de realizar negócios, comercializando a produção de gado de corte da região. Nesta época, a carne era vendida salgada e consequentemente desidratada após ficar exposta ao tempo, com a finalidade de adquirir durabilidade, nascendo assim o termo “carne de sol”.

Segundo Macêdo (1998), à sombra da pecuária, a região não apresentava culturas agrícolas economicamente relevantes, o que sofreu uma brusca mudança precisamente com a seca de 1845, quando praticamente todo o rebanho foi dizimado, encontrando como recurso para escapar do flagelo, atividades agrícolas, estando entre elas, a cultura do algodão mocó ou Seridó. Dantas e Morais (2001, p._?) reforçam esta afirmação anunciando que “Se a pecuária teve o papel de sedimentar a vida interna alicerçada nas grandes fazendas de gado, portanto dando contorno ao espaço rural, a cotonicultura vai projetar o Seridó para além de suas fronteiras, redesenhando a sua importância no cenário estadual”, o que o faria ocupar lugar de destaque no século seguinte, superando a produção da cana-de açúcar.

"O algodão não seguiu a mesma trajetória que o açúcar, pois o fim da fase áurea da exportação para o mercado externo, da década de 1860, não significou sua estagnação ou retrocesso; pelo contrário, foi em anos posteriores a essa fase que se expandiu o cultivo pelo sertão norte-rio-grandense, de uma variedade de algodão característica do meio - o algodão mocó ou algodão seridoense" (TAKEYA, 1985, p. 33).

Macêdo (1998) ainda afirma que, havia dois tipos de algodão produzido no RN, o arbóreo, também conhecido como algodão mocó ou Seridó, e o herbáceo. O algodão herbáceo não se apresentava competitivo para exportação, ocupando espaço somente na economia nacional, devido à possibilidade de produção de tecidos menos elaborados em consequência da baixa qualidade de sua fibra, além de ser mais suscetível a pragas assim como por possuir ciclo vegetativo curto, de aproximadamente um ano. Por estas razões, o primeiro tipo, o algodão mocó, que melhor se adaptou à região do Seridó devido às suas raízes profundas, característica que o fazia mais resistente às secas, produzindo por até oito anos, sendo menos suscetível às pragas. O algodão mocó possuía fibra longa, o que possibilitava a confecção de tecidos finos, ocupando lugar de excelência no mercado de exportação internacional.

Enquanto deteve a reputação de algodão de primeira qualidade, o Seridó foi celebrado, seja pelos intelectuais da elite seridoense, seja em eventos fora do Nordeste. Registrou o *Dicionário Geographico e Ethnographico do Brasil* 1922: "O produto é de ótima qualidade. Na Exposição Nacional de 1908, o da zona do Seridó obteve o grande prêmio e o de toda a região sertaneja alcança sempre cotações superiores nos mercados internos e externo." (MACÊDO, 1998, p. 01).

Conforme o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Seridó – II, além do Seridó, outras quatro regiões atuavam na produção do algodão mocó, [...] “Litoral Norte (antigo Sertão Central), Serrana, parte do Agreste e Mossoroense (antiga Salineira)” (PDSS – II, 2000, p. 134).



Imagem 01: Algodoeira Seridó (Alsecosa) – Caicó RN.
Fonte: www.bardeferreirinha.blogspot.com.br



Imagem 02: Algodão (Créditos: A/D)
Fonte: <http://historiadoserido.openbrasil.org>

Seguindo cronologicamente o ciclo do algodão, ARAÚJO (200_) afirma que o engajamento de seridoenses na política auxiliou o crescimento da economia algodoeira. Através do apoio de coronéis do algodão, os representantes seridoenses José Augusto e Juvenal Lamartine reverteram o processo oligárquico de açucareiro/têxtil, para algodoeiro/pecuarista em meados da segunda década do século XX passando a oligarquia algodoeira a valorizar os intelectuais do Seridó, tornando-a uma região de respeito na política norte-riograndense.

José Augusto e Juvenal Lamartine foram dois intelectuais que fizeram parte da classe política do estado, José Augusto, natural de Caicó, liderava entre outras questões, matérias relacionadas à educação e a cultura, tendo em sua homenagem os nomes do Palácio José Augusto e da Fundação José Augusto (ARAÚJO, 2004).

Juvenal Lamartine, natural de Serra Negra do Norte, foi um intelectual e defensor das causas regionais, dando nome ao primeiro estádio de futebol da capital potiguar. Bacharel em Ciências Jurídicas Sociais ocupou diversos cargos públicos e relevantes para o estado do RN, entre eles os cargos de Juiz de Direito (1893-1903), Vice-Governador do RN (1904-1906),

Deputado Federal (1906), Senador da República (1927) e Governador do Estado do Rio Grande do Norte (1928-1930) (ARAÚJO, 2004).

Com o crescimento da cotonicultura no Seridó, Macêdo (1998) relata que os produtores iniciaram o processo de experimentos de outras variedades do algodão importadas vindo estas da América e do Egito. A partir desta prática, Juvenal Lamartine mostrou preocupação na Conferência algodoeira de 1915, alertando aos produtores em relação à prevenção quanto aos experimentos de outros tipos de algodão importados, pois os mesmos podiam trazer consigo parasitas, prejudicando toda a lavoura existente. Juvenal Lamartine defendia o algodão mocó como sendo a lavoura autêntica das regiões secas.

Femenick (2010) relata que nos anos 1920 a região do Seridó produzia mais de 40% do algodão exportado pelo Estado do RN, atraindo para a região os benefícios oriundos do produto conhecido como “ouro branco”.

Já nos anos de 1920, o Seridó passou a produzir mais de 40% de todo algodão exportado pelo Estado. Os altos lucros atraíram quase todo o potencial de trabalho, capital e tecnologia disponíveis na região, que foram empregados na produção, beneficiamento e comercialização daquilo que era um verdadeiro ouro branco. (FEMENICK, 2010, p. _?).

Nesta mesma década, o RN foi Governado por José Augusto e Juvenal Lamartine e havia no Estado uma oposição entre a "política do Agreste" e a do "Seridó", período de repressão que antecedeu à revolução de 1930, revolução esta que veio a depor o então Governador Juvenal Lamartine. Durante a revolução, surgiu um novo líder seridoense: Dinarte Mariz (SILVA, 200_).

De acordo com Medeiros Filho (200_), Dinarte Mariz liderou o movimento anti-comunista no RN, organizando um grupo de resistência armada que reagiu ao grupo comunista que partia com destino ao Seridó, precisamente na Serra do Doutor, localizada entre as cidades de Santa Cruz, região do Trairí, e Currais Novos, região do Seridó, esfacelando assim o movimento comunista no Trairí, influenciando a derrota deste movimento no Estado do RN, que durou apenas três dias.

A partir da cotonicultura na região Seridó, houve uma projeção do lugar para outros estados brasileiros e países, o que deu visibilidade a área, salientando os políticos seridoenses para a elite política do Rio Grande do Norte, como afirmam Dantas e Moraes (2001, p. _?).

Nesse contexto, é possível dizer que até o século XIX a região do Seridó não passava de um recanto, cuja produção destinava-se apenas para o consumo interno, sem grandes vinculações extra-regionais. Entretanto, esse quadro foi revertido a partir da cotonicultura como atividade comercial de exportação. Nesse cenário o Seridó despontava como principal região econômica e epicentro do poder político do Estado.

Neste mesmo período o algodão nordestino sofreu impacto negativo devido a uma grande concorrência com o algodão produzido no Estado de São Paulo, devido à produção em larga escala, além da atualizada tecnologia em comparação à aplicada na região Nordeste, especialmente nas regiões que produziam o algodão arbóreo (PDSS, 2000), o que não fez com que a produção parasse, pois a mesma entraria nos seus períodos áureos nas décadas seguintes.

De acordo com Moraes (2005), nesta época o Seridó contava com 08 municípios entre vilas e cidades, sendo estes nomeados em ordem de criação (e desmembramentos²): Cidade de Caicó, Cidade do Acari, Cidade de Jardim do Seridó, Vila de São João do Sabugi, Vila de São Miguel de Jucurutu, Cidade de Currais Novos, Vila de Flôres e Cidade de Parelhas.

A autora reitera que a Igreja Católica foi uma importante aliada para a delimitação territorial da região, onde a mesma na década de 1940, devido ao desenvolvimento existente por meio da cotonicultura, decide criar um bispado no Seridó instalando, neste mesmo ano, a Diocese de Caicó compreendendo as paróquias da região. Tal atitude traria uma grande contribuição para a localidade, pois se consolidava ali o primeiro recorte cartográfico do Seridó do século XX, além das demais contribuições sociais, religiosas e educativas trazidas pela referida Igreja.

A criação da Diocese de Caicó representou uma grande conquista para a sociedade seridoense tendo em vista sua ampla atuação em diversos segmentos sociais, com especial relevo nas esferas religiosa e educacional. Igreja e educação no Seridó, ao longo da história, abriram veredas que contribuíram de forma incontestante para o desenvolvimento regional. Da criação de escolas de ensino fundamental e médio, passando pela fundação de seminário, abrigos e emissoras de rádio, além de envolvimento dos párocos e demais religiosos em movimentos sociais, trabalhos de orientação familiar e atividades docentes, as ações da Diocese foram relevantes no sentido de criar novas perspectivas, delinear novos horizontes, alimentar o homem em sua fé e sabedoria. (Id, 2005, p. 218).

² Está inserida no mapa a Vila de São Tomé, desmembrada de Currais Novos, não sendo citada neste trabalho por não fazer parte da região Seridó segundo o MDA.

Além do turismo de negócios, outro tipo de turismo também surgia nessa época: o turismo religioso, embora não tenha sido reconhecido dessa forma na época, devido à desinformação acerca da atividade. Com a chegada da Igreja Católica, a promoção das festas de padroeiros locais ganhou destaque e notoriedade, iniciando um maior fluxo de visitantes entre as cidades da região em períodos de festividades.

Em meados de 1940, a região do Seridó, que já usufruía das economias pecuário/algodoeira, se deparou com mais uma fonte de riqueza local: a mineração, tendo sua atividade iniciada no período supracitado, sendo o grande chamariz da exploração mineral na região do Seridó a exploração da scheelita que, de acordo com Costa (2001), configura-se como sendo uma fonte de tungstênio utilizada para a fabricação de ligas metálicas, presentes em filamentos de lâmpadas, equipamentos de raios-x, pontas de canetas esferográficas, motores de foguetes, turbinas de aviões, armamentos bélicos, entre outros, devido ao seu alto grau de dureza e elevado ponto de fusão.

O Rio Grande do Norte era até então, o detentor da maior concentração de scheelita do Brasil, sendo o 4º colocado na produção de recursos minerais do país. A exploração no Estado iniciou-se na década de 1940, estimulada pelos Estados Unidos da América, que procuravam minério de tungstênio, dentre outros minerais. (SOUSA, 2007, p. 02).

Associando ao Modelo proposto por Butler (1980), o estudo julga ser neste período, que compreende a formação da região Seridó a partir do desenvolvimento das atividades econômicas, que a localidade se assemelha à primeira fase citada pelo autor, que é a fase da Exploração, onde os padrões de visitação se mostram irregulares.

Neste momento, não haveria instalações específicas previstas para os visitantes. O uso de instalações locais e de contato com os moradores locais são, portanto, susceptíveis de ser elevado, o que pode ser ele próprio (morador) uma atração significativa para alguns visitantes. O tecido físico e ambiente social da região não sofrerá alterações com o turismo, e a chegada e partida de turistas seria relativamente de pouca importância para a vida econômica e social dos residentes permanentes. (BUTLER, 1980, p. 07). (Tradução nossa).

Configurando-se em um período de descobertas, a primeira fase do modelo está ligada à revelação do lugar, aos aspectos históricos, culturais e naturais, que ao analisar a região do Seridó, percebe-se que esta ligação se volta às questões econômicas, onde por meio das atividades, desenvolveu-se um espaço com identidade e características próprias.

A questão que difere o modelo da análise proposta é propriamente o termo turismo, que neste período ainda não fazia parte dos conhecimentos e/ou interesses do seridoense, todavia pode-se associar o período vivenciado pela região como turismo de negócios, devido às viagens realizadas por visitantes no intuito de conhecer o produto oferecido, realizar transações e transportar o algodão para diferentes destinos, o acesso às cargas de scheelita ou às gemas de alto valor comercial.

Estes acontecimentos encerram a fase de exploração, dando início à nova fase do Ciclo de Vida de áreas Turísticas, que é a fase do Envolvimento.

4.1.2 A Fase de Envolvimento

Conservando a mesma ideia de percepção da fase anteriormente descrita, de apresentar acontecimentos para dar entendimento à análise proposta, serão apresentados nesta fase os acontecimentos da chegada dos equipamentos turísticos de meios de hospedagem e da aplicação das políticas públicas de turismo na região Seridó, demonstrando a existência do turismo na localidade e afirmando a vocação turística contida no referido lugar.

Devido a demanda existente associada à atividade de mineração, em meados da década de 50 foi construído na cidade de Currais Novos o Tungstênio Hotel (ainda em atividade), primeiro grande hotel da região, possibilitando aos visitantes estada na localidade, apresenta arquitetura moderna e sofisticada para a época.



Imagem 03: Tungstênio Hotel (1953)
Fonte: Raimundo Bezerra apud MEDEIROS (2010, p. 91)



Imagem 04: Tungstênio Hotel (2014)
Fonte: www.panoramio.com/photo/67391720

Faz-se conveniente destacar a importância do Desembargador Tomaz Salustino neste período por seus diversos feitos. Proprietário da Mina Brejuí, a maior e mais relevante para a exploração de scheelita da região, decidiu com recursos próprios modernizar a cidade de Currais Novos para um novo tempo de desenvolvimento local, estando entre uma de suas grandes iniciativas a construção do Hotel em voga, conforme citação a seguir:

Olhando todo esse processo de crescimento e modernização, não é difícil associar grande parte desse processo ao empresário e desembargador Tomaz Salustino. Herdeiro da elite algodoeira seridoense, esse cidadão foi o responsável pelo descobrimento da scheelita em Currais Novos no ano de 1943. Sendo o mais bem sucedido empresário desse ramo, acumulou grande riqueza que foi revertida em obras de utilidade pública, construindo com recursos próprios os prédios mais necessários e luxuosos da cidade. Em 1954, a revista “O Cruzeiro” do Rio de Janeiro, publica uma matéria intitulada a [sic] “A Mina de Pai Tomaz”, onde responsabiliza toda a modernidade curraisnovense a Tomaz Salustino. (MEDEIROS, 2010, p. 62).

Entre os anos 40 e 70, duas atividades econômicas estavam em evidência, gerando mais oportunidades de trabalho e geração de renda para a região. Embora as atividades se dividissem por todo o Seridó, as cidades de Caicó e Currais Novos se destacavam entre as atividades algodoeira e de mineração, respectivamente.

No período existente entre os anos 50 e 70, 50% da área destinada à agricultura do Estado do RN estava ocupada pela cotonicultura, sendo esta classificada em três tipos: Mata, Sertão e Seridó, esta última a de maior destaque econômico estadual.

A cultura do algodão no Rio Grande do Norte foi até o final da década de 70 a principal fonte geradora de emprego e renda, tendo a agricultura participado em percentuais médios, no período 1962-71, com 45% da renda estadual; isoladamente, o algodão contribuiu com 32%. A área cultivada chegou a alcançar uma área de 500 mil hectares, absorvendo um contingente de mão-de-obra que ultrapassava 100 mil pessoas, conforme registros estatísticos e relatórios dos órgãos governamentais na época. [...] Durante as décadas de 50, 60 e 70 o algodão cobria em torno de 50% da área agricultada total do Estado. De acordo com critérios adotados pela Secretaria de Agricultura, o algodão era classificado, em função do comprimento da fibra, em Mata, Sertão e Seridó. [...] A produção desse tipo de algodão chegou a representar, no quinquênio 1966/70, cerca de 64,75% da produção de pluma classificada do Estado, segundo dados da Secretaria de Agricultura do Rio Grande do Norte. (PDSS – II, 2000, p. 134).

De acordo com a demanda existente na região, decorrente da atividade algodoeira, por força política (ainda que esta estivesse do mesmo modo relacionada à cotonicultura), ou tomando como exemplo a iniciativa de Tomaz Salustino em Currais Novos, na década de 60

surge uma iniciativa voltada para o turismo na região, mas desta vez como parte integrante do Estado, através do então Governador do Estado do RN, Dinarte Mariz, de iniciar a construção do Hotel Vila do Príncipe, na cidade de Caicó, tendo sido inaugurado somente na década de 70, na gestão do então governador Cortez Pereira. Neste período as cidades seridoenses iniciam seu processo de modificação de espaço, dividindo as atividades econômicas existentes com o turismo. Atualmente o Hotel Vila do Príncipe encontra-se desativado, funcionando como Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Caicó.



Imagem 05: Hotel Vila do Príncipe (1970).
Fonte: Domínio Público.
www.facebook.com/maxfaria.faria?fref=photo



Imagem 06: Centro Administrativo (2014).
Fonte: www.robsonpiresxerife.com

A atividade algodoeira, entre as décadas de 60 e 70 “encontrava-se fortalecida e as atividades de beneficiamento, antes realizadas sobremaneira na fazenda, com o aprimoramento tecnológico estabeleceram-se nas cidades gerando um novo nexo de relações entre os espaços rural e urbano” (MORAIS, 2005, p. 216).

Ao mesmo tempo em que a cotonicultura se desenvolvia, a mineração ganhava uma aliada, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) foi implantada na década de 60 fortalecendo a atividade de mineração no Seridó quando a mesma “estabeleceu prioridade para que a exploração de minerações locais, em várias sub-regiões do Nordeste, pudesse ser conduzida como importante atividade econômica” (PDSS – I, 2000, p. 80).

Juntamente neste período iniciam-se os estudos com vistas à evitar a diversificação e aproveitar os recursos minerais contidos naquela região, sendo no ano de 1970 “que o RN atingiu seu ápice de exploração. O Estado já possuía em torno de 14 minas, fora os garimpos existentes [...] sendo a maior do setor a Mina Brejuí”. (SOUSA, 2007, p. 02).

Por meio da extração da scheelita e da tantalita constituiu, durante vários anos, atividades importantes da base econômica do Estado. Juntos, apenas esses dois produtos respondiam, em 1980, por 38,3% do volume de minérios exportados. A scheelita empregava 2.476 pessoas na produção de 200

toneladas/mês, com receita mensal superior a R\$ 2,4 milhões. Este é um elo de identidade importante do seridoense, cuja região possui 942 jazidas constituídas de 24 minérios e rochas industriais, identificadas e qualificadas. O desempenho da atividade mineral, em 1980, traduzia-se nos 2.700 empregos diretos e no volume de bens exportados, no valor de US\$ 23,7 milhões, correspondentes a 43% do total das exportações do Estado. (PDSS – II, 2000, p. 122).

Enquanto a mineração caminha para o seu período áureo, a cotonicultura perde expressividade econômica a partir do final da década de 70, fazendo com que as taxas de urbanização cresçam na região, pois haviam sido diminuídas as opções de trabalho no meio rural, culminando no fim do ciclo do algodão na região do Seridó em meados dos anos 80, sendo os seguintes fatores responsáveis por este fato: o aparecimento de fibras sintéticas, a sucessão de períodos de seca, altas taxas de juros e a praga do bicudo, parasita responsável pela destruição dos plantios e pelo fim da cotonicultura no Seridó (e no Estado do RN), trazendo prejuízos e crise para outros setores da economia local, (FEMENICK, 2010). Tal informação é detalhada pela citação a seguir:

[...] um conjunto de fatores pode ser responsabilizado pela decadência da cotonicultura nordestina em geral e, em particular, da praticada no Rio Grande do Norte e no Seridó. Neste sentido, podem ser apontados o aparecimento das fibras sintéticas, no final dos anos 50, a modernização do parque têxtil nacional, privilegiando as fibras curtas, o baixo rendimento agrícola das variedades arbóreas, as repetidas secas ocorridas nas décadas de 60, 70 [...] A redução da tarifa de importação, de 55% para 3%; o não cumprimento e as distorções da política de Preços Mínimos, somados aos baixos preços pagos aos produtores determinaram um quadro extremamente desfavorável para a permanência da atividade nos tradicionais estados produtores do Nordeste. Agravando mais esse quadro, a economia passava por forte processo inflacionário, sobretudo nos anos 80, que afetaram o preço dos insumos e equipamentos, incidindo diretamente no crédito rural, que passou a incorporar a correção monetária aos financiamentos rurais, tornando-os impraticáveis para a atividade agrícola de sequeiro. O aparecimento da praga do bicudo, e sua generalização no início e meados da década de 80, determinou o fim do sistema tradicional de produzir algodão no Nordeste. (PDSS – II, 2000, p. 134-135).

É notória a relevância desta atividade econômica para a localidade, sendo uma grande perda seu fim, o período a partir do acesso aos dados de exportação e geração de emprego para a região, no mesmo período em que o algodão saía de cena, estando a mineração neste período como sendo responsável pela sustentabilidade econômica da região.

A região Seridó, que em 1930 se constituía de oito municípios, como citado anteriormente, havia aumentado esse número para vinte e dois municípios, o que remete a um

alto crescimento populacional na localidade³ (MORAIS, 2005), sendo estes respectivamente: Caicó, Acari, Jardim do Seridó, Serra Negra do Norte, Jucurutu, Currais Novos, Florânia, Parelhas, Ouro Branco, Carnaúba dos Dantas, São Vicente, Cerro Corá, São Fernando, Cruzeta, Jardim de Piranhas, São João do Sabugi, Santana do Seridó, Timbaúba dos Batistas, Lagoa Nova, São José do Seridó, Equador e Ipueira.

CENSOS	POPULAÇÃO TOTAL DO SERIDÓ
1900	47.488
1920	94.295
1940	125.802
1950	137.426
1960	156.293
1970	188.699

Tabela 01: População Total do Seridó (1900-1970)

Fonte: Adaptado de MORAIS (2005, p. 239)

A mineração na região, que era a grande responsável pela geração de emprego e renda na região, se deparou com uma intensa crise em meados dos anos 90, quando a concorrência chinesa, aliada a isenção de taxas de importação, entrou no mercado brasileiro, substituindo o tungstênio contido na scheelita, que ocorre no RN, por aquele encontrado na composição da wolframita, que ocorre na China, apresentando mais uma crise na economia da região.

Entre 1990 e 1997, fecharam as principais mineradoras da Região Seridó: Brejuí, Zangarelhas I, Boca de Lage I e II e Barra Verde. Houve uma queda de 95% na produção, caindo o volume exportado de US\$ 24 milhões, em 1980, para US\$ 2,2 milhões, passando a representar apenas 2,2% do total das exportações do Estado, no presente. O número de pessoas empregadas foi reduzido em 80%. A última mineração a fechar suas portas foi a Mina Brejuí, da Mineração Tomaz Salustino, em 1997. (PDSS, 2000, p. 122).

Com o surgimento da concorrência chinesa, a exploração de scheelita praticamente cessou, tendo sido implantado em parte do seu espaço de exploração pela mineração Tomaz Salustino, o Complexo Turístico da Mina Brejuí, sendo a mina considerada “a mais

³ No estudo citado, a autora não se refere aos municípios de Bodó, Santana do Matos e Tenente Laurentino Cruz, pertencentes à região Seridó segundo o MDA.

tradicional da região de Currais Novos, que dispõe de visitação turística guiada às dependências da mina e as galerias.” (DNPM, 2009, p.24), apresentando o turismo como forma de manter a estrutura do espaço e contar a sua história. Na primeira década do século XXI, a mineradora retomou a exploração e exportação de scheelita, como afirma Sousa (2007, p. 03).

Diante do cenário de desvalorização da scheelita no cenário internacional, a Mina também sofreu com esse ambiente desfavorável de exploração e exportação do mineral. A Mina Brejuí ficou paralisada, servindo como, nos últimos anos, o maior parque temático do Rio Grande do Norte, sendo visitada diariamente por turistas e estudantes vindos de toda parte do Brasil e do Exterior. Agora esse quadro de abandono no processo exploratório é passado. A mineradora retomou sua exploração, bem como exportação de scheelita.

É importante frisar que paralelo à exploração da scheelita, em seu período áureo ou de crise, a mineração no Seridó permaneceu ativa através da extração de outros minerais utilizados para diversos fins, como matéria prima para vidros (destaque para o feldspato e quartzo), para cargas minerais (destacando o caulim e a mica), para a indústria química (espodumênio e rutilo), para a construção civil (areia quartzosa, argila, granitos e mármore), entre outros.

Destaca-se o potencial existente na região das gemas de alto poder de comercialização nacional e internacional, entre os quais pode-se citar as águas marinhas, turmalinas, ametistas, quartzos, granadas, entre outras, como exemplificado a seguir:

Na subprovíncia gemológica pegmatítica do Seridó encontra-se uma diversidade de gemas de grande valor comercial, a exemplo das águas-marinhas, turmalinas, euclásios, ametistas, quartzo-róseo, amazonitas, granadas e heliodoros. O conceito de gema extrapola o de mineral. O comércio de pedras coradas (jóias, artes, amostras para coleção, lotes de pedras brutas) é importante, mas se acredita que a maior parte dele esteja na informalidade. Estima-se que mais de US\$250 milhões, em pedras brutas e lapidadas, saiam anualmente do País de forma irregular. (PDSS, 2000, p. 123-124)

Não se pode deixar de citar que, a atividade econômica mais antiga da região ainda permanecia em atividade, independente dos períodos de estiagem. A pecuária sobrevivia (e sobrevive) como atividade econômica na produção de leite e seus derivados, concomitante a outros ciclos econômicos, podendo ser considerada como tradição do seridoense a criação e a lida como o gado.

Na década de 80, aliada ao final do período da extração da scheelita, a região Seridó absorve mais uma atividade econômica: a indústria ceramista. Na localidade já existiam as olarias que atuavam na construção de telhas e tijolos de forma artesanal, quando a indústria ceramista apareceu oferecendo uma tecnologia mais avançada, o aumento da produção, a padronização nos lotes e a maior rapidez na entrega do produto.

A cerâmica atualmente se constitui como um dos principais segmentos produtivos no Seridó potiguar. Esta atividade teve início com as olarias manuais que produziam artefatos de argila como telhas e tijolos de forma rudimentar. Com a desestruturação de atividades tradicionais, como a cotonicultura e mineração, que foram consideradas os pilares da economia seridoense, os produtores rurais encontraram neste segmento uma saída para garantir sua sobrevivência. (MDA, 2009, p. 109).

A localidade apresentou-se como ideal para a atividade devido às altas temperaturas e às baixas precipitações de chuvas, situações climáticas interessantes que facilitam o processo de secagem do produto ao sol para ser levado ao forno. Crescendo rapidamente, a atividade aumentou a concentração de cerâmicas na região de oito, no início da década de 80 para oitenta e duas no ano de 2008, o que fez com que “o território seridoense fosse considerado como o maior produtor nacional de telhas” (MDA, 2009, p. 109-110).

Embora a atividade seja responsável pela geração de emprego e renda locais, ela também é responsável por acelerar o processo de desertificação iniciado na região a partir das atividades pecuário/algodoeira, pois utiliza como matéria prima para a produção de telhas e tijolos a argila extraída de águas aluviais e principalmente o desmatamento da vegetação nativa para ser utilizada na queima das cerâmicas em fornos.

Além da perda de solos férteis e bem localizados, utilizados para a agricultura e pecuária, a indústria ceramista ainda contribui para a desertificação, pela queima de recursos florestais escassos e a conseqüente erosão dos solos, carreados para os riachos, rios e açudes da região, que estão sendo fortemente assoreados. (PDSS – II, 2000, p.84).

O Fluxo dos visitantes nas cidades que possuem indústrias ceramistas se dá pelo transporte de telhas, tijolos, lajotas através de caminhões, fazendo com que caminhoneiros oriundos de diversas partes do país visitem a região, além da abertura do espaço para o turismo pedagógico realizar visita nos espaços.

A construção de hotéis no Seridó, aqui destacados pelo Tungstênio Hotel em Currais Novos e pelo Vila do Príncipe em Caicó foram grandes passos indutores do turismo para a localidade, embora a intenção dos mesmos estivesse voltada para repouso dos viajantes e não

ainda para o turismo, contudo representam uma comprovação da existência de fluxo de visitantes na região.

Vale ressaltar que esses hotéis não eram únicos na região, muito embora não haja intenção nesta pesquisa de citar todos os hotéis e pousadas existente na localidade, pois abordou-se apenas aqueles responsáveis pela iniciação do fluxo turístico na região.

Aliado as festividades religiosas, a realização das festas profanas (aquelas que não possuem cunho religioso, embora estejam atreladas à este tipo de evento), festas de padroeiros, eventos festivos e culturais como vaquejadas, carnavais, carnavais fora de época, eventos juninos entre outros, atraem uma quantidade considerável de visitantes para cada cidade que o oferta, assim como a presença de moradores de cidades vizinhas devido à proximidade existente entre os municípios da região, gerando assim um fluxo de turistas de eventos em períodos determinados.

Conservando a mesma ideia de percepção da fase anteriormente descrita, de apresentar acontecimentos para dar entendimento à análise proposta, esta fase também é marcada pelos acontecimentos da chegada e da aplicação das políticas públicas de turismo na região Seridó, admitindo a existência do turismo na localidade e afirmando a vocação turística contida no referido lugar.

Este levantamento se deu, sobretudo a partir da realização de entrevista com a assessora técnica da SETUR, responsável por gerenciar e direcionar as iniciativas dos programas de Governo no Estado do RN até o ano de 2013, assim como acesso às atas das 21 reuniões do Conselho de Turismo do Polo Seridó, realizadas entre os anos de 2008 e 2013. A pesquisa apresenta informações relevantes e inéditas para o estudo do turismo da região, sendo abordados na mesma a aplicação em âmbito regional (Seridó) o Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT, o Programa de Regionalização do Turismo – PRT, as ações da Roteirização e a atuação do Conselho de Turismo do Polo Seridó.

A opção por apresentar a entrevista somente com a gestora se dá pelo fato de que o levantamento das questões voltam-se para a região, as entrevistas aplicadas aos gestores e membros do Conselho de Turismo apresentam respostas voltadas para a realidade local, e não para o todo, intenção maior desta pesquisa.

O PNMT atuou de forma a apresentar o potencial turístico da região Seridó para seus municípios e gestores. Durante o período em que foi trabalhado, o PNMT orientou os municípios da região no tocante à sensibilização da atividade turística, despertando nos

participantes o interesse em identificar, mapear e preservar os atrativos turísticos locais, além de capacitar os agentes sociais no que concerne à atividade turística.

O programa foi de grande relevância para a região Seridó, pois apresentou para a localidade a possibilidade de desenvolvimento da atividade turística, independente dos períodos de eventos, como há tempos ocorria. Os agentes sociais receberam sensibilização e capacitação referentes à atividade, podendo aplicar esses conhecimentos em seus trabalhos, que muitas vezes não eram identificados pelos mesmos como pertencentes à área.

As oficinas aconteciam em nível regional, onde os municípios participavam conjuntamente das mesmas, muitas vezes trazendo comitivas municipais como forma de incentivar a participação dos atores sociais e empresários locais no processo. Os próprios participantes apresentavam as potencialidades de seus municípios através dos espaços que julgavam como atrativos para a atividade turística, sendo estes participantes, os responsáveis pelo levantamento da oferta turística do Seridó.

[...] a primeira fase do PNMT era justamente discutir o que era o turismo, o que era atrativo turístico, a gente dava bastante informações para eles e eram bastante participativas as oficinas, para eles começarem a descobrir o que era o turismo, o que eram os pontos positivos e negativos do turismo, então a gente fazia essa preparação e depois a gente encaminhava um questionário para eles preencherem dizendo quais eram os atrativos, o que era que tinha, quais as considerações gerais do município, todas as informações que eles tinham eles mandavam pra gente, já que a gente não tinha inventário, mas pelo menos a gente tinha um levantamento superficial dos municípios que eram os municípios que faziam. (LUCENA, 2014).

Outro notável benefício implantado e deixado pelo PNMT na região foi a necessidade do planejamento turístico para o desenvolvimento local com vistas à preservação dos atrativos, da cultura e do meio ambiente, entre outros aspectos, visto que muitos destinos turísticos são explorados, deixando a comunidade à margem do seu desenvolvimento.

A partir de 2003, houve uma mudança na política brasileira de Turismo, com a criação do Ministério do Turismo. A EMBRATUR passou a se responsabilizar por questões voltadas para a gestão do turismo em âmbito internacional, enquanto o MTur passou a ser o responsável pelo planejamento e execução do turismo brasileiro.

O PNT revelou-se de forma mais específica, com a apresentação dos macro-programas, facilitando o entendimento e as demandas por áreas específicas de acordo com as necessidades locais em especial, no tocante às solicitações de verba municipais.

No macro-programa regionalização, surge uma mudança na dinâmica que vinha sendo realizada na gestão anterior: O PNMT é retirado, dando espaço a uma nova metodologia de fomento ao planejamento da atividade turística, o PRT. O foco a partir daí deixava de ser os municípios e passava a ser as regiões, sugerindo entre outros aspectos, a gestão descentralizada do turismo. No Estado do RN, as regiões turísticas se dividiram de acordo com regiões já existentes, sendo estas nomeadas como polos turísticos, denominadas de Polo Costa das Dunas, Polo Costa Branca, Polo Seridó, Polo Agreste-Trairí e Polo Serrano. Ao ser questionada sobre sua opinião em relação à mudança do PNMT para o PRT, LUCENA (2014) afirma o seguinte:

Eu achei positivo, eu acho que a gente teve uma base. Não poderia ter criado a regionalização se não tivesse existido antes o PNMT, teria sido muito difícil. Porque como era que nós iríamos trabalhar uma integração de uma região se não tivesse preparado os municípios? Então eu acho que foi interessante essa visão de integração, de não pensar só o seu município, o que até hoje é muito difícil, fazer com que o município pense na região e não queira pensar só no seu município, querer trazer só pro seus atrativos, pensar que um atrativo pode ajudar, um grande atrativo, um evento pode beneficiar toda a região, então isso é uma coisa complicada, mas a gente ia colocar que é importante ter o foco nessa integração, eu acho que a gente fazia essa sensibilização boa no programa. Eu acho que foi positivo, eu acho que cada um teve seu momento [...]

O Governo Federal realizou em parceria com a SETUR as oficinas de Regionalização, onde os municípios enviavam seus representantes para discutir e sugerir roteiros turísticos apropriados para cada região, a fim de identificar potencialidades fortes e aumentar o período de permanência do turista no local.

A dinâmica das oficinas ocorreu em dois momentos. Na primeira oficina de regionalização foram escolhidos, por sugestão dos próprios participantes, a fazer parte da região turística os municípios que estavam presentes, sob a justificativa da demonstração de interesse dos mesmos em desenvolver a atividade turística, assim como acrescentar os municípios que estivessem no caminho do roteiro que possuísem potencial já identificado. Na oportunidade estavam presentes os seguintes municípios: Cerro Corá, Acari, Carnaúba dos Dantas, Parelhas e Caicó, sendo incluídos no roteiro além dos citados, Currais Novos e Jardim do Seridó. Um dos pré-requisitos para que os municípios pudessem fazer parte deste roteiro que era o de possuir um órgão gestor de turismo local através de secretarias municipais, como afirma a entrevistada: “Inicialmente tivemos alguns critérios para eleger esses municípios. Primeiro um dos critérios é que eles já estivessem fazendo parte do PNMT, depois que tivesse

o mínimo de estrutura, que houvesse secretaria de turismo e que houvesse interesse em participar”. (LUCENA, 2014).

Na segunda oficina de regionalização a proposta era de segmentar o roteiro em atividades específicas, fazendo com que o grupo observasse os tipos de turismo que se aplicariam na região, utilizando a mesma dinâmica de divisão de grupos e propostas de roteiros. Ao final desta oficina, o então Secretário de Estado do Turismo Deputado Nelson Freire, que na época, devido assumir a Secretaria em questão estava afastado de seu cargo de Deputado Estadual, esteve presente e solicitou que em cada polo fossem ampliados os municípios pertencentes, sugere-se que sendo por uma iniciativa política ou até mesmo eleitoreira, posto que nos casos já apresentados, era o potencial turístico que interessava, visando a qualidade e não a quantidade da oferta.

Esta afirmação não quer dizer que os municípios acrescentados não possuam vocação turística, contudo acredita-se que, a exemplo do que viesse a acontecer com os sete municípios do roteiro, naturalmente as demais localidades iriam desenvolver seus atrativos, iniciando uma atividade turística correspondente ao que fosse reproduzido nas cidades propostas inicialmente.

Antes eram poucos municípios, alguns realmente mostraram bastante interesse, queriam participar. Então na hora em que se demonstra interesse, e se tem o mínimo de estrutura, tudo bem que participe, mas houve essa ingerência política e entraram outros municípios que nem demonstraram interesse! É tanto que até hoje nunca participaram de reuniões de conselho, de capacitação, de nada. Isso correu na época em que ia sair o decreto de criação do conselho, em 2005. (LUCENA, 2014).

No caso do Seridó, a sugestão do Secretário foi de ampliar de 7 (sete) para 17 (dezessete) municípios turísticos, acrescentando os municípios de Serra Negra do Norte, Ten. Laurentino Cruz, Florânia, Lagoa Nova, Santana do Seridó, Ouro Branco, São João do Sabugi, Timbaúba dos Batistas, Jucurutu e Equador. Sobre este aumento, LUCENA (2014) opinou que:

Eu acho que poderia crescer um pouco mais, digamos, ter ficado uns 10 que tinham interesse. Quando se vê que tem interesse, alguma coisa pode ser feita, pode ser até que o lugar não ofereça atratividade, mas pode haver um evento, alguma coisa que possa ser transformada, mas o número 17, eu acho que a gente não foi muito bem.

Vale ressaltar que esta opção não fazia parte da proposta da oficina, tendo sido um gesto particular do então secretário, determinando que acrescentassem esses municípios no Polo Seridó, com a justificativa de inserir mais opções para o roteiro. A partir desta iniciativa, foi criado na gestão da então Governadora do Estado do RN Wilma Maria de Faria, o Decreto

nº 18.429, de 15 de agosto de 2005, institucionalizando o polo turístico Seridó, conforme documento em anexo.

Municípios integrantes da região Seridó	
Municípios turísticos (Integrantes do Roteiro Seridó)	Acari
	Carnaúba dos Dantas
	Caicó
	Cerro Corá
	Currais Novos
	Jardim do Seridó
	Lagoa Nova
	Parelhas
Municípios turísticos	Equador
	Florânia
	Ouro Branco
	Jucurutu
	Santana do Seridó
	São João do Sabugi
	Serra Negra do Norte
	Tenente Laurentino Cruz
	Timbaúba dos Batistas
Demais municípios	Ipueira
	Santana do Matos
	Cruzeta
	São Fernando
	Bodó
	São José do Seridó
	São Vicente
	Jardim de Piranhas

Quadro 03: Municípios integrantes da região do Seridó

Fonte: Dados do estudo 2014.

Convém admitir que a atitude de acrescentar os dez municípios no polo não apresentou contribuições visíveis, asseverando novamente que esta afirmação não se refere à vocação turística de cada lugar, mas ao desenvolvimento da atividade turística propriamente dita. Acredita-se que tal procedimento tenha atuado de maneira a excluir outras localidades do que a incluir os municípios propostos, uma vez que a partir desta iniciativa, somente oito municípios da região não estão considerados como turísticos, além de não haver critérios claros estabelecidos em relação à inclusão desses dez municípios no polo Seridó.

O processo de roteirização se deu a partir da iniciativa do SEBRAE com o Governo do Estado, através da SETUR. Um convênio entre as instituições tornou possível a

contratação, através de processo licitatório, de uma empresa de consultoria mineira (CREATO) para visitar as localidades e elaborar roteiros diversificados, orientados para a comercialização, apresentando cinco roteiros específicos, sendo estes:

- Roteiro Arqueológico, onde estão apresentadas as riquezas de importantes sítios arqueológicos situados em municípios da região, alguns com mais de 10 mil anos;
- Roteiro Ecocultural, onde é apresentado o rico patrimônio cultural da região, como a Filarmônica de Acari, forró pé-de-serra autêntico, entre outros;
- Roteiro de Aventura, onde são apresentadas as diversas opções existentes em turismo de aventura na região, estando entre elas caminhadas, cicloturismo, rapel, trekking, espeleoturismo, entre outras;
- Roteiro Pedagógico, plano onde é possível conhecer as características próprias das cidades que compõem o roteiro, estando inclusas atrações como a visita a casarios bem conservados, ruas limpas e museus que contam a história da região;
- Roteiro da Melhor Idade, no qual são oferecidos atrativos menos cansativos e de fácil realização, como *city-tours* pelas sedes municipais, onde o visitante tem a oportunidade de ter contato com a cultura e os costumes do sertanejo seridoense. (AMARAL & BARROS, 2009, p. 05).

O Roteiro Seridó foi apresentado para os empresários e moradores da região, no intuito de envolver a comunidade no que se refere à atividade turística, apresentando aos nativos os atrativos locais com visibilidade turística. Este roteiro foi premiado na categoria “Roteiros Turísticos” do Mtur durante o 5º Salão de Turismo – Roteiros do Brasil no ano de 2010, apresentado pela Sra. Darlyne Fontes Virgínio.

[...] o trabalho era feito totalmente in loco. Passavam mais de uma semana visitando os municípios, era feito todo um levantamento, um diagnóstico do município, tanto pela equipe que foi contratada quanto por técnicos da SETUR e do SEBRAE que acompanhavam todas as visitas, oficinas, reuniões, todo o trabalho, apresentação, fizemos uma oficina para apresentar o trabalho e ele ser validado pelos municípios, foi realmente muito bem feito o trabalho de roteirização. (LUCENA, 2014).

Durante o planejamento do Projeto Roteiro Seridó, o SEBRAE, em uma iniciativa independente do convênio com a SETUR apresentou outro projeto voltado para a hospedagem familiar, baseado no sistema irlandês de hospedagem domiciliar chamado "Bed and Brakfast". Tal programa já havia apresentado sucesso no Brasil no Estado do Rio de Janeiro, naquela localidade, traduzido e denominado de "Cama e Café", tendo sido alterado na região Seridó. Remetendo a um utensílio básico nas residências seridoenses, o programa passou a se chamar "Cama, Café e Rede".

Os residentes interessados em participar do programa se cadastravam e participavam de capacitações voltadas para a hospedagem domiciliar. Sendo o bem receber uma das principais características do povo seridoense, na execução do projeto as capacitações se voltavam ao relacionamento com o hóspede, além da melhoria das acomodações.

O programa não teve continuidade, visto que muitos participantes não possuíam conhecimentos necessários para a comercialização de seus espaços perdendo, por conseguinte, sua demanda.

O programa cama, café e rede não fazia parte da roteirização, foi um trabalho desenvolvido pelo SEBRAE, foi totalmente à parte, com recursos do SEBRAE, não foi do nosso convênio, que eu acho que terminou sem funcionar. Foi um trabalho interessante, houve um levantamento bom, mas a gestão do trabalho é que ficou difícil e ele não foi pra frente (LUCENA, 2014).

O Conselho de Turismo do Polo Seridó é considerado por esta pesquisa uma das iniciativas mais relevantes para o turismo local. Sendo parte integrante do Decreto nº 18.429, de 15 de agosto de 2005, necessitando a partir do mesmo 180 (cento e oitenta) dias para sua instalação, o referido Conselho veio a ser criado aproximadamente 3 (três) anos depois, no mês de julho de 2008, tendo sede na cidade de Currais Novos, gerido pela Secretaria de Estado do Turismo e secretariado pelo SEBRAE. Tendo realizações de reuniões bimensais, sendo esse período alterado para reuniões trimestrais na XII Reunião do Conselho.

De acordo com a SETUR, 2008a, o mesmo contava com 28 membros em sua formação inicial, sendo estes:

1. Secretaria de Estado do Turismo – SETUR
2. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE
3. Secretaria de Estado do Trabalho, Habitação e Ação Social – SETHAS
4. Instituto Brasileiro de Meio Ambiente – IBAMA
5. Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente – IDEMA
6. Prefeitura Municipal de Acari
7. Prefeitura Municipal de Caicó
8. Prefeitura Municipal de Carnaúba dos Dantas
9. Prefeitura Municipal de Cerro Corá
10. Prefeitura Municipal de Currais Novos
11. Prefeitura Municipal de Jardim do Seridó
12. Prefeitura Municipal de Lagoa Nova

13. Prefeitura Municipal de Parelhas
14. Agência de Desenvolvimento do Seridó – ADESE
15. Associação dos Municípios do Seridó – AMS
16. Associação dos Municípios do Seridó Oriental – AMSO
17. Amigos do Seridó
18. Associação Brasileira de Entretenimento e Lazer do RN – ABRASEL
19. Banco do Brasil S/A
20. Banco do Nordeste do Brasil – BNB
21. Câmara dos Dirigentes Lojistas – CDL de Currais Novos
22. Cooperativa de Energia e Desenvolvimento Rural do Seridó – CERSEL
23. Comitê Regional do Artesanato do Seridó – CRACAS
24. Cooperativa de Crédito Rural do Seridó – CREDISERIDÓ
25. Faculdade Católica Santa Teresinha – FCST
26. Faculdade do Seridó – FAS
27. Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN
28. Serviço Nacional de Aprendizagem e Comércio – SENAC

Os critérios estabelecidos para a inclusão das referidas entidades no Conselho foi aproximação com a atividade turística, além de demonstrarem interesse através da participação na reunião. Sobre os municípios, a sugestão durante a instalação do Conselho foi que:

“[...] fiquem os oitos *[sic]* que estão no roteiro [...] os demais municípios serão ouvidos, mas na hora da votação só vale para os que estiverem de fato como conselheiros [...] Esses municípios foram sugeridos para ter assento no Conselho, em razão de comporem o Roteiro do Seridó.” (Fernando Fernandes – SETUR, 2008a).

O Secretário de Estado do Turismo Fernando Fernandes se referiu aos 17 municípios turísticos da região devido à impossibilidade de todos possuírem assento no Conselho.

Já na primeira reunião foi comunicado ao Polo pelo Secretário a contemplação dos recursos oriundos do PRODETUR àquela região, anunciando que, para que isto ocorresse, haveria a necessidade da elaboração de um Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS), informando que “os recursos para o PDITS já foram pedidos, falta apenas identificar as necessidades da região do Seridó e implantá-las”. (Fernando Fernandes – SETUR, 2008a).

Com aproximadamente três anos de atraso, o Conselho de Turismo do Polo Seridó saiu do papel devido à necessidade de o Estado atentar para um novo destino turístico, que oferecesse atrativos diferenciados não relacionados ao sol e mar, identificando o polo Seridó como alternativa para tal.

Falou-se [...] sobre a necessidade de novos produtos para consolidação do Seridó através da diversidade cultural, gastronômica, etc. Além da proximidade que tem com Natal, já existe um “cansaço” do turista com relação ao sol e mar, o que representa uma vantagem para o Seridó, com destaque para o turismo de aventura. (Fernando Fernandes – SETUR, 2008b).

Conjuntamente com a criação do Conselho, foi apresentado ao polo a possibilidade de contemplação do Seridó por recursos provenientes do PRODETUR, que até então, só havia sido utilizado nos municípios pertencentes ao polo Costa das Dunas. Para tanto, seria necessário a integração dos seus representantes para o auxílio à elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS, estando o funcionamento e a atuação do Conselho atrelados ao acesso à esses recursos.

As regiões que não tiverem no Pólo não serão contempladas pelo Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável – PDITS. Para o PRODETUR II foi liberado uma média de trinta e nove milhões de dólares e, dessa vez, são mais de setenta e oito milhões de dólares para o PRODETUR, por isso também é importante que o Conselho esteja funcionando normalmente. (Secretário Fernando Fernandes – SETUR, 2008b)

Houve uma grande expectativa em torno da criação do conselho do polo, pois o mesmo apresentava-se como pré-requisito para que os recursos do BID pudessem ser disponibilizados, pois a instância de governança deve atuar como mediadora entre a comunidade e o poder público para a efetivação do que seja prioritário para a localidade, devendo contar no PDITS.

[...] o objetivo maior do pólo era instalar esse conselho, uma vez que as ações só poderiam ocorrer de forma efetiva na região quando isso acontecesse, em razão do financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID de setenta e cinco milhões para o Rio Grande do Norte investir em turismo, já que o PRODETUR I e II beneficiou o Pólo Costa das Dunas e agora, o Pólo Seridó e o Pólo Costa Branca foram incluídos. Porém há a necessidade de se fazer os PDITS [...] o conselho deve mostrar o que precisa ser feito. [...] esse financiamento conta com dez por cento do governo estadual e noventa por cento do governo federal, o que abre uma perspectiva muito boa para a região. No entanto, caberá muito ao conselho a montagem e a ajuda na construção do PDITS para cobrar os investimentos do governo. (Fernando Fernandes – SETUR, 2008c).

A projeção para a produção e finalização dos PDITS dos três polos que seriam contemplados com os recursos do PRODETUR no RN, Polo Costa das Dunas, Polo Costa Branca e Polo Seridó, levava um período de aproximadamente sete meses, segundo informações constadas em ata. (SETUR, 2008b).

Vale frisar a parceria constante do SEBRAE no turismo da região e na gestão compartilhada com a SETUR da instância de governança. A parceria que iniciou-se no processo de roteirização em 2005, seguia realizando ações voltadas para a divulgação da região, promoção de eventos, realização de capacitações e consultorias, entre outros.

[...] explanação sobre as ações realizadas pelo Convênio SETUR / SEBRAE e as previstas para o ano de 2009. Daniela iniciou falando sobre as ações realizadas em 2008, começando pela Instalação do Conselho do Pólo Seridó, Realização dos cursos: “Praticando o Associativismo”, “Técnicas de Garçom”, “Técnicas de Recepção”, “Qualidade no atendimento”, Realização de consultoria tecnológica de Boas Práticas de Fabricação para os proprietários dos trailers de Caicó, Participação nas Feiras de Turismo: Salão de Turismo, Adventure Sports Fair, ABAV, feiras de divulgação turística (setur). Continuando falou sobre o apoio aos eventos da região, dentro os quais: VI Cactus Moto Fest; Apoio ao Pé na Trilha 2008; Divulgação da VI Cavalgada da Ribeira do Acauã; Apoio ao Rally RN 1500; Promoção do XI Festival de Pescado do Seridó de 02 a 04 de maio em Acari; VI Festival de Inverno de Cerro Corá realizado de 30/05 a 1/06/2008; Realização do Festival Cultural e Gastronômico do Seridó (Caicó); Feira de Negócios do Seridó; Etapa do Trekking Mandacaru de Regularidade realizado em Currais Novos; Realização do Festival Saboreando 2008 em parceria com a ABRASEL/SEBRAE/SETUR e prefeituras integrantes do Roteiro Seridó. (Daniela Tinôco – SEBRAE – SETUR, 2008d).

A partir do relato, percebe-se uma forte atuação entre a SETUR e o SEBRAE com a região do Seridó, no intuito de desenvolver a atividade turística na região. Ao mesmo tempo em que esta parceria acontecia, os municípios do Seridó se envolviam procurando o engajamento necessário para maior conhecimento e desenvolvimento da atividade através de fomento para capacitação profissional, melhoramento da infra-estrutura turística local, incremento da atividade hoteleira por parte dos empresários locais ou realização de eventos.

Sendo um conselho de caráter consultivo seus membros, à procura de espaço e visibilidade no Estado do RN, que tem suas ações para o turismo voltadas para o turismo de sol e mar, solicitaram assento no Conselho Estadual de Turismo do RN – CONETUR, com sede na capital do Estado. De acordo com informações constadas em ata, tal demanda foi solicitada na quinta reunião do Conselho (23 de abril de 2009), tendo sido acatada pelo Secretário de Estado do Turismo e aprovada pelo colegiado estadual. A eleição para o representante do polo no CONETUR foi realizada aproximadamente seis meses depois, tendo

sido colocada em pauta para votação do mesmo na oitava reunião do polo (07 de outubro de 2009).

A primeira apresentação do PDITS foi realizada na IV Reunião Ordinária do Conselho pela Start Consultoria. Houve uma explanação sobre o que seria o plano em cinco aspectos. O primeiro remetia a explanação do contexto geral, relatando a necessidade da realização do plano para a implantação da terceira fase do PRODETUR “que visa o Fortalecimento da Capacidade Municipal para a Gestão do Turismo; Planejamento Estratégico, Treinamento e Infra-Estrutura para o Crescimento Turístico; e Promoção de Investimentos do Setor Privado”. (Ata da IV Reunião do Conselho de Turismo do Polo Seridó, 2009); O segundo citava a abrangência do Plano, informando que o mesmo envolverá os 17 municípios turísticos da região; O terceiro aspecto se referia aos objetivos, explicando que o mesmo (objetivo geral) se aplica na elaboração do referido Plano, com base no contexto histórico e análise da dinâmica do turismo, propor ações voltadas ao desenvolvimento sustentável para o polo, visando nortear a atuação do poder público e iniciativa privada frente às decisões prioritárias para o turismo no Seridó em curto, médio e longo prazos. Como objetivos específicos:

Apresentar os princípios teóricos norteadores a serem utilizados para a elaboração/revisão e atualização do PDITS do Pólo Seridó; Definir a metodologia a ser utilizada na elaboração do PDITS, apoiando-se na idéia da participação da sociedade como ferramenta fundamental neste processo; Apresentar as etapas a serem trabalhadas no processo de elaboração do PDITS, especificando as atividades componentes; Sistematizar as etapas de coleta de dados, análise e discussão dos resultados, diagnóstico e propostas, determinando o cronograma de execução dos trabalhos para elaboração do PDITS. (SETUR, 2009a).

O quarto aspecto se voltava ao processo de planejamento e elementos consideráveis para a proposta metodológica, abordando as diferenças entre desenvolvimento regional (setores econômicos e sociais) e o desenvolvimento turístico (setores econômicos e sociais envolvidos com o turismo, com vistas ao vetor sócio-ambiental), além de outros dois aspectos relevantes: “o ciclo de vida das destinações e a participação popular”. (SETUR, 2009a); Por fim, o quinto apresentava os procedimentos metodológicos e etapas de execução:

Plano de Trabalho; Diagnóstico da Área e das Atividades Turísticas; Estratégias de Desenvolvimento Turístico e Plano de Ação; Versão Preliminar do PDITS; e a Versão Final do PDITS, seguido do cronograma das atividades e da descrição da equipe da consultoria. Ferreira concluiu falando do papel da consultoria neste processo. (SETUR, 2009a).

Nesta mesma reunião foi apresentado o diagnóstico da região, o que causou questionamentos e solicitações por parte dos conselheiros, como consta em ata. Muitas informações passadas foram questionadas em relação à sua veracidade e conhecimento do espaço e devido aos muitos questionamentos dos participantes, “Carlos Alberto [Secretário de Turismo de Parelhas] sugere que os municípios analisem o diagnóstico e deem suas contribuições, e que o projeto deve ser feito em conjunto.” (Carlos Alberto – Subsecretário PRODETUR – SETUR, 2009a).

A partir da participação nas reuniões e do acesso às atas, percebe-se uma característica no Conselho do Polo Seridó que é o envolvimento de seus atores e da comunidade nas ações turísticas locais, a necessidade do conhecimento em relação ao que será realizado e beneficiará a região e seus residentes, assim como em relação ao interesse em fazer parte das ações turísticas estaduais, visto que a política voltada para o turismo no Estado do Rio Grande do Norte favorece aos destinos de sol e mar, destacando para o polo Costa das Dunas, que é o mais antigo em relação ao que concerne à demanda turística real no RN, além de ser o polo que concentra os dois destinos indutores do turismo: Natal e Tibau do Sul.

Considerando todo o potencial, estrutura e importância que o referido polo possui em relação ao polo Seridó, este último considera a necessidade de, por ser um polo turístico do Estado, possuir espaço destinado às ações do turismo de âmbito estadual, voltadas para infraestrutura e marketing, este gerido pela Empresa de Promoção Turística do Rio Grande do Norte – EMPROTUR, sendo comprovada tal situação a partir da solicitação do Polo, através da comissão de Marketing e Eventos, quando na demanda por outdoors em que se divulgassem os eventos mensais da região.

A solicitação veio a ser negada pela Empresa, sugerindo que essa ação fosse realizada por meio de um convênio entre SETUR e SEBRAE, não sendo aceita pelo Conselho, uma vez que os conselheiros entenderam que as ações de marketing da EMPROTUR deverão ser em âmbito estadual, contemplando o Polo Seridó.

As ações de divulgação do Pólo Seridó em outdoors demandadas a EMPROTUR teve a sugestão deste órgão durante a reunião da comissão que fosse realizada através do Convênio entre SETUR e SEBRAE, no entanto, a Comissão de Marketing e Eventos argumentou que esta é uma ação que também compete a EMPROTUR visto que lhe cabe apoiar na divulgação e no marketing do Estado e dos seus Pólos Turísticos. (SETUR, 2009b).

Três momentos de realização de oficinas foram importantes para a elaboração do Plano: A oficina dos grupos específicos (análise de atrativos locais através da matriz DAFO);

oficina sobre a construção da matriz de planejamento e definição das linhas estratégicas e oficina para definição e priorização das ações com base no diagnóstico; após as oficinas, o processo seguia com as apresentações das estratégias para o conselho regional e por fim, a apresentação final do PDITS, que deveria ocorrer ainda ao final do ano de 2009 (SETUR, 2009b).



Imagem 07: Realização de oficinas do PDITS
Fonte: Arquivo do Conselho de Turismo do Polo Seridó



Imagem 08: Realização de oficinas do PDITS
Fonte: Arquivo do Conselho de Turismo do Polo Seridó

A segunda apresentação do PDITS Seridó foi realizada durante a VII reunião, através da explanação da Consultoria a partir de sete itens: O planejamento estratégico e operacional dos destinos; Caracterização dos recursos e da oferta de áreas turísticas; Valorização e gestão de atrativos turísticos e criação de novos produtos; Adequação do espaço nos destinos como parte do produto turístico; Integração da oferta existente; Política de investimento turístico e de apoio ao setor privado; Capacitação e Qualificação da Mão-de-Obra. (SETUR, 2009c).

Um dos segmentos que estava em crescimento na região era o de meios de hospedagem e alimentação. Durante a XVIII Reunião do Conselho, o representante de Lagoa Nova, que possui um estabelecimento de meios de hospedagem afirmou que “o turismo nunca teve tanta evidencia como atualmente.” (Gilberto Medeiros – Prefeitura Municipal de Lagoa Nova – SETUR, 2009d), tendo sido parabenizado pelo secretário executivo do Conselho que afirmou que:

[...] alguns equipamentos de hospedagem surgiram com um nível turístico mais apropriado para a atividade após o início do projeto Roteiro Seridó. Pois até então, os equipamentos de hospedagem destinavam-se a atender viajantes e os fluxos originados pelos eventos tradicionais que não são tão exigentes quanto os turistas convencionais. (Yves Guerra – SEBRAE – Secretário Executivo. SETUR, 2009d).

Paralelo à produção do PDITS, o Polo recebe a realização do Inventário da região, além de grandes incentivos por parte do IPHAN, Fundação Seridó e Projeto Geoparque Seridó, no intuito de fortalecer o potencial histórico e arqueológico existente no lugar.

[...]essa será uma grande marca do Seridó. A partir desse fluxo que se dirige aos sítios, será trabalhado a estruturação dos atrativos complementares (pousadas, restaurantes, novos atrativos) [...] com base nas informações repassadas pela equipe da Fundação Seridó, que a região é mais rica atrativamente do que a região da Serra da Capivara, pois tem Natal como portão de entrada, recebendo mais de dois milhões de turistas por ano, ficando a apenas duas horas ou duzentos quilômetros em média da capital, que é uma distância que o turista não se nega a fazer, aliada a cultura, a gastronomia ao artesanato, etc. (Carlos Alberto – Subsecretário PRODETUR – SETUR, 2009e).

A Fundação Seridó, que já se fazia membro efetivo do Conselho, apresentou alguns estudos voltados para a área do patrimônio arqueológico seridoense, encontrando apoio no IPHAN, que disponibilizou recursos para a estruturação de dois dos cinco sítios arqueológicos mais relevantes para a região, passível de visitação turística, sendo estes os sítios Xique-xique I (Carnaúba dos Dantas) e Mirador (Parelhas), respectivamente, levando em consideração aspectos como preservação do patrimônio (espaço, ambiente, pinturas), melhoria do acesso através de passarelas, informações acerca do patrimônio, entre outros.

No ano de 2010 o SEBRAE opta por substituir o trabalho de nome Roteiro Seridó para Território Seridó, apresentando a iniciativa durante a XII Reunião do Conselho de Turismo do Polo Seridó. A alteração justificou-se pelo devido aos “os projetos Territoriais desenvolvidos pelo Governo Federal e pelo SEBRAE RN” (Ronil Fonseca – SEBRAE – SETUR, 2010), ressaltando ainda que o referido projeto atuará de forma a fortalecer a marca Seridó. A gestora do Programa de Turismo do SEBRAE afirma que o projeto Território é mais abrangente e irá dar continuidade às ações do Turismo na região (Daniela Tinôco – SEBRAE – SETUR, 2010).

Mais uma parceria importante para a região foi a realização do inventário turístico que se apresenta como uma das ações do PRT. Na região Seridó houve relevante engajamento das instituições para a aplicação do mesmo. Iniciou-se com a parceria da Faculdade Santa Teresinha (Caicó) e Faculdade do Seridó (Currais Novos), disponibilizando docentes e discentes para irem à campo colher informações. Houve uma integração entre os membros do Conselho para este trabalho, disponibilizando as cópias dos materiais, transporte, hospedagem, alimentação, entre outros para os pesquisadores.

Este trabalho teve continuidade através da UFRN, que obteve recursos do CNPQ para a aplicação do projeto, sob a coordenação do Prof. Dr. Francisco Fransualdo de Azevedo, que realizou a aplicação do inventário em toda a região Seridó. O projeto foi apresentado ao Conselho sendo importante registrar momentos de sua fala neste trabalho, devido às informações disponibilizadas e opiniões relevantes em relação à atividade turística no Seridó.

Entre as informações explanadas pelo Prof. Fransualdo na XIV Reunião do Conselho de Turismo do Polo Seridó destacam-se as seguintes: O Seridó é o primeiro polo do Brasil que realiza o inventário turístico segundo as diretrizes do PRT, através da metodologia do INVTUR, ressaltando a importância do trabalho no desenvolvimento do Turismo no Seridó. Ele destaca que há diversas pesquisas na região voltadas para a produção do conhecimento, afirma que a região sempre está um passo à frente, além de apresentar os melhores índices de desenvolvimento humano do estado, alertando que o Seridó não comporta turismo de massa, possui turismo específico para pequenos grupos, voltado para o turismo cultural, arqueológico, destacando potencialidades voltadas para atrativos religiosos, naturais e de eventos. Diagnosticou neste trabalho que alguns ambientes turísticos há dificuldade de acesso, registrando q inexistência de um centro de atendimento turístico na região e a inutilização dos espaços de mirantes (SETUR, 2011a.)

Outra parceria deveras considerável foi a do Prof. Dr. Marcos Nascimento (UFRN), que se envolveu com a região, dando diversas contribuições, sendo destacados aqui dois momentos: o primeiro na análise minuciosa que fez do PDITS e da Avaliação Ambiental Estratégica, enviando uma carta (em anexo) à consultoria responsável pela elaboração do plano, com observações claras e pertinentes, em defesa do patrimônio geológico da região, pois devido o seu conhecimento de causa, já havia percebido que este seria o grande atrativo e o maior diferencial da região. Esta afirmação volta-se para a ideia do maior atrativo turístico do Seridó estar voltado para os sítios arqueológicos e para o turismo de aventura, atentando para a geodiversidade presente no local em que se pratica tais atividades. O segundo momento se deu na elaboração do projeto geoparque Seridó, que será exposto posteriormente.

Seguindo a ordem cronológica dos acontecimentos, no dia 01 de junho de 2011, o PDITS foi apresentado em sua versão final aproximadamente dois anos após a previsão sendo aprovado com ressalvas, entre elas, as colocações do prof. Marcos Nascimento, citadas anteriormente, solicitadas pelos conselheiros. O Secretário executivo, Yves Guerra (SEBRAE) questionou à Sânzia Ferreira (SETUR/PRODETUR) o porquê do tempo extenso para a elaboração do plano, tendo como resposta que “devido as colocações e intervenções do

BID e o MTur com relação a Avaliação Ambiental Estratégica demorou mais que o previsto para finalizar o documento” (SETUR, 2011b).

A formulação do PDITS acredita-se ter sido uma das maiores ações do Conselho, pois a partir das etapas de produção do mesmo, o conselho adquiriu mais autonomia, conhecimento das forças e fragilidades existentes na região, além de ter proporcionado aos seus representantes um amplo conhecimento da atividade assim como das políticas públicas do turismo e da necessidade do planejamento para o desenvolvimento da atividade.

Dando continuidade às ações destacadas como de grande relevância do Conselho, durante a XVI Reunião Ordinária o prof. Marcos Nascimento, coordenador do projeto Geoparque Seridó, foi convidado a apresentar o inventário do Geoparque Seridó, sendo expostos 25 geossítios com potencialidades geológicas, turísticas, culturais e históricas. O Projeto apresenta-se como uma iniciativa de preservação à região Seridó que possui atividades econômicas em sua maioria relacionadas à exploração do ambiente natural (biológico e geológico). Após a explanação, foi sugerida pelo coordenador a criação de uma comissão do Geoparque, que na mesma reunião foi decidida por seus membros (UFRN, IPHAN, IDEMA, Prefeitura de Parelhas, AMSO, ADESE, FCST, SEBRAE RN e Fundação Seridó) além da elaboração do decreto de criação do mesmo (SETUR, 2011c).

Na XVII Reunião ordinária, foi apresentado pelo Secretário Executivo aos conselheiros o ofício 01/2012, da Comissão de Criação do Geoparque que solicita ao Governo do Estado, através da SETUR a intermediação junto à Governadora Rosalba Ciarline e aos órgãos competentes a criação do Geoparque Seridó. (SETUR, 2012a).

A gestão da Governadora acima citada apresentou-se de forma lenta para a continuidade das ações do turismo no Seridó. Essa afirmação se dá por diversos motivos, entre eles, estão: o de diminuição dos encontros do Conselho, mesmo tendo como referência a alteração de reuniões bimestrais para trimestrais, a pouca participação do Secretário de Estado nas reuniões, além da não priorização da assinatura do PRODETUR para a disponibilização de verbas destinadas à infraestrutura turística e de apoio ao turismo, desmerecendo todo um trabalho realizado e expectativas criadas.

Em 2012 “o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS dos Polos foram aprovados [...] pelo Ministério do Turismo e Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID”. (Solange Portela – SETUR – SETUR, 2012b), porém a Governadora ainda não havia assinado o contrato, sendo solicitado por parte da SETUR a

prorrogação do prazo para assinatura do mesmo por mais 12 meses. Este relato sustenta a afirmação anterior em relação à lentidão nas ações do governo em relação ao turismo no Seridó.

Nesta mesma reunião, o secretário executivo do Conselho demonstrou sua preocupação em relação à “desmotivação do conselho provocada pelo excesso de planos e diagnósticos e pela falta de resultados e ações”. (Yves Guerra – SEBRAE – SETUR, 2012b).

Iniciou-se nesse momento uma preocupação com o futuro turístico da região, pois os conselheiros já haviam feito a sua parte no que concerne às iniciativas de políticas públicas, a iniciativa privada também quando no aumento de leitos, que a exemplo de Lagoa Nova, o estabelecimento de Meios de Hospedagem Chalés do Cajueiros ampliou o número de leitos existentes, oferecendo 150 leitos em seu espaço, tendo recebido um fluxo de 6.000 turistas no ano de 2011 (Gilberto Medeiros – Lagoa Nova – SETUR, 2012b), assim como a oferta de equipamentos turísticos de alimentos e bebidas seguros e de qualidade, mas não estavam sentindo o resultado desse trabalho. Estava-se esperando uma contrapartida do governo que não chegou. O esforço por parte da região estava sendo feito, havendo na localidade leitos suficientes para suprir a demanda, segundo palavras do representante da Prefeitura de Parelhas, Carlos Alberto, se referindo a estrutura de hospedagem do Seridó como não mais sendo um “gargalo para o turismo da Região citando os exemplos de Lagoa Nova, Cerro Corá e Currais Novos”. (SETUR, 2012b).

No município de Lagoa Nova inseriu-se também o turismo de segunda residência. Devido ao seu clima ameno, diversas pessoas adquiriram uma segunda residência no município, deslocando-se para o destino normalmente em fins de semana. Em sua maioria, as residências localizam-se em condomínios fechados estruturados, com opções de lazer integradas. Tal iniciativa valorizou a localidade, apresentando uma forma eficiente de inserir aspectos que valorizem o local de forma pontual e turisticamente.

Na XIX reunião, com a presença do Secretário de Estado do Turismo, foi comunicado por ele um novo programa de governo, o RN sustentável, sendo um programa de empréstimo financeiro, semelhante ao PRODETUR, contudo, disponibiliza recursos para diversas áreas, não somente voltada para o turismo “Renato Fernandes falou de que o Seridó tem 46 milhões de reais do PRODETUR, mais 13 milhões do RN Sustentável”. (SETUR, 2012c), deixando a dúvida de como seriam executados dois grandes projetos como estes. Na oportunidade, o secretário recebe uma crítica em relação ao turismo na região:

Galvão [...] anunciou que as “coisas” não estão acontecendo efetivamente para o Turismo no Seridó, sendo necessário mais investimento e maior visitação para que a região possa se consolidar enquanto destino turístico. Destacou que as cidades do Seridó possuem espaços viáveis para a realização de eventos e que estes podem contribuir para a divulgação da região. Cobrou do governo do estado investimentos na região, falou que as prioridades já estão postas há muito tempo, havendo falta de incentivo e ação, sendo preciso que o governo redirecione alguns eventos no Seridó para interiorizar o turismo. (SETUR, 2012c).

A fala citada acima demonstra que a região quer acontecer com o turismo. Que já existe o que faltava e que são necessários investimentos para a localidade se desenvolver turisticamente. Outro ponto importante nesta reunião foi o registro do secretário executivo do Conselho em relação ao tipo de turismo que ocorre no Seridó, assim como a demanda turística existente, embora com ausência de pesquisas.

Destacou, por exemplo, que apesar de não haver pesquisa de demanda, sabe-se que o público ou o perfil do visitante do Seridó é majoritariamente regional com um bom fluxo de escolas para o “turismo pedagógico”, representantes comerciais, e eventos culturais como Festas de Vaquejada, de Padroeira, e eventos programados como moto fest, festivais, tendo como o maior emissor Natal. (Yves Guerra – SEBRAE – SETUR, 2012c).

Na XX reunião, após a realização de eleição o Conselho conta com uma nova secretaria executiva, Celso Cruz, representante de Curais Novos. Após 05 anos à frente do Conselho, o SEBRAE inicia sua participação somente como membro do mesmo (SETUR, 2013a).

A última reunião do Conselho até o período da apresentação deste trabalho aconteceu no ano de 2013, e apresentou uma informação lamentável: A substituição do PRODETUR pelo RN Sustentável.

Renato Fernandes [...] fala do Programa de Desenvolvimento do Turismo, PRODETUR NACIONAL, falando do sucesso do PRODETUR 1 e 2, passando a ser de nível nacional, o qual ficou em segundo plano no RN devido ao projeto RN Sustentável. Ele colocou que sempre é cobrado pelo fato das verbas serem destinadas apenas para capital, mas que é necessário criar equipamentos para que o turismo seja interiorizado, de forma que o turista venha e volte satisfeito. Colocou ainda que dentro de uma semana será assinado o projeto RN sustentável, pois todas as etapas já foram cumpridas e que o projeto PRODETUR será readequado visto que, o que competia a Secretaria do Estado já foi finalizado, faltando apenas a Secretaria de Planejamento dar continuidade ao processo, e a perspectiva é que a partir de janeiro as licitações do PRODETUR serão reativadas, dessa forma garantindo ajuda não só a Costa Branca, mas também para o Seridó. (Renato Fernandes – Secretário SETUR – SETUR, 2013b).

Considera-se de grande importância registrar, sem entrar em méritos políticos, defesas de partidos, entre outros, que a gestão de Rosalba Ciarline (2011-2014) pouco contribuiu para o andamento das ações que estavam sendo desenvolvidas em conjunto pelo SETUR, SEBRAE e Conselho de Turismo do polo Seridó. O contrato do PRODETUR não foi assinado, impossibilitando a disponibilização dos seus recursos. Não se observou justificativas claras por parte do governo para tal atitude, podendo-se chegar a uma opinião de que o programa de governo RN sustentável, que contempla ações em diversas áreas, tenha ganhado prioridade por ser específico da gestão da referida governadora, este que também é um programa de financiamento. Conclui-se que por atitudes encaradas como eleitoreiras, o turismo deixe de ter o seu merecido espaço, além de deixar a participação social à margem de todo o processo, pois o PDITS foi um documento elaborado de acordo com as necessidades expostas pela população através de seus representantes, ou mesmo por nativos interessados na atividade e preocupados com o bem estar da localidade frente à atividade turística.

Outro fator negativo foi o fechamento do INVTUR, reclamado por um conselheiro sobre a dificuldade de “acesso dos inventários feitos pelos municípios, argumentando que o trabalho realizado foi em vão, pois o questionário solicita dados de inventário e não haverá tempo para o levantamento destes dados novamente”. (SETUR, 2013b). O conselheiro solicita ao Secretário que “interceda junto ao ministério sobre o fechamento do sistema do ministério do turismo, sobre a senha que dá acesso ao inventário”. (SETUR, 2013b).

Julga-se pertinente fazer uma observação acerca da realização das reuniões do conselho desde sua criação, como apresenta o quadro a seguir:

Realização das Reuniões do Conselho de Turismo do Polo Seridó				
Ano	Reunião	Data	Local	Quantidade/ano
2008	Reunião Inicial	11/07/08	Currais Novos	04 reuniões
	I Reunião	27/08/08	Currais Novos	
	II Reunião	15/10/08	Lagoa Nova	
	III Reunião	03/12/08	Acari	
2009	IV	19/02/09	Currais Novos	06 reuniões
	V	23/04/09	Parelhas	
	VI	03/06/09	Currais Novos	
	VII	05/08/09	Caicó	
	VIII	07/10/09	Currais Novos	
	IX	02/12/09	Carnaúba dos Dantas	
2010	X	18/02/10	Currais Novos	04 reuniões
	XI	07/04/10	Florânia	
	XII	11/08/10	Currais Novos	

	XIII	15/12/10	Currais Novos	
2011	XIV	29/03/11	Currais Novos	03 reuniões
	XV	01/06/11	Currais Novos	
	XVI	07/12/11	Currais Novos	
2012	XVII	09/03/12	Currais Novos	03 reuniões
	XVIII	20/07/12	Florânia	
	XIX	05/12/12	Cerro-Corá	
2013	XX	22/04/13	Currais Novos	02 reuniões
	XXI	12/08/13	Currais Novos	
2014	-----	-----	-----	0 reuniões

Quadro 04: Realização das Reuniões do Conselho de Turismo do Polo Seridó até o mês de Maio/2014.

Fonte: Dados do estudo 2014.

No ano de 2008 foram realizadas 04 reuniões ordinárias, tendo por base que o Conselho foi instalado no mês de julho, obtendo uma média de um reunião a cada dois meses. No ano de 2009 foram realizados 06 reuniões ordinárias, além dos encontros para a formulação do PDITS. Em 2010 a frequência das realizações de reuniões diminuiu para 04, sendo esperada a diminuição devido à mudança na frequência das mesmas de 02 meses para 03 meses. Ainda assim, observa-se um espaço de 04 meses a partir da segunda reunião anual para as demais. Em 2011, ocorreram 03 reuniões, com um intervalo de 06 meses entre a segunda e a terceira. No ano de 2012 percebe-se a mesma instabilidade em relação à realização dos encontros, com intervalos que ultrapassam os 03 meses. Já no ano de 2013 a situação se agravou, sendo realizados apenas 02 encontros durante todo o ano. Por fim, em 2014, início do mês de junho, ainda não houve nenhuma reunião do Conselho de Turismo do Polo Seridó, o que é considerável lamentável, tendo em vista a integração existente, o trabalho que havia sido realizado e a desmotivação que isto pode causar em seus agentes sociais, uma vez que não se observa retorno nem interesse por parte da gestão estadual em desenvolver a atividade turística por meio de ações de planejamento turístico, com a participação da iniciativa privada e da população.

Em entrevista com a gestora do PRT (2003-2013), foi questionado sobre como a entrevistada enxerga a atuação do Conselho de Turismo do Polo Seridó, sendo obtida a seguinte resposta:

Eu sempre achei que a atuação do conselho do polo Seridó, dele e do Costa das Dunas eram as melhores, mais participativas, bastante dinâmicas, apresentavam trabalhos, discutiam bastante, sempre forma muito boas as reuniões do conselho. Infelizmente ultimamente tem havido problemas, porque na hora em que não se tem muita coisa pra apresentar, a Secretaria, o

Governo, o Ministério, então esvaziavam as reuniões. Eu até falei com a pessoa que coordenava e ela me disse: Carmem não tem pauta, o que a gente vai fazer nessas reuniões? Eu disse que não precisa a pauta partir da Secretaria, ela pode partir do Conselho. E houve também esse problema sério aí na secretaria, vamos ver como é que vai retomar, com pessoas novas, num período ruim, de política. A gente vai ter que ter conselhos, porque com o RN sustentável a gente vai ter que ter a validação dos projetos nos conselhos. Esse ano não houve reunião do conselho e a pessoa responsável deixou a secretaria, ainda que agora tem copa, então só a partir de agosto, e quem nos dá o respaldo é o conselho. Vai ser feito o plano estratégico do desenvolvimento do turismo anual, e o plano de marketing, então é um estudo que nunca existiu no estado, um plano de 10 ou 20 anos. A licitação deve sair esse ano ainda. (LUCENA, 2014).

Em seu relato, a gestora deixa claro sua vontade em continuar o trabalho, mesmo sentindo os entraves presentes.

Na sequência apresenta-se um quadro com as instituições que faziam parte da formação inicial do Conselho e as instituições que possuíam assento no conselho na última reunião. Algumas instituições foram retiradas por exceder o número máximo de faltas constantes no regimento interno do Conselho, que são de 03 ausências sem justificativa. No quadro estão representados em ordem de permanência e saída/entrada no referido conselho.

Entidades participantes do Conselho de Turismo do Polo Seridó (Iniciantes e atuais)		
	I Reunião do Conselho de Turismo do Polo Seridó	XXI Reunião do Conselho de Turismo do Polo Seridó
1.	SETUR	SETUR
2.	SEBRAE	SEBRAE
3.	Prefeitura de Acari	Prefeitura de Acari
4.	Prefeitura de Caicó	Prefeitura de Caicó
5.	Prefeitura de Carnaúba dos Dantas	Prefeitura de Carnaúba dos Dantas
6.	Prefeitura de Cerro Corá	Prefeitura de Cerro Corá
7.	Prefeitura de Currais Novos	Prefeitura de Currais Novos
8.	Prefeitura de Jardim do Seridó	Prefeitura de Jardim do Seridó
9.	Prefeitura de Lagoa Nova	Prefeitura de Lagoa Nova
10.	Prefeitura de Parelhas	Prefeitura de Parelhas
11.	ADESE	ADESE
12.	AMSO	AMSO
13.	Banco do Brasil S/A	Banco do Brasil
14.	BNB	BNB
15.	CDL	CDL
16.	CERSEL	CERSEL
17.	CRACAS	CRACAS
18.	FCST	FCST
19.	FAS	FAZ
20.	UFRN	UFRN
21.	SENAC	SENAC

22.	SETHAS	SINGTUR
23.	IDEMA	AAC
24.	IBAMA	EMPROTUR
25.	AMS	IPHAN
26.	Amigos do Seridó	Prefeitura de Florânia
27.	ABRASEL	ABETA
28.	CREDISERIDÓ	Fundação Seridó
29.		Caixa Econômica Federal

Quadro 05: Entidades participantes do Conselho de Turismo do Polo Seridó (Iniciantes e atuais).

Fonte: Dados do Estudo 2014.

Convém informar que a região Seridó mantém-se em constante desenvolvimento por parte da iniciativa privada. Sendo um grande pólo de confecção de utilitários para o lar (panos de prato), bonelaria, facções de vestuários de marcas nacionais, o comércio em geral, entre outros, despontam-se novos investimentos voltados para a região, dessa vez através da energia eólica, que além de uma atividade econômica, gera demanda turística.

Relacionando os acontecimentos mencionados com o modelo de Butler (1980), compreendendo entre os anos 1950 e 2014, chega-se ao entendimento de que a região do Seridó encontra-se inserida na fase de envolvimento.

Com o número de visitantes aumentando e assumindo alguma regularidade, alguns moradores locais entrarão na fase de envolvimento e começarão a fornecer instalações primárias ou mesmo exclusivamente para os visitantes. Pode-se esperar que o contato entre os visitantes e moradores permaneçam elevados e que, de fato, sejam aumentados os locais envolvidos na restauração para os visitantes. Como este estágio progride, alguma publicidade especificamente para atrair os turistas podem ser antecipada, e uma área de mercado básica inicial para os visitantes pode ser definida. A temporada turística pode ser esperada a surgir e os ajustes serão feitos no padrão social, pelo menos, dos moradores envolvidos no turismo. Algum nível de organização em organização de viagens turísticas podem ser esperados e as primeiras pressões colocam aos governos e órgãos públicos para fornecer ou melhorar o transporte e outras facilidades para os visitantes. (BUTLER, 1980, p. 07-08). (Tradução nossa).

O período de envolvimento, segundo o autor, está ligado à regularidade de fluxo turístico, embora que esporádico ou sazonal, onde os visitantes são hospedados em residências de moradores ou em estabelecimentos de meios de hospedagem, situação vivenciada na localidade, assim como o aumento da oferta de estabelecimentos de alimentos e bebidas também aumenta, devido à demanda existente, que no caso do Seridó se faz presente como mencionado anteriormente, através de uma demanda regional, os estabelecimentos voltam-se para atender aos representantes comerciais, e os períodos de alta temporada

ocorrem nos momentos das realizações de eventos programados, como em festas de padroeiros, festas juninas, vaquejadas, carnavais ou festivais.

Sobreveio na análise o destaque em relação ao último ponto citado por Butler (1980) em seu modelo, que direciona-se para a iniciação das cobranças ao Governo em relação às melhorias que venham a simplificar a estada do turista, relacionado desde o deslocamento do mesmo, à permanência e seu retorno. Esse ponto foi analisado através das políticas públicas citadas neste trabalho, à iniciação dos programas de governo, com destaque para o PNMT e ações do PRT, sendo o primeiro programa responsável por sensibilizar a população no que concerne à atividade turística, e o último responsável por dar direcionamento à atividade e à opinião da população através de seus representantes no Conselho de Turismo do Polo Seridó.

Para que a região do Seridó passe para a fase do desenvolvimento exposta no TALC, é necessário que haja a disponibilização de recursos voltados ainda para a infraestrutura básica assim como mais incentivos por parte do governo em relação às ações de marketing voltadas inicialmente para o público estadual e regional, podendo estar ligadas aos eventos realizados na região.

Em contrapartida, para que haja uma boa integração regional, há que se pensar em atitudes individuais para agregar valor ao conjunto. Os governos locais precisam atuar de forma mais incisiva e independente em relação a potencial turístico específico, oferecendo melhorias de acesso e capacitando os profissionais do setor turístico. A iniciativa privada deve ser mais atuante no tocante à disponibilização de espaços estruturados, seguros e confortáveis para o turista, além de absorver a mão de obra capacitada existente em seu município. A população por sua vez, deve permanecer atuante, contudo é necessário que haja mais entendimento do que significa a atividade turística e participar das ações relacionadas à atividade. Julga-se igualmente necessário que a população possa usufruir da infraestrutura turística assim como os turistas usufruem da infraestrutura básica e da mesma forma dos atrativos turísticos. As opções de lazer, recreação, atrativos e estabelecimentos pertencentes à infraestrutura de apoio ao turista devem estar disponíveis para os residentes locais, uma vez que os moradores devem ter conhecimento e se apropriar do que, na verdade, é seu.

Existem características citadas por Butler (1980) em relação à fase de desenvolvimento que acredita-se serem questionáveis para a região Seridó. Em relação a situações observadas como presentes pelo autor na referida fase, referentes ao processo de descaracterização, à complementação de atrativos naturais e culturais por instalações

artificiais e a alteração da aparência física do lugar, as quais julga-se ser características negativas para a região Seridó.

A localidade que é conhecida por seus aspectos culturais, sofreria impactos socioculturais e ambientais imensuráveis caso seguisse para este fim. Acredita-se que o atrativo da região seja a autenticidade, voltada para as características culturais do seu povo impressas no seu comportamento, na sua fala, na gastronomia, no artesanato, entre outros, não sendo observados aspectos positivos em perceber que a região opte por seguir as características citadas desta fase.

Embora o TALC aplique-se como um modelo o autor reitera que as fases podem ser diferentes se comparadas de um lugar para outro, afirmando que o processo é relativo de acordo com a atratividade do local ou com a reação da população. Por isso, sugere-se que, ao caminhar para a fase do desenvolvimento, a região do Seridó se dirija para a prática do turismo criativo (MOLINA, 2011), segmento voltado para o desenvolvimento de potencialidades locais, direcionado para o uso da criatividade, do diferente, do que se distingue de atividades turísticas padronizadas, levando em consideração as características locais como maior diferencial da atratividade turística contida em outros espaços, levando em consideração a realidade de que a região Seridó não comporta o turismo de massa.

Como a região do Seridó apresenta características semelhantes de um lugar para outro, tendo uma proximidade que favorece a visita de mais de uma localidade tendo em vista a permanência de mais de um dia, o turismo criativo poderia ser utilizado como parte das iniciativas presentes no turismo local, enquanto a região se adaptaria às fases propostas no modelo, apresentado para tanto, características próprias.

4.2 Sugestões para a continuidade da atividade turística para o Seridó

Para que o turismo na região ocorra de forma ordenada e de acordo com as proposições da comunidade local representada pelos membros do conselho de turismo do Polo Seridó, serão dadas algumas sugestões de continuidade do trabalho que vem sendo desenvolvido, que para uma melhor apresentação são mostradas em 06 (seis) pontos:

- a) Em relação aos aspectos gerais, a localidade necessita de planejamento constante. A exemplo do PDITS, cada município deveria elaborar seu plano de Turismo, elencando as prioridades que a localidade necessita. Os municípios devem trabalhar integrados,

mas não devem esquecer-se de realizar as ações pontuais de cada lugar individualmente para não correr o risco de ficar aguardando ações regionais para desenvolver a atividade. A sugestão exposta neste trabalho não é de excluir a ideia da regionalização, mas de fazer com que os municípios despertem para as ações individuais em benefício local e consequentemente regional. Uma localidade que possui uma oferta diferenciada, com estrutura para visitação, independente qual seja, vai ser um polo de atração para a região, a exemplo do que aconteceu no Polo Agreste-Trairí após a construção da imagem de Santa Rita de Cássia.

- b) Outro ponto importante para os municípios é elaborar projetos e buscar recursos para a efetivação do mesmo em âmbito local também, com a consciência de que a atividade deve atuar de forma a beneficiar a população local, oferecendo bem estar e qualidade de vida, fazendo com que os residentes se sintam inseridos nos benefícios que a atividade turística porventura apresentar, ademais, o gestor municipal deve estar consciente dessa participação da comunidade e de que o turismo atua no local a fim de auxiliar no desenvolvimento, e não como somente fonte de recursos financeiros.
- c) Julga-se de fundamental importância a aplicação dos recursos provenientes do PRODETUR, uma vez que a região foi contemplada e auxiliou na elaboração do PDITS, gerando expectativa na população que enxerga nesse recurso uma forma de estimular o desenvolvimento da atividade no local, uma vez que há uma dificuldade em fazer com que o turismo progrida na região devido a um impasse que por vezes ocorre entre iniciativa privada e poder público. O poder público não investe no turismo do Seridó com ações concretas e de divulgação justificando não haver estrutura de apoio suficiente ao turista, enquanto que a iniciativa privada apresenta receio em investir na atividade por justificar que não há incentivo por parte do governo.
- d) Aproveitando a sugestão acrescentada anteriormente, é de grande relevância que as ações de marketing por parte da EMPROTUR/SETUR sejam mais efetivas para o Seridó, iniciando em âmbito estadual. Os conselheiros fizeram diversas solicitações de *outdoors* localizados nas saídas da capital do Estado com a programação de eventos mensal do Seridó, no intuito de fazer com que o natalense tenha conhecimento e possa prestigiar aos eventos da região. É válido acrescentar que seria interessante a inclusão da região do

Seridó no Plano de Marketing do Estado, inicialmente voltado para os eventos religiosos e culturais da região.

- e) Outra sugestão considerável é a integração de todos os tipos de artesanato produzidos na região e sua comercialização em um espaço determinado, proporcionando ao turista a possibilidade de acesso ao artesanato da região e *souvenirs* para levar como recordação em seu retorno. Há ainda na região dificuldade de acesso ao artesanato local em dias de feriado e fins de semana, pois funcionam em sua maioria como comércio local, normalmente não estando associado diretamente à produção turística.
- f) Por fim, que seja oficializado o Projeto Geoparque Seridó, compreendido neste trabalho como o maior benefício adquirido a curto e longo prazo que a região possa receber. O projeto está ligado à preservação e conservação dos ambientes naturais e geológicos e atua em parceria com empresas locais que desenvolvem atividades de exploração nesses ambientes, incentivando o respeito e a preservação da cultura, como explica o resumo do projeto explanado a seguir:

O presente relatório trata do estudo técnico e diagnóstico para embasar proposta de criação do Geoparque Seridó, onde foi realizado o cadastramento de 25 geossítios com base em mapas geológico e geomorfológico nas escalas de 1:500.000 e 1:100.000 e detalhamento em trabalho de campo. Estes geossítios estão localizados nos municípios de Cerro Corá, Lagoa Nova, Currais Novos, São Vicente, Florânia, Caicó, Cruzeta, Acari, Carnaúba dos Dantas, Jardim do Seridó e Parelhas, na região do Seridó, estado do Rio Grande do Norte. A proposta de geoparque contempla uma área com cerca de 6.000 km² que incluem ainda os municípios de Bodó, Tenente Laurentino Cruz e São José do Seridó. Tendo em vista o caráter excepcional do patrimônio geológico do Seridó Potiguar, associado aos aspectos biológico, turístico, cultural e histórico, esta é uma região com grande potencial para a criação de um geoparque. O Seridó apresenta um patrimônio geológico de beleza singular, decorrente dos inúmeros processos naturais a que esta região foi submetida ao longo da história da Terra, cujo registro pode ser observado nas diversas formas de relevo, tais como as serras e picos, ou exposições rochosas menores constituídas por granitos, gnaisses, mármore, quartzitos e arenitos. A mineração é uma atividade econômica relevante para esta região, destacando-se a Mina Brejuí, onde a scheelita (mineral-minério de onde é extraído o tungstênio) é explorada desde a década de 40, em cuja área existem galerias subterrâneas destinadas à visitação pública, além de um museu que conta a história da mineração. Registros do homem e de animais pré-históricos, também estão presentes nos diversos sítios arqueológicos e paleontológicos ali encontrados (MME, 2010, p. 01).

O Projeto Geoparque Seridó é de autoria do Prof. Dr. Marcos Antônio Leite do Nascimento (UFRN), em parceria com o Sr. Rogério Valença Ferreira (CPRM). É um projeto

vinculado ao Ministério de Minas e Energia, através da SGM – Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral e do Serviço Geológico do Brasil (CPRM) e faz parte do Programa Geologia do Brasil: Levantamento da Geodiversidade. O Projeto apresenta 25 geossítios (anexo), sendo os mesmos uma junção do patrimônio geológico, agregado aos aspectos biológicos, turísticos, e histórico-culturais, tendo sido encaminhado ao Secretário de Turismo do Estado o projeto Geoparques: Geoparque Seridó – Proposta, conforme comprova o documento em anexo.

Considera-se que a efetivação desse projeto dará um novo rumo à gestão dos atrativos turísticos, oferecendo uma nova perspectiva da atuação da região na atividade turística, além da preservação do patrimônio local.

5 CONCLUSÃO

A partir dos resultados alcançados no trabalho, pode-se concluir que a pesquisa obteve um resultado satisfatório, pelos motivos que serão expostos a seguir.

O primeiro passo deste trabalho se deu a partir do seguinte questionamento: Como vem ocorrendo a evolução do Seridó como região turística? Para resolver essa questão, optou-se por definir como objetivo geral adotar o modelo de Butler (1980) como forma de descrever a evolução turística da localidade, uma vez que o modelo oferece seis fases descritivas em relação à evolução da atividade, sendo este um modelo clássico nos estudos da área. Para efetivar este objetivo, foram necessários dois objetivos específicos relacionados ao modelo proposto e um objetivo específico destinado à continuação da atividade através de sugestões que foram propostas a partir do conhecimento da atividade e da região no decorrer do acesso ao material de pesquisa.

Para facilitar o entendimento desta conclusão, será feito um resumo dos objetivos atingidos, iniciando a partir dos objetivos específicos para acompanhar o andamento dos passos percorridos por esta pesquisa.

Obedecendo ao objetivo específico “a) Descrever as etapas de evolução do turismo no Seridó através de um recorte histórico”, a pesquisa apresenta-se de forma efetiva, uma vez que o objetivo foi alcançado a partir do levantamento dos aspectos históricos da região associado à atividade turística, partindo do início de um fluxo de visitantes estimulado por atividades econômicas, culminando nas ações de planejamento do turismo contemporâneo.

Cumprindo com a proposição do objetivo específico “b) Analisar a região a partir do modelo de BUTLER (1980)”, pode-se considerar o resultado positivo, estando a localidade inserida na segunda fase do modelo, caminhando para a fase do desenvolvimento. A pesquisa não se propunha a analisar as seis fases propostas pelo modelo, mas de averiguar em que fase a região se encaixa a partir da apreciação do modelo frente à realidade local.

Em relação ao objetivo específico “c) Apresentar sugestões para a continuidade da atividade turística no Polo Seridó”, a pesquisa cumpriu com a proposta, sugerindo o cumprimento de ações ansiadas pelos conselheiros, além da proposta de trabalho individual em favor do conjunto.

A evolução do Seridó como região turística se dá através de processo histórico, político e gerencial, onde se tece suas influências nas atividades econômicas predominantes

naquele espaço. Iniciando as visitas no período do ciclo do algodão, momento que projetou a região Seridó nacional e internacionalmente, seguindo pelo ciclo da mineração, sendo esses dois ciclos responsáveis pelo berço do turismo na região, contribuindo com estruturas hoteleiras significativas para a permanência do turista no local. Seguido desses ciclos, outro ponto fundamental foi a presença das políticas públicas na localidade, norteando o desenvolvimento da atividade, muito embora a mesma também tenha sido prejudicada pela política partidária e ingerências de gestores públicos estaduais à força da participação popular.

Acredita-se que o trabalho obteve êxito, remetendo a este o cumprimento dos objetivos propostos para a resposta da questão problema. Esta pesquisa aborda a teoria dos programas de governo e apresenta como ela se dá na prática, apresentando os aspectos reais da atividade no Estado do RN, se mostrando importante para pesquisas futuras no tocante ao acesso às informações verídicas e ao entendimento de como a atividade se descortinou no Estado.

REFERÊNCIAS

AGUILAR C. R. V. El Ciclo de Vida de un Destino Turístico: Puerto Vallarta, Jalisco, México. **CULTUR** – Revista de Cultura e Turismo, ano 03, n. 01, 2009..

AIRES, J. D. M.; BRANDÃO, P. de M.; CUNHA, S. de L.; MARANHÃO, C. H. da S.; PEQUENO, E. A. Análise do Ciclo de Vida do Destino Turístico Natal/RN à luz do Modelo de BUTLER. **XVI Seminário de Pesquisa do CCSA ISSN 1808-6381**. UFRN, 2012.

ALVARES, D.F.; LOURENÇO, J. M. Modulação de Ciclos de Vida de Destinações Turísticas: O Caso Da Ilha Da Madeira-PT. **Anais do 2º Congresso Luso Brasileiro para o Planeamento Urbano Regional Integrado e Sustentável**. Braga, 2006.

ALVARES D.F; LOURENÇO, E J.M. O Modelo de Análise do Processo Turístico: Uma aplicação aos destinos turísticos de Ouro Preto e de Salvador – Brasil. **Pluris**, 2010. Disponível em: <<http://pluris2010.civil.uminho.pt/Actas/PDF/Paper572.pdf>> Acesso em: 13 jun. 2013.

AMARAL, Patrícia Daliany Araújo do; BARROS, Alice Emanuele Almeida. Descobrindo Potencialidades além do Litoral: uma Análise do Roteiro Seridó como Alternativa para a Diversificação da Oferta Turística no Rio Grande do Norte. **VI Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo – ANPTUR**. São Paulo, 2009.

ARAÚJO, A M. da e MACÊDO, C. A. **Do açúcar para o algodão: a mudança do eixo econômico favorece o interior do estado**. História do RN n@ WEB [On-line]. Available from World Wide Web: <URL: www.seol.com.br/rnnaweb/>

ARAÚJO, G. C.; CAMPELO, E. H. R.; FRATA, A. M.; MARIANI, M. A. P.; MICHELS, I. L.; O Ciclo de Vida do Destino Turístico de Bonito, Mato Grosso do Sul. **Anais do XVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER**, Londrina, 2007.

ARAÚJO, Marta Maria de; MEDEIROS, Cristiane Moreira Lins de; A educação do homem culto – o norte-rio-grandense Juvenal Lamartine de Faria (1874 – 1956). **Mneme – Revista Virtual de Humanidades**, n. 10, v. 5, abr./jun.2004.

AZEVEDO, F. F. de. **Entre a Cultura e a Política**: uma geografia dos currais no sertão do Seridó Potiguar. Tese de Doutorado em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2007.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARRETO, Margarita. **Planejamento e Organização em Turismo**. 7.ed. Campinas: Papirus, 2002 (Coleção Turismo).

BARROS, N. C. de. Expansão Turística, Dinâmica Espacial e Sustentabilidade das Destinações no Litoral do Nordeste do Brasil. **Turismo - Visão e Ação**. Vol. 7 - n.2, p. 241 – 256. mai/ago, 2005.

BAUER, M. W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. *In*: BAUER, M. W.; GASKELL,

George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 4 ed. Tradução Pedrinho Guareshi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BENEDETTO, C. A. di.; BOJANIC, D. C. Tourism Area Life Cycle Extensions. **Annals of Tourism Research**, Vol. 20, pp. 557-570, 1993

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 12 ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.

BORGES, L. B. **Programa de regionalização do Turismo Roteiros do Brasil: Análise interdisciplinar de uma política de turismo em Goiás / Brasília**, 2009. 177 f. – Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília.

BRANDÃO, P. de M. **Análise da Rede Política do Turismo Brasileiro / Natal**, 2010. 215 f. – Dissertação (Mestrado em Turismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

BRUSADIN, L. B. Estudo da avaliação do Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso. **Revista Hospitalidade**, São Paulo, ano 2, n. 2, p. 87-111, 2. Sem, 2005.

BUTLER, R. W. The concept os a tourism área cycle of evolution: Implications for management of resources. **Canadian Geographer**, 1980.

CA`NOVES, G.; GARAY, L. Life Cycles, Stages and Tourism History: The Catalonia (Spain) Experience. **Annals of Tourism Research**, Vol. 38, N. 2, pp. 651–671, 2011.
CARVALHO (2009)

CHAVES, J. M. P. ;RANGEL, R. A. O Ciclo de Vida do Produto Turístico e as Estratégias de Gestão de Marketing: Um Estudo de Caso sobre Bonito (MS). **DESTARTE** v.2, n.1, 2012.

COLE, S. Synergy and Congestion in the Tourist Destination Life Cycle. **Tourism Management**, 33, 2012.

CORIOLOANO, L. N. M. T. **O Turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.

COSTA, Jorge Luiz da; **Balanco Mineral Brasileiro**. Tungstênio. Disponível em: <<http://www.dnpm.gov.br/assets/galeriadocumento/balancomineral2001/tungstenio.pdf>> Acesso em 10 mai. 2014.

CRUZ, R.de C. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2002.

DANTAS, Eugênia Maria; MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. Migração e Crescimento Urbano: O Seridó Potiguar em Análise. **Scripta Nova**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona, 2001.

DIAS, R. **Planejamento do Turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003.

DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral. Ministério de Minas e Energia. **Mineração no Semiárido brasileiro**. Brasília, 2009.

EMBRATUR. **Política nacional de turismo**: diretrizes e programas. BRASÍLIA: Governo Federal, 1999.

EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo. **Retratos de uma caminhada**: PNMT 8 anos. EMBRATUR, Brasília, 2002

FALCÃO, M. C; GÓMEZ, C. P. Análise da Sustentabilidade de Destinos Turísticos: Uma proposta teórica de adequação do modelo de ciclo de vida de áreas turísticas às dimensões da sustentabilidade. **Turismo: visão e ação**. Vol. 14, n. 3, jun, 2011 – mai, 2012.

FEMENICK, Tomislav R. O ciclo do Algodão no Seridó – II. **Tribuna do Norte**, 2010. < www.tomislav.com.br/o-ciclo-do-algodao-no-serido-ii> Acessado em 03 abr 2014.

FERRAZ, J. A. Regime jurídico do turismo. In: LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. (Orgs.) **Turismo: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FRATUCCI, A. C. Política Nacional de Turismo no Brasil: da Municipalização à Regionalização. **Book of Proceedings. Vol. I. International Conference On Tourism & Management Studies**. Algarve, 2011.

_____. **A dimensão espacial nas políticas públicas brasileiras de turismo**: as possibilidades das redes regionais de turismo/ Niterói: [s.n.], 2008. 308 f. – Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, 2008.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1994.

GLASER, B.; STRAUSS, A. **The discovery of grounded theory**. New York: Aldene de Gruyter, 1967.

GOELDNER, Charles R.; RITCHIE, J.R. Robert; McINTOSH. **Turismo: princípios práticas e filosofias**. Porto Alegre: Bookman, 2002.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP & A, 1998.

HAYWOOD, K. M. Can the tourist-area life cycle be made operational? **Tourism Management**. Sep, 1986.

HENZ, A. P. **Políticas Públicas de Turismo no Brasil**: A interferência da política nacional de turismo entre 2003 e 2007 no direcionamento das políticas estaduais / Balneário Camboriú, 2009.149 f. – Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria) – Universidade do Vale do Itajaí.

IDEMA – Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Rio Grande Do Norte. **Potencialidades do Rio Grande do Norte**. Natal.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do Turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

LIMA M.A.D.S. Análise de conteúdo: estudo e aplicação. **Rev. Logos**, 1993.

LOHMANN, G. & PANOSSO NETTO, A. **Teoria do Turismo: Conceitos, modelos e sistemas**. São Paulo: Aleph, 2008.

LUCENA, Carmem Vera Araújo de. **Gestora do PNMT (1994 – 2002) e PRT (2003 – 2013) no Estado do Rio Grande do Norte**. Realização de Entrevista – 26 mai. 2014.

MACÊDO, M. K. de (1998). **A cotonicultura no Rio Grande do Norte**. História do RN n@ WEB [On-line]. Available from World Wide Web: <URL: www.seol.com.br/rnnaweb/>

MACÊDO, M. K. de (1998). **O algodão na economia seridoense**. História do RN n@ WEB [On-line]. Available from World Wide Web: <URL: www.seol.com.br/rnnaweb/>

MACÊDO, M. K. **A Penúltima Versão do Seridó: uma história do regionalismo seridoense**. Natal; Campina Grande: EDUFRN; EDUEPB, 2012.

MARTINS, J.; BICUDO, M.A. **Pesquisa qualitativa em psicologia: fundamentos e recursos básicos**. São Paulo: EDUC, 1989.

MDA. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Seridó – PDTRS**. Brasília, 2009.

MEDAGLIA, J.; SILVEIRA, C. E.; TEIXEIRA, F. R. Aplicação da teoria do ciclo de vida das destinações turísticas em Diamantina/MG . **Anais do 5º Congresso Latino Americano de Investigação Turística**, 2011.

MEDEIROS FILHO, A E. de. **A Insurreição Comunista de 1935 em Natal**. História do RN n@ WEB [On-line]. Available from World Wide Web: <URL: www.seol.com.br/rnnaweb/>

MEDEIROS, Gênisson Costa de. **Fotografia em Paisagens da Modernidade: Currais Novos/RN de 1950 à 1980**, 2010. 121 f. – Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade federal do Rio Grande do Norte.

Ministério de Minas e Energia – MME. Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral. SGM. NASCIMENTO, M. A. L. do; FERREIRA, Valença Rogério de. **Projeto Geoparques – Geoparque Seridó – Proposta**. Brasília, 2010.

Ministério do Turismo **Plano nacional de turismo 2007-2010**. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de políticas de turismo. Brasília: 2007.

_____. **Programa de qualificação a distância para desenvolvimento do turismo: sensibilização, mobilização, institucionalização da instância de governança regional** / Ministério do Turismo, coordenação Tânia Brizolla, Ana Clévia Guerreiro Lima. Brasília: o Ministério: Florianópolis: SEaD/UFSC, 2008.

_____. **Programa de qualificação a distância para desenvolvimento do turismo: formação de gestores das políticas públicas do turismo** / autoria do conteúdo técnico-científico Alexandre Panosso Netto, Francisco José Pereira da Silva, Luiz Gonzaga Godói Trigo. Florianópolis: SEAD/FAPEU/UFSC, 2009.

_____. **Documento Referencial Turismo no Brasil 2011 – 2014**. Brasília, 2011.

MOITEIRO, A. I. F. **Análise das Percepções dos Turistas em Relação a Boas Práticas e Indicadores de Sustentabilidade**/ Lisboa, 2008. 161 f. – Dissertação (Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais) Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

MORAIS, I. R. D. **Seridó norte-rio-grandense: uma geografia da resistência**. Caicó, 2005.

OLIVEIRA, V. de; PEREIRA, G. de A e MEDEIROS FILHO, A E. de. **Da oligarquia Maranhão à política do Seridó**. História do RN n@ WEB [On-line]. Available from World Wide Web: <URL: www.seol.com.br/rnnaweb/>

PETROCCHI, M. **Gestão de pólos turísticos**. São Paulo: Futura, 2001.

PORNPOL, P.; MCGRATH, G. M. Implementation of the Tourism Area Life Cycle Model as an Advisory Decision Support System. **PACIS**, 2010.

ROESCH, S. M. A. **Projeto de estágio do curso de administração**. São Paulo: Atlas, 1996.

SCHWANDT, T. Três posturas epistemológicas: interpretativismo, hermenêutica e construcionismo social. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna (orgs). **Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2 ed. Porto Alegre: ARTMED, 2006.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEPLAN – Secretaria de Estado de Planejamento e Finanças do Rio Grande do Norte & IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. **Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região do Seridó do Rio Grande do Norte – PDSS**. Volume 1: Diagnóstico. Caicó, 2000. 315f.

SEPLAN – Secretaria de Estado de Planejamento e Finanças do Rio Grande do Norte & IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. **Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região do Seridó do Rio Grande do Norte – PDSS**. Volume 2: Diagnóstico. Caicó, 2000. 273f.

SETUR – Secretaria de Estado do Turismo. **Plano estratégico de Desenvolvimento Turístico do Rio Grande do Norte**. Natal, 2004.

_____. **Ata da Reunião de Instalação do Conselho de Turismo do Polo Seridó**. Currais Novos, 2008a.

_____. **Ata da I Reunião Ordinária do Conselho de Turismo do Polo Seridó**. Currais Novos, 2008b.

_____. **Ata da II Reunião Ordinária do Conselho de Turismo do Polo Seridó**. Lagoa Nova, 2008c.

_____. **Ata da III Reunião Ordinária do Conselho de Turismo do Polo Seridó**. Acari, 2008d.

_____. **Ata da IV Reunião Ordinária do Conselho de Turismo do Polo Seridó**. Currais Novos, 2009a.

_____. **Ata da V Reunião Ordinária do Conselho de Turismo do Polo Seridó**.

Parelhas, 2009b.

_____. **Ata da VII Reunião Ordinária do Conselho de Turismo do Polo Seridó.** Caicó, 2009c.

_____. **Ata da VIII Reunião Ordinária do Conselho de Turismo do Polo Seridó.** Currais Novos, 2009d.

_____. **Ata da IX Reunião Ordinária do Conselho de Turismo do Polo Seridó.** Carnaúba dos Dantas, 2009e.

_____. **Ata da XII Reunião Ordinária do Conselho de Turismo do Polo Seridó.** Currais Novos, 2010.

_____. **Ata da XIV Reunião Ordinária do Conselho de Turismo do Polo Seridó.** Currais Novos, 2011a.

_____. **Ata da XV Reunião Ordinária do Conselho de Turismo do Polo Seridó.** Currais Novos, 2011b.

_____. **Ata da XVI Reunião Ordinária do Conselho de Turismo do Polo Seridó.** Currais Novos, 2011c.

_____. **Ata da XVII Reunião Ordinária do Conselho de Turismo do Polo Seridó.** Currais Novos, 2012a.

_____. **Ata da XVIII Reunião Ordinária do Conselho de Turismo do Polo Seridó.** Florânia, 2012b.

_____. **Ata da XIX Reunião Ordinária do Conselho de Turismo do Polo Seridó.** Cerro Corá, 2012c.

_____. **Ata da XX Reunião Ordinária do Conselho de Turismo do Polo Seridó.** Currais Novos, 2013a.

_____. **Ata da XXI Reunião Ordinária do Conselho de Turismo do Polo Seridó.** Currais Novos, 2013b.

SHIKI, S. de F. N. **Estado, Políticas Públicas e Desenvolvimento Local:** Sustentabilidade do Turismo no Nordeste Brasileiro / Brasília, 2007. 361 f. – Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília.

SILVA, J. de A.; SILVA, S. E. da e PEREIRA, R. B.; SANTOS, A J. dos e ARAÚJO, W. G. **A Revolução de 30 no RN.** História do RN n@ WEB [On-line]. Available from World Wide Web: <URL: www.seol.com.br/rnnaweb/>

SINGER, P.. **Desenvolvimento e crise.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOUSA, Rodrigo Ranieri Andrade Bacelar Felipe; CAMELO, Gerda Lúcia Pinheiro. **Influência da Gestão de uma Empresa na Alavancagem das Exportações: Estudo de Caso na Mina Brejuí. II CONNEPI - Congresso de Pesquisa e Inovação da Rede Norte Nordeste de Educação Tecnológica.** João Pessoa, 2007.

STANSFIELD, C. The development of modern seaside resort, **Parks and Recreation**, v. 5, n. 10, 1970.

SWARBROOKE, J. **Turismo Sustentável: Meio Ambiente e Economia**. 3 ed. Vol. 2. Editora Aleph, São Paulo, 2000.

TAKEYA, Denise Monteiro. **Um outro Nordeste: O algodão na economia do Rio Grande do Norte**. Fortaleza : BNB-ETENE, 1985.

TEIXEIRA, E. C. **O local e o global: limites e desafios de participação cidadã**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

TRIVINOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1995.

VIRGÍNIO, D. F. **Gestão Pública do Turismo: Uma Análise dos Impactos da Política Macro de Regionalização Turística no Período de 2004 – 2011 no Estado do Rio Grande do Norte, Brasil / Natal, 2011**. 186 f. – Dissertação (Mestrado em Turismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICES

Entrevista realizada com a Sra. Carmem Vera de Araújo Lucena, na data de 26 de maio de 2014:

1. Que municípios do Seridó participaram das oficinas do PNMT e até que fase elas ocorreram?

Os mais presentes eram Currais Novos, Caicó, Cero Corá, Parelhas, Jardim do Seridó, Ouro Branco, Carnaúba dos Dantas, Cerro Corá, uns 7 ou 8 municípios que participavam. Em alguns municípios chegamos na terceira fase, não era que a gente fizesse o plano, mas a gente dava informações de como elaborar o plano que seria a continuidade depois a elaboração, foi quando acabou o PNMT e foi criada a regionalização. Mas vários municípios chegaram na terceira fase, não consigo lembrar agora qual, mas chegaram na terceira fase sim.

2. Como eram realizadas as oficinas do PNMT, de forma pontual (municípios) ou de forma mais ampla (nível estadual)?

As oficinas eram realizadas em cada região, a gente realizava as oficinas conscientizando aqueles municípios da região, ainda não tinha a regionalização, mas a gente já tentava fazer por região, a região Seridó, no serrano, a gente convidava os municípios para participarem na região. Na regionalização fizemos reuniões trazendo o público para cá (Natal), mas no PNMT eram nas regiões.

3. Quem era o público-alvo do PNMT?

O público alvo eram os municípios, mas realizávamos as oficinas nas regiões. Fazíamos oficinas em alguns municípios, fizemos em Acari, em Carnaúba dos Dantas, que inclusive era bem participativa no PNMT, nós realizávamos oficinas nas regiões, mas precisávamos fazer em cada município, só que como não tínhamos condições de realizar em cada município, fazíamos por região, fizemos em Carnaúba, Acari e em Caicó.

4. Como eram levantadas as potencialidades turísticas de cada município?

A gente já discutia isso nas reuniões, a primeira fase do PNMT era justamente discutir o que era o turismo, o que era atrativo turístico, a gente dava bastante informações para eles e eram bastante participativas as oficinas, para eles começarem a descobrir o que era o turismo, o que eram os pontos positivos e negativos do turismo, então a gente fazia essa preparação e depois a gente encaminhava um questionário para eles preencherem dizendo quais eram os atrativos, o que era que tinha, quais as considerações gerais do município, todas as informações que eles tinham eles mandavam pra gente, já que a gente não tinha inventário, mas pelo menos a gente tinha um levantamento superficial dos municípios que eram os municípios que faziam.

5. Em nível de RN, o PNMT foi o primeiro programa de incentivo ao planejamento da atividade turística?

O PNMT foi o primeiro, inclusive para a gente trabalhar com os municípios, uma coisa que veio planejada, foi o primeiro programa de incentivo ao planejamento turístico.

6. Qual era a maior preocupação demonstrada pelos atores sociais da região Seridó em relação ao turismo?

Eu acho que era uma preocupação de se fazer presente e conhecidos. Os municípios queriam mostrar o que era que eles tinham. Na época a gente tinha uns encontros, não era um salão do turismo, mas tínhamos um encontro do PNMT que já divulgava, fazia uma divulgação principalmente com o artesanato, levavam muito um artesanato, então eles tinham essa noção de divulgação, de se fazerem conhecidos, de preparar o município, que inclusive a gente conseguiu colocar na cabeça deles isso de se planejar, de haver um planejamento, então eles começavam a ter essa preocupação. Infelizmente a descontinuidade acontece, né? Aquelas pessoas que começaram a se preparar, muitos não continuaram. Mas eu acho que a gente começou a despertar neles a importância do turismo, o que era o turismo, que tudo era muito em cima disso: O que é o turismo? Quais os benefícios que o turismo traz? E também se não for planejado, o que é que pode trazer de ruim? Então a gente trabalhava muito isso neles, tinha muito em cima do PNMT isso aí, de a gente despertar neles que tinham que se planejar pra poder trazer benefícios, né? Tinha que trazer coisas boas.

7. Qual a sua opinião em relação à transição do PNMT para o PRT?

Eu achei positivo, eu acho que a gente teve uma base. Não poderia ter criado a regionalização se não tivesse existido antes o PNMT, teria sido muito difícil. Porque como era que nós iríamos trabalhar uma integração de uma região se não tivesse preparado os municípios? Então eu acho que foi interessante essa visão de integração, de não pensar só o seu município, o que até hoje é muito difícil fazer com que o município pense na região e não queira pensar só no seu município, querer trazer só pro seus atrativos, pensar que um atrativo pode ajudar, um grande atrativo, um evento pode beneficiar toda a região, então isso é uma coisa complicada, mas a gente ia colocar que é importante ter o foco nessa integração, eu acho que a gente fazia essa sensibilização boa no programa. Eu acho que foi positivo, eu acho que cada um teve seu momento, o salão do turismo também foi uma coisa muito boa que aconteceu no programa de regionalização, infelizmente acabou. E eu acho que tivemos uma fase do primeiros 4 anos do PR muito bons, mas infelizmente no segundo governo o PT não foi... O ministério do turismo totalmente se desestruturou, hoje não se fala mais nos destinos indutores, não se fala mais no inventário turístico, a própria regionalização eu acho que esse

ano não houve mais reunião. Todo mês a gente estava em Brasília vendo os trabalhos que estavam sendo feitos com os municípios e com as regiões e hoje em dia isso não existe mais. É uma tristeza. Eu saí em abril do ano passado, eu estava sem poder fazer muita coisa. E estou sem poder ajudar lá porque estou aqui no RN sustentável.

7. Quantas oficinas de regionalização aconteceram no RN?

Aconteceram duas oficinas. A gente convidou justamente aqueles municípios que já trabalhavam com o PNMT e fora os municípios, as associações, as entidades organizadas do turismo, todas participaram também. Em Natal. Em 2003 e 2004, com Ânya Ribeiro.

8. Como funcionou a dinâmica da oficina de regionalização?

Eram oficinas participativas. Porque a regionalização teria que ter geograficamente características parecidas, e funcionava em cima dos atrativos, do que os municípios tinham de mais importante. Me lembro bem que nós fazíamos os pontos fortes e fracos dos atrativos, quase uma matriz SWOT que a gente fez nessa época e dali a gente conseguiu mapear o estado nas cinco regiões.

9. Como se deu a escolha dos municípios da região Seridó?

Inicialmente tivemos alguns critérios para eleger esses municípios. Primeiro um dos critérios é que eles já estivessem fazendo parte do PNMT, depois que tivesse o mínimo de estrutura, que houvesse secretaria de turismo e que houvesse interesse em participar. Então inicialmente ficou enxuto com aqueles sete municípios e quando foi para criar o conselho, infelizmente houve uma ingerência política e tivemos que acrescentar alguns municípios que não tinha muita identificação com outros em termos de estrutura, de atratividade, mas infelizmente a gente teve que colocar.

10. Qual o critério utilizado para o aumento dos municípios turísticos do Seridó de 07 para 17?

Não houve um critério. Antes eram poucos municípios, alguns realmente mostraram bastante interesse, queriam participar. Então na hora em que se demonstra interesse, e se tem o mínimo de estrutura, tudo bem que participe, mas houve essa ingerência política e entraram outros municípios que nem demonstraram interesse, é tanto que até hoje nunca participaram de reuniões de conselho, de capacitação, de nada. Isso correu na época em que ia sair o decreto de criação do conselho, em 2005.

11. Você considera positiva a inserção destes municípios no polo?

Eu acho que poderia crescer um pouco mais, digamos, ter ficado uns 10 que tinham interesse. Quando se vê que tem interesse, alguma coisa pode ser feita, pode ser até que o lugar não

ofereça atratividade, mas pode haver um evento, alguma coisa que possa ser transformada, mas o número 17, eu acho que a gente não foi muito bem.

12. Como aconteceu o processo de roteirização do polo Seridó?

A roteirização foi um convênio entre a secretaria de turismo e o SEBRAE, porque muita gente diz: o roteiro que o SEBRAE fez. Era 50% do SEBRAE e 50% da SETUR, os recursos foram para o SEBRAE. Contratamos uma empresa de consultoria através de uma licitação, uma empresa de Minas ganhou e foi feito todo o trabalho de roteirização.

13. A equipe visitava as localidades?

Sim, o trabalho era feito totalmente in loco. Passavam mais de uma semana visitando os municípios, era feito todo um levantamento, um diagnóstico do município, tanto pela equipe que foi contratada quanto por técnicos da SETUR e do SEBRAE que acompanhavam todas as visitas, oficinas, reuniões, todo o trabalho, apresentação, fizemos uma oficina para apresentar o trabalho e ele ser validado pelos municípios, foi realmente muito bem feito o trabalho de roteirização.

14. Como se deu a inserção do programa cama, café e rede no roteiro Seridó?

O programa cama, café e rede não fazia parte da roteirização, foi um trabalho desenvolvido pelo SEBRAE, foi totalmente à parte, com recursos do SEBRAE, não foi do nosso convênio, que eu acho que terminou sem funcionar. Foi um trabalho interessante, houve um levantamento bom, mas a gestão do trabalho é que ficou difícil e ele não foi pra frente.

15. Como Lagoa Nova entrou para o roteiro Seridó, quando na roteirização se contava com 07 municípios?

Lagoa Nova foi uma pressão muito boa. Eles sempre participavam, queriam entrar na roteirização e é uma região de atrativo serrano, e foi realmente a luta deles. Eles que lutaram e foram bem persistentes.

16. Como você vê a atuação do Conselho de Turismo do Polo Seridó?

Eu sempre achei que a atuação do conselho do polo Seridó, dele e do Costa das Dunas eram as melhores, mais participativas, bastante dinâmicas, apresentavam trabalhos, discutiam bastante, sempre forma muito boas as reuniões do conselho. Infelizmente ultimamente tem havido problemas, porque na hora em que não se tem muita coisa pra apresentar, a Secretaria, o Governo, o Ministério, então esvaziam as reuniões. Eu até falei com a pessoa que coordenava e ela me disse: Carmem não tem pauta, o que a gente vai fazer nessas reuniões? Eu disse que não precisa a pauta partir da secretaria, ela pode partir do Conselho. E houve também esse problema sério aí na secretaria, vamos ver como é que vai retomar, com pessoas novas, num período ruim, de política. A gente vai ter que ter conselhos, porque com o RN

sustentável a gente vai ter que ter a validação dos projetos nos conselhos. Esse ano não houve reunião do conselho e a pessoa responsável deixou a secretaria, ainda que agora tem copa, então só a partir de agosto, e quem nos dá o respaldo é o conselho. Vai ser feito o plano estratégico do desenvolvimento do turismo anual, e o plano de marketing, então é um estudo que nunca existiu no estado, um plano de 10 ou 20 anos. A licitação deve sair esse ano ainda. Sim, e o PRODETUR não foi assinado.

ANEXOS

DECRETO Nº 18.429, DE 15 DE AGOSTO DE 2005.

Institui o Polo Turístico do Seridó e dá outras Providências.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições constitucionais, e

Considerando que é dever da União, dos Estados e dos Municípios promover e incentivar o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico, conforme preconiza o artigo 180 da Constituição Federal;

Considerando a necessidade de reunir Municípios com potencialidades turísticas semelhantes com o objetivo de promover a estruturação e o planejamento do desenvolvimento do turismo sustentável, respeitando as tradições e as práticas sociais e culturais;

Considerando a necessidade de se promover o desenvolvimento do turismo seletivo e organizado, gerador de ganho econômico e social;

Considerando a necessidade de se conferir especial atenção aos Municípios com características adequadas para serem trabalhadas e comercializadas como produtos turísticos, atendendo as condições para integrar os Pólos de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável (Pólos de Turismo);

Considerando a necessidade de evitar tomada de direções conflitantes ou a realização de esforços duplicados, a partir do implemento de ações compartilhadas e sinergia entre os setores envolvidos no Polo

D E C R E T A:

Art. 1º Fica instituído o Polo Turístico do Seridó, espaço sócio econômico homogêneo com vantagens competitivas e vocacionais, com o objetivo de integrar a cadeia produtiva do turismo.

Parágrafo Único - O Polo Turístico do Seridó será composto pelos seguintes municípios:

- I - Acari;
- II - Caicó;
- III - Carnaúba dos Dantas;
- IV - Cerro Corá;
- V - Currais Novos;
- VI - Parelhas;
- VII - Jardim do Seridó;
- VIII - Florânia;
- IX - Tenente Laurentino;
- X - Lagoa Nova;
- XI - Timbaúba dos Batistas;
- XII - Ouro Branco;
- XIII - Equador;
- XIV - Santana do Seridó;
- XV - São João do Sabugi;
- XVI - Serra Negra do Norte;
- XVII - Jucurutu.

Art. 2º A criação de pólos de desenvolvimento do turismo tem como objetivo oferecer as mais amplas possibilidades de desenvolvimento econômico e social para os Municípios da região Nordeste, e ainda:

- I - desenvolver as potencialidades turísticas de seus Municípios;
- II - inventariar o quantitativo e qualitativo dos recursos e da infra-estrutura turística de cada Município;
- III - proceder ao mapeamento dos condicionantes físico-naturais;
- IV - preparar a visualização gráfica do inventário turístico em base cartográfica;
- V - implementar as oficinas de planejamento;
- VI - atualizar em caráter permanente as diretrizes do Polo;
- VII - atuar em conjunto na promoção do marketing do Polo;
- VIII - identificar fontes de financiamento para projetos turísticos do Polo;
- IX - adequar o projeto turístico a capacidade de suporte ambiental;
- X - conscientizar a população acerca da importância do Turismo como vetor do desenvolvimento.

Art. 3º As atividades pertinentes ao Polo Turístico do Seridó serão coordenadas por um Conselho Regional de Turismo formado paritariamente por representantes dos setores público e privado, nos moldes adotados pelos programas internacionais de financiamento, a ser coordenado pela Secretaria de Estado do Turismo e instalado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias após a publicação deste Decreto.

Parágrafo único - O Regulamento Interno do Conselho Regional de Turismo do Polo Turístico do Seridó disporá acerca de sua abrangência, atribuições, natureza, características essenciais, composição e funcionamento.

Art. 4º Esse Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio de Despachos de Lagoa Nova, em Natal, 16 de agosto de 2005, 184ª da Independência e 117ª da República.

DOE Nº 11.047
Data: 16.8.2005
Pág. 1

WILMA MARIA DE FARIA
Leonardo Arruda Câmara

Natal/RN, 27 de maio de 2011

À: START PESQUISA E CONSULTORIA TÉCNICA LTDA
 MD. COORDENAÇÃO – SÔNIA CORDEIRO E KEILA CAVALCANTI
 C/C. SECRETÁRIO EXECUTIVO DO PÓLO SERIDÓ – YVES CARVALHO
 Do: Prof. Marcos Antonio Leite do Nascimento (DG/UFRN)
 Assunto: Observações sobre o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável - PDITS e Avaliação Ambiental Estratégica - AAE

Estimados,

Aproveito este documento que ora escrevo para repassar algumas observações que fiz através de uma leitura rápida sobre o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável - PDITS e Avaliação Ambiental Estratégica - AAE. Não se trata de críticas ao completo e belíssimo trabalho realizado pela Start Pesquisa e Consultoria Técnica Ltda., mas sim para alertá-los sobre pontos que vejo como importantes à todos que irão (ou já estão) usando o Patrimônio Natural (ou muitas vezes mencionado como meio ambiente) como atrativo turístico, não importando em que pólos de turismo (porém destaco em vários pontos o Pólo Seridó).

De cara vejo que a Geodiversidade (e isso era de se esperar) é um dos principais itens mencionados (senão, o principal) no que se refere a atrativo turístico. Apesar de em nenhum momento o termo ser descrito. Esta Geodiversidade, que representa a "variedade de ambientes, fenômenos e processos ativos, de caráter geológico, geradores de paisagens, rochas, minerais, fósseis, solos e outros depósitos superficiais que constituem a base para a vida na Terra" é parte importante do Patrimônio Natural ou do Meio Ambiente.

A meu ver faltaram informações e quem sabe um item específico chamado de Patrimônio Natural (já que temos no documento itens sobre outros patrimônios, como histórico, cultural e artístico). Lembrando o que diz no 1o parágrafo deste e-mail. Tudo bem que temos um capítulo dedicado à "caracterização ambiental". Mas nada sobre Patrimônio Natural (seja ele biológico e/ou geológico) foi citado.

Sim, a Figura 63 da página 131 do PDITS não se refere a Serra da Formiga e sim o Pico do Bonito na cidade de Jucurutu. Local onde ocorrem rochas ricas em ferro e que hoje são exploradas comercialmente.

A falta de conhecimento mais aprofundado sobre o tema Patrimônio Natural fica mais evidente quando vejo que no Quadro 19 – Atrativos Naturais por Município (página 129 do PDITS) praticamente aborda só serras (relevo). Como diz o conceito de Geodiversidade, relevo é apenas um dos elementos do meio biótico/físico.

Outra observação importante está no uso de referências antigas/desatualizadas sobre a Geologia e mesmo indiretamente sobre Geodiversidade. Sugiro darem uma lida no recém-lançado Relatório Final da Proposta de Geoparque Seridó – detalhes em <http://www.cprm.gov.br/geoparques/geoparques/serido/index.html> ou no relatório impresso (se necessário posso disponibilizar).

Outro ponto importante - cadê o segmento ecoturismo (citado no início, páginas 28, 123, 134 e 136 do PDITS) no quadro 24 (página 147 do PDITS)? Tudo bem que podemos indiretamente correlacioná-lo com o turismo rural e/ou turismo de aventura (mas tem, e muito, suas diferenças). Essa observação serve também para os mapas dos tipos de turismo (figuras 78 a 85, da página 149 a 156). Esqueceram de fazer um sobre Ecoturismo!! Segmento tão importante para a prática do turismo na região do Seridó (e mesmo para o Rio Grande do Norte).

Isso resume um problema que há tempos estamos falando. "Enquanto não atentarmos para a necessidade de repassar conhecimento sobre este meio natural que o Seridó tem e que é tão rico e (in)felizmente tão usado como atrativo turístico, muito em breve iremos perdê-lo e aí ficaremos sem "a nossa galinha dos ovos de ouro". Lembrando que a Geodiversidade (meio físico ou meio abiótico) depois de destruída não retorna.

Anteriormente abordei mais observações relacionadas ao Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS. Agora desejo externar comentários sobre Avaliação Ambiental Estratégica – AAE. Instrumento importantíssimo para a real proteção (seja através da preservação ou conservação – termos que não são sinônimos e têm sua importância quanto ao uso do Patrimônio Natural como atrativo turístico).

Vejo que os Atrativos Naturais são realmente importantíssimos nos diferentes pólos, basta ver as porcentagens disponibilizadas pelo documento:

Costa das Dunas = 36% (1º)

Costa Branca = 26,8 (2º) – perde para manifestações e usos populares

Seridó = 16% (3º) – perde para manifestações e usos populares e histórico-culturais

Minha dúvida = só 41 atrativos turísticos como de caráter natural no Seridó???

Infelizmente encaram atrativo natural como apenas Serras!!

Sim, esqueceram de mencionar no parágrafo logo abaixo da Tabela 04 (página 148 do AAE) que a Categoria Natural participa em 3o lugar como atrativo turístico.

O texto sobre geologia (página 158 do AAE) está totalmente equivocado, para não dizer errado!! Onde no Seridó podemos encontrar petróleo, calcário, diatomita, além de rochas do Grupo Barreiras, Formação Tibau e Paleodunas? Isso tudo se refere a região do Pólo Costa Branca. Se realmente foi retirado da referência citada (RIO GRANDE DO NORTE, 2009) tem alguma coisa errada. Pois tenho esse documento comigo aqui e nada disso é dito em tal referência. O 2º e 3º parágrafo desta página 158 mostra a total falta de conhecimento geológico sobre a região Seridó. Porém vale lembrar que sem conhecimento sobre rochas, minerais e relevo como podemos trabalhar de forma correta e sustentável a Geodiversidade!

E aí pergunto – onde está o mapa geológico da região como foi feito para os outros pólos?

Porém vejo com bons olhos a observação dada na página 240 (do AAE) quando citam a “inclusão da disciplina Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável nos cursos de capacitação”.

No entanto devemos ressaltar que as disciplinas envolvendo meio ambiente dando destaque (quando não são exclusivas) apenas a Fauna e a Flora (portanto, Biodiversidade ou Meio Biótico), deixando de lado o Meio Físico (ou Geodiversidade ou Meio Abiótico).

Aí entra um fato importante. Numa região de pinturas rupestres não é só importante proteger as pinturas/gravuras e a biodiversidade ao redor. E a “tela” onde os pintores fizeram suas gravuras/pinturas a dois, cinco e seis mil anos atrás? Falo das rochas (um elemento da Geodiversidade)!! São nelas que existem as pinturas/gravuras e elas deve ser protegidas da mesma forma. Será que isso é ensinado em cursos de meio ambiente e desenvolvimento sustentável? Acho que não, melhor, tenho certeza que não!!!

Antes de fazemos um plano de *marketing* - os envolvidos com o Patrimônio Natural têm que saber/conhecer este patrimônio. Só damos proteção àquilo que conhecemos. Não adianta fazer *marketing*, comercialização e divulgação (como diz o 1o parágrafo da página 242 do AAE) sem antes os atores não conhecerem o que irão comercializar. Assim, falo de cursos sobre Patrimônio Natural para comunidades da região, operadores de turismo, guias de turismo, corpo técnico municipal e estadual e outros voltados ao trade.

A visão para criação de Unidades de Conservação não deve contemplar apenas um ponto. No caso os sítios arqueológicos (como mencionado na página 246 do AAE). Quanto mais atrativos naturais e históricos forem contemplados nesta Unidade de Conservação, melhor será a forma de protegê-las. Porém se realmente a Unidade de Conservação for levada a sério. E não só criada no papel.

O 1o item do Quadro 62 (página 309 do AAE) é de suma importância e nele vejo que existe essa preocupação na inclusão de disciplinas voltadas para o Meio Ambiente. Mas cuidado para não ficar só na teoria se podemos colocar as coisas na prática. E aqui cabem bem disciplinas voltadas para o Meio Físico (Geodiversidade) e não só Meio Biótico (Biodiversidade). Lembrar que o Patrimônio Natural é formado pelos dois e não só pelo segundo. Apesar da palavra ser escrita como Meio Ambiente, ele não é feito só pela metade.

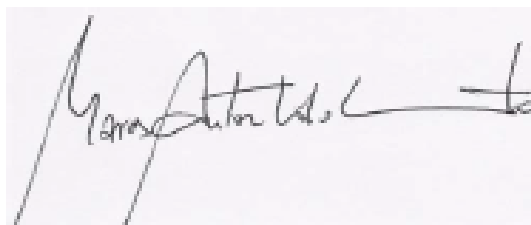
É importantíssimo ver a realidade ambiental com novos olhos. E neste novo olhar não podemos esquecer o viés/conhecimento geológico. Ele não pode ficar em segundo plano ou pior em textos de copiar e colar. Falo do quadro na página 310, principalmente as 1a e 3a linhas. Idem para o quadro 63 (página 312) no que se refere a linha 1.

O quadro 64 (página 314 do AAE) peca no sentido que não associa explicitamente o termo geológico ao arqueológico. Sim, identificar as fragilidades ambientais dos sítios arqueológicos. Mas também porque não dos sítios geológicos. É importante lembrar que citei apenas 25 geossítios (sítios geológicos) no Relatório do Geoparque Seridó. Muitos deles são claramente atrativos turísticos. E porque não protegê-los da mesma forma?? Mas claro, sabendo o que se está fazendo.

Acho que isso.

Desculpe-me por me estender um pouco. Mas essa é uma excelente oportunidade de mostrá-los que o Meio Físico (Geodiversidade ou Meio Abiótico) deve ser encarado com grande importância tanto quanto o Meio Biótico (Biodiversidade). Principalmente porque os dois documentos ora observados tratam de ações a favor do turismo.

Atenciosamente,



Prof. Dr. Marcos Antonio Leite do Nascimento
 Universidade Federal do Rio Grande do Norte
 Departamento de Geologia
 Campus Universitário S/N, Lagoa Nova
 Caixa Postal 1678 - Natal/RN - CEP: 59078-970
 (84) 3215-3810 (ramal 230)
marcos@geologia.ufrn.br / caxexa@yahoo.com.br



Natal/RN, 21 de fevereiro de 2013

Excelentíssimo
Secretário de Turismo do Estado do Rio Grande do Norte
e Presidente do Conselho de Turismo do Pólo Sertão
Sr. Renato Fernandes

Venho por meio desta encaminhar o "Projeto Geoparques: Geoparque Sertão/RN - Proposta", bem como informações complementares para vosso conhecimento.

O conceito de geoparque, apesar de recente, encontra-se já implementado em 27 países e desencadeia um interesse crescente em muitos outros. Conceitualmente corresponde a uma área bem delimitada, onde se conjuga a geoconservação com um desenvolvimento econômico sustentável das populações que a habitam, sem esquecer as ligações com os demais patrimônios natural (biodiversidade) e cultural (arqueológico, arquitetônico, etnográfico, gastronômico, entre outros). Nestes territórios, procura-se estimular a criação de atividades econômicas suportadas na geodiversidade da região, em particular de caráter turístico, com o envolvimento empenhado das comunidades locais.

Um geoparque é, assim, uma estratégia de desenvolvimento territorial multidisciplinar baseada num pressuposto base: ocorrência de patrimônio geológico de grande relevância que constitui a matriz para essa mesma estratégia. De modo a conseguir uma real aplicação desta estratégia, a área de um geoparque deve ser a adequada a real capacidade de intervenção da sua entidade de gestão.

A criação de um geoparque implica a constituição de uma equipa multidisciplinar bem suportada pelos organismos que, de fato, podem assegurar uma gestão efetiva do território (municípios, estado e iniciativas privadas).

Os geoparques espalhados no Mundo estão agrupados em uma Rede, chamada Rede Global de Geoparques (RGG). Esta foi criada em 2004 pela UNESCO, em reconhecimento de que o conceito de geoparques, tendo tido grande sucesso na Europa, deveria ser incentivado à escala mundial. Atualmente (agosto de 2012, detalhes em <http://www.globalgeopark.org/homepageaux/tupal/6513.htm>), a RGG possui 90 geoparques em 27 países:

- Europa [Alemanha (6), Polónia (1), Áustria (2), Croácia (1), Espanha (8), Finlândia (1), França (4), Grécia (4), Hungria (2), Eslováquia (1), Itália (8), Irlanda (3), Irlanda do Norte (1), Islândia (1), Noruega (2), Portugal (2), Reino Unido (6), República Tcheca (1) e Romênia (1)];
- Ásia [China (27), Japão (5), Malásia (1), Coreia (1), Indonésia (1) e Vietnã (1)]; e
- América [Brasil (1) e Canadá (1)].

Destes geoparques apenas 1 se encontra em território brasileiro e é representado pelo Geoparque Araripe (no Estado do Ceará, sob a coordenação da Secretaria das Cidades do Governo do Estado do Ceará e Universidade Regional do Cariri, com apoio do Ministério da Integração, FUNCAP e SEBRAE/CE, além de inúmeros outros parceiros – mais detalhes acessar www.geoparkararipe.org).

Para um geoparque integrar a RGG com auspício da UNESCO é necessário seguir as recomendações do documento *"Guidelines and Criteria for National Geoparks seeking UNESCO'S assistance to join the Global Geoparks Network"* (<http://www.globalgeopark.org>) e posteriormente preparar um dossiê com diversas informações, de caráter geológico, cultural, turístico, educativo, social, econômicas entre outras.

A RGG definiu como objetivos principais para os geoparques que integram a sua estrutura:

- Conservação do patrimônio geológico;
- Educação da sociedade em nível das geociências e de questões ambientais no geral;
- Desenvolvimento econômico-social e cultural sustentável;
- Cooperação multicultural;
- Promoção da investigação científica; e
- Intervenção ativa na rede por meio do desenvolvimento de atividades comuns.

É importante ressaltar que a RGG organiza, em cada 2 anos, conferências de troca de experiências entre os membros e de apresentação de novos geoparques aspirantes [Pequim, China (2004); Belfast, Irlanda do Norte (2006); Osnabruck, Alemanha (2008); Langkawi, Malásia (2010); Shimabara, Japão (2012); a 6ª Conferência está prevista para o Canadá, no Stonehammer Geopark, em 2014].

Como já informado, temos apenas um geoparque no Brasil oficialmente ligado a RGG, contudo ações isoladas em território brasileiro vêm promovendo a criação de novos geoparques, como é o caso dos geoparques Quadrilátero Ferrífero (MG) e Bodoquena-Pantanal (MS), ambos já tendo enviado dossiê à RGG/UNESCO, além dos geoparques Costões e Lagunas (RJ), Ciclo do Ouro (SP) e Campos Gerais (PR) que estão em fase de preparação do dossiê para envio a RGG, sob os auspícios da UNESCO.

Fora esses cinco geoparques novas propostas estão sendo estudadas no âmbito de um projeto maior (chamado Geoparques do Brasil), sob a coordenação da CPRM - Serviço Geológico do Brasil, órgão vinculado ao Ministério de Minas e Energia do Governo Federal. Atualmente o referido projeto conta com 28 propostas avaliadas, em avaliação e programadas (<http://www.cprm.gov.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=134>). Dentre as quais a proposta Geoparque Seridó já se encontra finalizada, com o inventário realizado pela equipe da CPRM - Serviço Geológico do Brasil em parceria com o Departamento de Geologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob minha coordenação (para mais detalhes favor acessar o link <http://www.cprm.gov.br/geocoturismo/geoparques/serido/index.html>). Importante ressaltar que recentemente foi publicado o Livro Geoparques do Brasil: propostas, sob a organização de Carlos Schobbenhaus e Cássio Roberto da Silva (ambos da CPRM – Serviço Geológico do Brasil), onde a proposta do Geoparque Seridó configura entre as 17 propostas já concluídas e publicadas neste livro. Para acessar o livro e nele o Capítulo 11 – Seridó (RN) use o link http://www.cprm.gov.br/publique/media/GEOPARQUESdoBRASIL_propostas.pdf

No Brasil algumas propostas de geoparques estão recebendo o apoio do poder público por meio da criação de decretos, assim oficializando-as em nível de governo (seja ele, estadual ou municipal). Os geoparques hoje com decretos criados são: (i) Geoparque Ciclo do Ouro de Guarulhos/SP (Decreto Municipal nº 25.974, de 15 de dezembro de 2008); (ii) Geoparque Serra da Bodoquena-Pantanal/MS (Decreto Estadual nº 12.897, de 22 de dezembro de 2009) e (iii) Geoparque Cachoeira do Amazonas/AM (Decreto Municipal nº 1.301, de 26 de outubro de 2011). Em anexo os referidos decretos.

O interesse em avançar na criação de geoparques no Brasil vem de diferentes órgãos do governo federal, estadual e mesmo municipal, com destaque para os ministérios da Integração, do Turismo e de Minas e Energia, além do IPHAN (ambos do Governo Federal); Secretaria Estadual de Ciências, Tecnologia e Ensino Superior do Governo do Estado de Minas Gerais (Geoparque Quadrilátero Ferrífero), Secretaria das Cidades do Governo do Estado do Ceará (Geoparque Araripe), Secretaria de

Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviço do Governo do Estado do Rio de Janeiro (Geoparques Costões e Lagunas), Prefeitura Municipal de Guarulhos (Geoparque Cido do Ouro), Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo (Geoparque Cachoeira do Amazonas), entre outros.

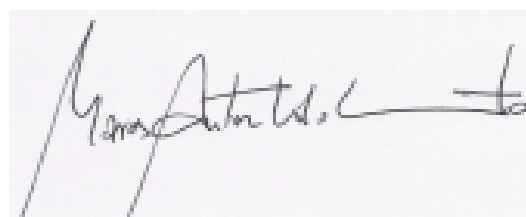
É importante ressaltar que um geoparque não é (exclusivamente) geológico, nem é um parque no sentido usual dessa palavra ou uma categoria de unidade de conservação. Geoparque é um conceito holístico e multidisciplinar, que inclui:

- Um projeto de desenvolvimento regional;
- Atividades turístico-culturais-educacionais apresentadas ao público em linguagem adequada;
- Atividades relativas às belezas naturais e à cultura;
- A continuidade de todas as atividades normais da economia regional, de maneira a permitir o aproveitamento e fruição atuais, promover a fixação da população local e estimular o desenvolvimento social, econômico e cultural; e
- Tudo isso com uma visão conservacionista, de desenvolvimento sustentável, ou seja, sem prejudicar seu aproveitamento e fruição pelas gerações futuras.

Por fim, a criação de um geoparque em uma determinada região pode se revelar como um agente transformador da realidade das comunidades que o compõe. Para o **Estado** um Geoparque pode representar uma alternativa adequada para promover a conservação em consonância com atividades econômicas. Para as Empresas da **Iniciativa Privada** que apolam o geoparque o retorno é imediato, pois, propicia maior visibilidade e promoção. A Empresa se beneficia de um maior reconhecimento perante a sociedade com medidas compensatórias mais eficazes e visíveis. E para a **População** um geoparque pode representar desenvolvimento socioeconômico local, por meio de atividades turísticas (geoturismo), do comércio, por intermédio do capital privado além do desenvolvimento científico/educativo inerente a função do geoparque.

Sem mais para o momento,

Atenciosamente,



Prof. Dr. Marcos Antonio L. do Nascimento
Coordenador do Projeto Geoparque Seridó